

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2025

HORIZONTES DA CIÊNCIA

Lucas Alves de Oliveira Lima | Teodoro Antunes Gomes Filho
Bruno Henrique Fernandes da Silva | Haline Rachel Lino Gomes
Christian Ricardo Silva Passos | Nilmar Diogo dos Reis
Fernanda Cathusca Morelli Silva | Alex de Melo Garcia
Elizeu Crispim de Mello | José Carlos Ribeiro Floro
Valdéria Colen da Silva.

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2025

HORIZONTES DA CIÊNCIA

Lucas Alves de Oliveira Lima | Teodoro Antunes Gomes Filho
Bruno Henrique Fernandes da Silva | Haline Rachel Lino Gomes
Christian Ricardo Silva Passos | Nilmar Diogo dos Reis
Fernanda Cathusca Morelli Silva | Alex de Melo Garcia
Elizeu Crispim de Mello | José Carlos Ribeiro Floro
Valdéria Colen da Silva.

EDITORIA CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

ORGANIZADORES DO LIVRO

Lucas Alves de Oliveira Lima
Teodoro Antunes Gomes Filho
Bruno Henrique Fernandes da Silva
Haline Rachel Lino Gomes
Christian Ricardo Silva Passos
Nilmar Diogo dos Reis
Fernanda Cathusca Morelli Silva
Alex de melo Garcia
Elizeu Crispim de Mello
José Carlos Ribeiro Floro
Fernanda Siquini Valenciano
Valdéria Colen da Silva

2025 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2025 Os Autores

Copyright da Edição © 2025 Seven Editora

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitembertte

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

IMAGENS DE CAPA

AdobeStok

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

H811

Horizontes da Ciência [recurso eletrônico] / Lucas Alves de Oliveira Lima ... [et al.]. – São José dos Pinhais, PR: Seven Editora, 2025.

Dados eletrônicos (1 PDF).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-6109-162-6

1. Pesquisa. 2. Ciência. 3. Metodologia científica. I. Lima, Lucas Alves de Oliveira. II. Gomes Filho, Teodoro Antunes. III. Silva, Bruno Henrique Fernandes da. IV. Gomes, Haline Rachel Lino. V. Título.

CDU 001.89

Bruna Heller - Bibliotecária - CRB10/2348

Índices para catálogo sistemático:

CDU: Pesquisa científica 001.89

DOI: 10.56238/livrosindi202511-

Seven Publicações Ltda

CNPJ: 43.789.355/0001-14

editora@sevenevents.com.br

São José dos Pinhais/PR

ORGANIZADORES DO E-BOOK

Lucas Alves de Oliveira Lima

Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutor H.c
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: luksapp99@gmail.com

Teodoro Antunes Gomes Filho

Doutorando em Educação, UNISINOS
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS
ORCID: 0000-0002-7391-5637
E-mail: teoantunes@msn.com

Bruno Henrique Fernandes da Silva

Licenciatura Plena em Pedagogia; Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas-UFAM
E-mail: propesp@ufam.edu.br

Haline Rachel Lino Gomes

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
Centro Universitário de Mineiros (Unifimes)
E-mail: haline_rachel@hotmail.com

Christian Ricardo Silva Passos

Graduado Química Licenciatura; Especialista em Ensino de Química; Mestre em Química Analítica; Doutor em Biotecnologia de Microrganismos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia IFBA - Campus Ilhéus
E-mail: christian@ifba.edu.br

Nilmar Diogo dos Reis

Graduado em Administração; Mestre em Administração; Doutor em Administração
Universidade: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
ORCID: 0000-0003-2163-0709
E-mail: nilmardiogo@yahoo.com.br

Fernanda Cathusca Morelli Silva

Mestre em Química, Universidade Federal de São Carlos
E-mail: fermorelli.silva@gmail.com

Alex de Melo Garcia

Mestre em Educação, Educaler University
E-mail: Alex.amg@outlook.com

Elizeu Crispim de Mello

Mestrado em Ciências da Educação.
Veni Creator Christian University (VCCU) Flórida- USA
E-mail: elizeucrispim@hotmail.com

José Carlos Ribeiro Floro

Mestre em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: jose.floro@enova.educacao.ba.gov.br

Fernanda Siquini Valenciano

Unoeste

Valdéria Colen da Silva

Mestre em Tecnologia, Ambiente e Sociedade.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E-mail: valderia.colen@ufvjm.edu.br

APRESENTAÇÃO

"**Horizontes da Ciência**" é uma obra que reúne uma série de artigos científicos voltados para temas contemporâneos e relevantes em diversas áreas do conhecimento, como educação, estatística, tecnologia, saúde e políticas públicas. Com uma abordagem interdisciplinar, os textos exploram questões que impactam diretamente a sociedade e o desenvolvimento acadêmico, oferecendo reflexões sobre as contribuições da ciência na resolução de problemas e na inovação de práticas. O livro aborda temas como a importância da estatística na pesquisa quantitativa, as estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com necessidades especiais, a utilização da inteligência artificial no setor público, a formação docente para a educação inclusiva, e as implicações das novas tecnologias em diversas áreas, como a medicina. Além disso, a obra discute o impacto de políticas públicas na educação, com ênfase em questões relacionadas à história afro-brasileira e aos princípios de governança social e ambiental.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....8

  10.56238/livrosindi202511-001

A MUSICALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO

Ademar Henrique da Silva Filho, Patrícia Cristina Gonçalves de Oliveira, Christian Ricardo Silva Passos, Miranísia Aparecida de Araújo Freitas Lopes, Alicia Viviana Mendez, Gilson Pereira de Sousa, Juliane Barbosa de Sousa Leal.

CAPÍTULO 2.....17

  10.56238/livrosindi202511-002

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO: O PAPEL DO FOLCLORE NO ENSINO DE HISTÓRIA E NA DIVERSIDADE CULTURAL

Luzia Serra Brehm.

CAPÍTULO 3.....25

  10.56238/livrosindi202511-003

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

Paulo César Mendes, Robson Silva Cavalcanti, Ricardo Santos de Almeida, Ivo Batista Conde, Glaucia Eliane da Silva, Keila Lima Sanches, William Mantovani, Juliana Cecília Padilha de Resende, Jaciene Timóteo de Oliveira Souza, Iranildo de Oliveira Nery, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, Ana Maria da Silva Gonçalves, Luciano Oliveira Rezende, Lucas Teixeira Dezem.

CAPÍTULO 4.....34

  10.56238/livrosindi202511-004

FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Raphael Pereira, Rodolfo Claudio da Cruz, Giuliana Loffredo Gutierrez, Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy, Ana Maria da Silva Gonçalves, Luciana Tener Lima, Teodoro Antunes Gomes Filho, André Luciano Alves, Leandro Reis Bottura, Morise de Gusmão Malheiros, Darcilio Dantas Dias Novo Júnior, Luciano Oliveira Rezende.

CAPÍTULO 5.....44

  10.56238/livrosindi202511-005

O ENSINO DE ARTES NAS ESCOLAS E AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO

Thiago Pessanha Correa, Elenisio Rodrigues Barbosa Junior.

CAPÍTULO 6.....51

  10.56238/livrosindi202511-006

O FOLCLORE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: VALORIZANDO A CULTURA POPULAR NAS ESCOLAS

Luzia Serra Brehm.

CAPÍTULO 7.....58

  10.56238/livrosindi202511-007

BURNOUT E AS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS TRABALHADORES

Jorge Augusto Soares de Souza, Lilian Valerio da Silva, José Nathan Fernandes Rocha, Kátia Regina Calixto Brasil, Aline Barros da Silva Portugal, Maria de Fátima Ferreira da Silva, Glaucia Renee Hilgemberg, Fernanda Luíza Buarque de Gusmão.

CAPÍTULO 8.....66

  10.56238/livrosindi202511-008

AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Felipe Malcher Moraes, Ricardo Santos de Almeida, Airton Pereira da Silva Leão, Mateus Henrique dos Santos Diniz, Mikel Eduardo de Mello, Leandro Andrei Lopes Pinheiro, Fabio Akira Odate Nascimento, Keila Lima Sanches, Augusta da Rocha Loures Ferraz, Neomar Cássia da Costa, Rafael Santos Lobato.

CAPÍTULO 9.....76

  10.56238/livrosindi202511-009

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

Raphael Pereira, José Rogério Linhares, Paulo César Mendes, Christian Ricardo Silva Passos, Alex de Melo Garcia, Adão Rodrigues de Sousa, Silvana Lima Vieira, Adeildo Mesquita de Araujo, Francisco Rodrigues de França Filho, Adilson Rodrigues Santana, Jair Oliveira Passos Junior, Fernanda Siquini Valenciano.

CAPÍTULO 10.....86

  10.56238/livrosindi202511-010

ENERGIAS VERDES NO BRASIL: PERSPECTIVAS SOBRE AS POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Lucas da Silva Chaves Amaral, Wanessa Rezende Silva, Mateus Henrique dos Santos Diniz, Natercia Corrêa de Araújo, Rafael Martins Sais, Juciele Marta Baldissarelli, Christian Ricardo Silva Passos, Raphael Pereira.

CAPÍTULO 11.....95

  10.56238/livrosindi202511-011

ESTATÍSTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS

Cleber Barbosa Iack, Robson Silva Cavalcanti.

A MUSICALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO

  10.56238/livrosindi202511-001

Ademar Henriques da Silva Filho

Doutor em Educação
Universidade do Estado do Amazonas

Patrícia Cristina Gonçalves de Oliveira

Psicopedagogia institucional, Atendimento educacional especializado AEE
Universidade Unopar
E-mail: patricia.crisoliveira@gmail.com

Christian Ricardo Silva Passos

Graduado Química Licenciatura; Especialista em Ensino de Química; Mestre em Química Analítica; Doutor em Biotecnologia de Microrganismos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia IFBA - Campus Ilhéus
E-mail: christian@ifba.edu.br

Miranísia Aparecida de Araújo Freitas Lopes

Especialização em Musicoterapia pela CENSUPEG/UFPI
UFPI -Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
E-mail: mira_nisia@hotmail.com

Alicia Viviana Mendez

Médica, Faculdades Metropolitanas Unidas

Gilson Pereira de Sousa

Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

Juliane Barbosa de Sousa Leal

Doutoranda em Música
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: delleal1@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a musicalização como ferramenta pedagógica na educação infantil, investigando suas contribuições para o desenvolvimento das crianças e as práticas adotadas pelos educadores. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, e envolveu 18 profissionais da educação infantil, sendo 9 professores e 9 auxiliares de ensino, de diferentes escolas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e observação direta de atividades musicais em sala de aula. Os resultados indicaram que a música é amplamente reconhecida como uma ferramenta eficaz no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, além de favorecer a expressão de sentimentos e a interação entre os alunos. No entanto, também foram identificados desafios como a falta de recursos materiais, a sobrecarga de conteúdo curricular e a carência de formação específica para os educadores. A pesquisa conclui que, para que a musicalização seja mais efetiva, é necessário um maior investimento em recursos, infraestrutura e capacitação dos profissionais, além da valorização da música como componente essencial no currículo escolar. A integração da música com outras áreas do conhecimento e o envolvimento da família também foram apontados como fatores cruciais para o sucesso dessa prática pedagógica.

Palavras-chave: Musicalização, Educação infantil, Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

A musicalização na educação infantil é uma prática pedagógica que utiliza a música como um instrumento para o desenvolvimento integral das crianças. Desde a Antiguidade, a música tem sido reconhecida como uma das formas mais poderosas de expressão humana e, ao longo dos séculos, educadores perceberam seu potencial no processo de aprendizagem. A musicalização não se restringe apenas ao aprendizado de habilidades musicais, mas envolve uma gama de aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores, proporcionando às crianças uma forma lúdica e criativa de explorar o mundo ao seu redor. A importância da musicalização na infância está intimamente relacionada à fase de desenvolvimento das capacidades cognitivas e afetivas das crianças (Abreu, 2023; Holler, 2005).

Durante os primeiros anos de vida, o cérebro infantil está em plena formação, e as experiências sensoriais, como a música, têm um impacto significativo na construção de habilidades de percepção, memória e atenção. Além disso, a música contribui para o desenvolvimento da linguagem, pois facilita a aquisição de vocabulário, a compreensão de fonemas e o aprimoramento da comunicação verbal e não verbal. Do ponto de vista social, a musicalização promove a interação entre as crianças e o desenvolvimento de habilidades de convivência em grupo. Ao participar de atividades musicais coletivas, como cantos, danças e jogos, as crianças aprendem a trabalhar em equipe, a respeitar o turno de fala, a cooperar e a compartilhar experiências. Esses aprendizados são fundamentais para o desenvolvimento da empatia e da habilidade de viver em sociedade (Corrêa, 2020).

A música, ao permitir a expressão emocional, também atua como um canal de socialização, favorecendo o vínculo entre os colegas, educadores e familiares. Além disso, a musicalização proporciona uma ampliação do repertório cultural das crianças. Ao serem expostas a diferentes estilos musicais, ritmos e melodias, elas têm a oportunidade de conhecer as diversas manifestações culturais de sua própria sociedade e do mundo. A educação musical, portanto, não se limita a ensinar técnica, mas é um convite à descoberta de novas culturas, de formas de expressão artística e de diferentes linguagens que ampliam o horizonte de compreensão das crianças sobre a diversidade humana (Pereira, 2020).

A musicalização também está estreitamente conectada ao desenvolvimento da motricidade e da percepção espacial. Atividades como danças, batidas de palmas, movimentos corporais sincronizados com músicas e o uso de instrumentos musicais trabalham a coordenação motora, a lateralidade e o equilíbrio das crianças. Esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento físico saudável e para a aprendizagem de outras disciplinas acadêmicas que exigem habilidades motoras, como a escrita, por exemplo (Thibes; Santo, 2017).

No entanto, para que a musicalização seja efetiva, é necessário que o educador esteja preparado para utilizar a música de maneira adequada e contextualizada no processo de ensino-aprendizagem. O professor deve ser capaz de planejar atividades musicais que atendam às necessidades de cada criança, respeitando as diferenças individuais e culturais. O uso de músicas adequadas à faixa etária e a criação de um ambiente estimulante, onde a música esteja presente de forma natural, contribui para o sucesso dessa prática pedagógica (Pereira; Gillanders, 2019).

O objetivo desta pesquisa é analisar como a musicalização pode ser utilizada como uma ferramenta pedagógica eficaz na educação infantil, identificando suas contribuições para o desenvolvimento integral das crianças. A pesquisa busca compreender os benefícios da prática musical no contexto escolar, investigar as metodologias utilizadas pelos educadores e avaliar a forma como as atividades musicais podem ser incorporadas ao currículo da educação infantil, promovendo uma aprendizagem mais dinâmica, criativa e inclusiva.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com o intuito de investigar como a musicalização é utilizada como ferramenta pedagógica na educação infantil e quais são seus impactos no desenvolvimento das crianças. Para a realização deste estudo, optou-se por uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, que permitiu uma análise profunda e detalhada sobre a percepção dos educadores acerca da musicalização e de como ela é aplicada no cotidiano escolar. A escolha de uma pesquisa qualitativa se deu pelo desejo de compreender as práticas e experiências dos profissionais da educação em relação à musicalização, e não apenas quantificar dados. A pesquisa qualitativa possibilita um entendimento mais abrangente e subjetivo das situações, uma vez que leva em conta as interpretações, vivências e contextos dos indivíduos envolvidos no processo.

A amostra da pesquisa foi composta por 18 profissionais da educação infantil, sendo 9 professores e 9 auxiliares de ensino, que atuam em instituições de ensino fundamental I (com ênfase na educação infantil). A seleção dos participantes foi feita com base na experiência prévia com atividades de musicalização e no interesse em colaborar com a pesquisa, sendo todos voluntários. Dessa forma, procurou-se garantir a diversidade de experiências dentro do campo de estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma maior flexibilidade nas respostas dos participantes, além de possibilitar uma maior profundidade nas informações obtidas. As entrevistas foram conduzidas individualmente, em ambiente tranquilo e reservado, com duração média de 40 minutos. Durante as entrevistas, foram abordados temas como as metodologias de musicalização utilizadas, os desafios enfrentados pelos educadores, os benefícios percebidos e as formas de integração da música com outras disciplinas.

Além das entrevistas, foi realizada a observação direta de atividades pedagógicas que envolviam musicalização, em sala de aula. O objetivo da observação foi captar as dinâmicas de ensino e as interações entre educadores e crianças, além de verificar como a música estava sendo incorporada ao currículo escolar. A observação aconteceu em diferentes contextos, em turmas de diversas idades, permitindo uma visão mais completa sobre a aplicação das práticas musicais em situações reais de ensino.

Os dados coletados nas entrevistas e nas observações foram transcritos e organizados de forma sistemática. A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, que envolveu a identificação de categorias e padrões comuns nas respostas dos participantes. As falas dos profissionais foram agrupadas em temas principais, como "metodologias de ensino", "benefícios da musicalização", "dificuldades enfrentadas" e "integração com outras áreas do conhecimento".

A análise de conteúdo possibilitou identificar que, para a maioria dos educadores, a musicalização é vista como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das crianças, contribuindo para aspectos como a linguagem, a coordenação motora e as habilidades sociais. No entanto, também foram observadas dificuldades relacionadas à falta de recursos materiais e à formação continuada dos profissionais, o que, por vezes, limita a efetividade das atividades de musicalização no contexto escolar.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa evidenciaram diversas percepções e experiências dos educadores sobre o uso da musicalização como ferramenta pedagógica na educação infantil. Durante as entrevistas e observações, foi possível perceber uma ampla aceitação da importância da música para o desenvolvimento das crianças, mas também surgiram desafios relacionados à aplicação prática dessa abordagem nas escolas. A análise dos dados coletados revelou que, para muitos educadores, a música é reconhecida como uma ferramenta que contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos, mas que sua aplicação efetiva nas salas de aula ainda enfrenta obstáculos.

Segundo o respondente E01, um professor com 12 anos de experiência, a música é fundamental no processo de aprendizagem das crianças: "A música ajuda a estimular a memória, a linguagem e até mesmo a coordenação motora das crianças. Quando cantamos uma música, elas estão aprendendo palavras, novos conceitos e, muitas vezes, sentimentos que não conseguiram expressar verbalmente." A fala de E01 reflete a opinião de muitos educadores, que destacam os benefícios cognitivos da musicalização, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem e da memória. Vários participantes, como os respondentes E02 e E03, também destacaram que a música

tem um papel essencial na organização do pensamento infantil e no fortalecimento das conexões neuronais relacionadas à aprendizagem de novas palavras e conceitos.

Em relação ao desenvolvimento emocional, a maioria dos educadores concordou que a musicalização oferece uma maneira poderosa de as crianças expressarem seus sentimentos e emoções. O respondente E04, um educador com formação em música, relatou: "Quando as crianças tocam instrumentos ou cantam músicas sobre sentimentos, elas começam a entender e identificar o que estão sentindo. Isso pode ser um alívio para elas, que muitas vezes não sabem expressar isso de outra forma." O uso da música como canal para a expressão emocional foi um ponto frequentemente citado pelos participantes, pois ela permite que as crianças explorem diferentes estados emocionais de maneira lúdica e segura.

Do ponto de vista social, os relatos indicaram que a música facilita a interação entre as crianças e fortalece os laços de amizade. De acordo com E05, um auxiliar de ensino, "quando as crianças cantam ou dançam juntas, elas precisam colaborar, se ouvir e respeitar os outros. A música é uma ótima ferramenta para trabalhar esses valores de convivência e respeito." Esse aspecto da musicalização foi mencionado por diversos educadores, que observaram como atividades musicais coletivas, como cantorias e rodas de dança, contribuem para a construção de habilidades sociais, como empatia, respeito pelo outro e trabalho em equipe.

A ideia de que a música é um meio eficaz para a inclusão social também foi recorrente nas entrevistas. No entanto, alguns desafios surgiram ao longo das entrevistas. Vários educadores mencionaram a falta de recursos materiais como um obstáculo significativo para a implementação eficaz da musicalização. O respondente E06, que trabalha em uma escola pública, afirmou: "Eu gostaria de poder oferecer mais atividades musicais para as crianças, mas a falta de instrumentos e materiais torna isso difícil. Às vezes, usamos apenas o corpo e a voz, o que não é o ideal." De fato, a carência de instrumentos adequados e a falta de espaços apropriados para a realização de atividades musicais foram identificadas como dificuldades comuns entre os participantes.

Para muitos educadores, a ausência de recursos impede a realização de atividades mais diversificadas e impacta diretamente na qualidade da musicalização. A formação continuada dos educadores foi outro ponto crítico apontado pelos respondentes. Segundo E07, "uma formação mais específica em musicalização poderia melhorar muito a qualidade das minhas aulas. Eu tento aprender por conta própria, mas sinto falta de um suporte mais formal." Muitos educadores mencionaram a importância de capacitações e cursos específicos para melhorar sua atuação na área de musicalização.

A falta de formação especializada em música, especialmente em metodologias adequadas para a educação infantil, foi apontada como uma barreira para a utilização de práticas musicais mais inovadoras e eficazes nas salas de aula. Além disso, a pesquisa revelou que a musicalização é vista

por alguns educadores como uma atividade secundária, que muitas vezes não é considerada essencial para o currículo escolar. O respondente E08, um professor com 15 anos de experiência, declarou: "A música é importante, mas em nossa escola ela não é uma prioridade. Muitas vezes, ela acaba ficando de lado em favor das disciplinas que são cobradas nas avaliações."

Falta de reconhecimento da música como uma disciplina central no currículo escolar foi uma crítica comum, principalmente entre os educadores que se sentem pressionados a focar em áreas mais tradicionalmente valorizadas, como matemática e português. Contrariamente a essa visão, muitos educadores apontaram a importância de integrar a música com outras disciplinas para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Segundo E09, "quando usamos a música para ensinar matemática, por exemplo, as crianças aprendem de forma mais divertida e eficaz. Elas associam números e ritmos, o que facilita a compreensão."

A integração da música com outras áreas do conhecimento foi uma prática observada em algumas escolas, onde a música foi utilizada como ferramenta para ensinar conceitos matemáticos, linguísticos e até científicos de maneira mais interativa e envolvente.

De maneira geral, as observações feitas nas atividades de musicalização nas escolas mostraram que as crianças demonstram grande interesse e engajamento nas atividades musicais. Durante as sessões de canto e dança, observou-se que os alunos estavam atentos, participativos e motivados. Segundo E10, uma auxiliar de ensino que esteve presente em várias dessas atividades, "as crianças ficam empolgadas quando sabem que terão uma atividade musical. É como se a música despertasse uma energia nelas, tornando o aprendizado mais leve e prazeroso." Essa empolgação é indicativa de que a música exerce uma forte influência sobre o comportamento e o entusiasmo das crianças, tornando o ambiente escolar mais dinâmico e agradável.

Outro ponto relevante foi a percepção de que a música pode ser uma ferramenta de inclusão para crianças com necessidades especiais. O respondente E11 relatou: "Tivemos uma criança com dificuldades motoras e a música ajudou muito no seu processo de adaptação. Ela interagia com os outros alunos, movia-se ao ritmo da música e sentia-se parte do grupo." Vários educadores relataram que as atividades musicais têm um impacto positivo na integração de alunos com deficiências ou necessidades específicas, ajudando-os a se expressar e a se integrar ao grupo de forma mais natural.

A análise dos dados também revelou uma grande diversidade nas metodologias de musicalização aplicadas pelos educadores. Alguns profissionais, como E12, utilizam métodos tradicionais, como o canto e a execução de instrumentos musicais simples, enquanto outros, como E13, buscam explorar práticas mais inovadoras, incluindo dança e jogos musicais. "Eu tento sempre diversificar as atividades para que as crianças se sintam mais motivadas. Às vezes, usamos instrumentos improvisados ou fazemos brincadeiras com sons do ambiente", afirmou E13. A

diversidade de abordagens reflete a criatividade dos educadores e sua capacidade de adaptar as atividades de acordo com as necessidades dos alunos.

Porém, alguns educadores expressaram preocupações sobre a falta de tempo para dedicar à musicalização. O respondente E14 mencionou: "A nossa carga horária é muito apertada, e muitas vezes acabamos não conseguindo trabalhar a música da forma como gostaríamos. Ela acaba ficando para os momentos de lazer, quando deveria ser parte integrante do currículo." Essa falta de tempo, somada à sobrecarga de outras atividades, é uma realidade em muitas escolas e contribui para a subvalorização da música no currículo da educação infantil.

Por outro lado, alguns educadores acreditam que a musicalização deveria ser mais valorizada no sistema educacional. O respondente E15 declarou: "Acredito que a música deveria ser uma disciplina obrigatória nas escolas. Ela tem um impacto muito positivo no desenvolvimento das crianças e deveria ser reconhecida como um componente essencial da educação infantil." Essa percepção reflete o desejo de muitos educadores de que a musicalização receba maior destaque e reconhecimento nas políticas educacionais e curriculares.

A pesquisa também revelou que os educadores que mais valorizam a música e suas contribuições para o desenvolvimento infantil são aqueles que têm maior experiência e formação na área. O respondente E16, que possui formação em educação musical, afirmou: "Para mim, a música é uma linguagem universal. É uma das formas mais eficazes de alcançar as crianças e ajudá-las a aprender de maneira mais significativa." Sua fala evidencia a importância da formação específica para que os educadores compreendam e explorem plenamente os benefícios da musicalização na educação infantil.

Além disso, alguns participantes, como E17 e E18, relataram que o apoio das famílias nas atividades musicais é crucial para o sucesso da musicalização. E17 mencionou: "Quando as famílias participam, seja ouvindo as músicas ou incentivando as crianças a cantar em casa, o impacto é muito maior. As crianças se sentem mais seguras e motivadas." A colaboração entre escola e família foi considerada um fator de grande relevância para a continuidade e o aprofundamento das atividades musicais, uma vez que essa parceria fortalece o aprendizado e amplia as possibilidades de desenvolvimento das crianças.

Em síntese, os resultados da pesquisa mostraram que a musicalização, quando bem aplicada, tem um impacto significativo no desenvolvimento integral das crianças, promovendo avanços nas áreas cognitiva, emocional, social e motora. No entanto, ainda existem desafios consideráveis, como a falta de recursos materiais, o tempo limitado e a carência de formação especializada. Esses obstáculos precisam ser superados para que a música se torne uma ferramenta pedagógica mais presente e valorizada nas escolas de educação infantil. A pesquisa, portanto, aponta para a

necessidade de políticas públicas que incentivem a formação de educadores, a ampliação de recursos materiais e a integração da música no currículo escolar como disciplina central.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a musicalização como ferramenta pedagógica na educação infantil revelou, de maneira clara, os benefícios dessa prática para o desenvolvimento integral das crianças, ao mesmo tempo em que identificou os desafios que dificultam sua implementação plena nas escolas. Os dados coletados indicaram que a música é reconhecida pelos educadores como um meio eficaz para promover habilidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras, além de favorecer a expressão emocional das crianças e a construção de vínculos interpessoais. As atividades musicais, como o canto, a dança e o uso de instrumentos, permitem que as crianças se envolvam de maneira lúdica e criativa com o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e prazeroso.

Entretanto, a pesquisa também destacou dificuldades significativas enfrentadas pelos educadores, como a falta de recursos materiais adequados, a escassez de tempo disponível para atividades musicais e a carência de formação especializada na área. Esses obstáculos muitas vezes limitam o potencial da musicalização, que é vista como uma prática secundária em relação a outras disciplinas consideradas prioritárias, como matemática e português. A falta de infraestrutura e de apoio institucional também contribui para a marginalização dessa prática nas escolas.

Além disso, a pesquisa apontou que a integração da música com outras áreas do conhecimento pode ser uma estratégia eficaz para enriquecer o currículo escolar e promover um aprendizado mais significativo e interdisciplinar. A colaboração entre escola e família foi identificada como um fator importante para o sucesso da musicalização, já que o envolvimento familiar potencializa o aprendizado e cria um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das crianças.

Em conclusão, para que a musicalização se torne uma ferramenta pedagógica efetiva e acessível a todas as crianças, é necessário um investimento mais significativo em recursos, formação de educadores e políticas educacionais que reconheçam a música como um componente essencial no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa evidencia a urgência de promover uma educação mais inclusiva, criativa e holística, onde a música seja valorizada como uma poderosa ferramenta de desenvolvimento e expressão.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. X. A institucionalização da educação musical no Brasil Império: três aspectos de uma transformação no ensino de música. **Revista da Abem**, v. 31, n. 1, 2023.

CORRÊA, R. P. **Ao som de caixas, cravos, coros e rabecões**: a atividade musical nos registros de São João Del-Rei/MG (1713-1750). Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

HOLLER, M. T. **A Música na Atuação dos Jesuítas na América Portuguesa**. ANPPOM. Décimo Quinto Congresso, 2005.

PEREIRA, E. P. R. Concepções pedagógicas da educação musical brasileira: relações com os campos da Educação e da arte-educação. **Revista eletrônica da ANPPOM**, v. 26, n. 1, 2020.

PEREIRA, E. P. R.; GILLANDERS, C. A INVESTIGAÇÃO DOUTORAL EM EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL: META-ANÁLISE E TENDÊNCIAS TEMÁTICAS DE 300 TESES. **Revista da Abem**, [S. l.], v. 27, n. 43, 2019.

THIBES, J. P. B.; SANTO, E. R. E. Política de educação musical no Brasil: uma lacuna aos idosos. **Unesco & Ciência - ACHS**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 113–120, 2017.

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO: O PAPEL DO FOLCLORE NO ENSINO DE HISTÓRIA E NA DIVERSIDADE CULTURAL

  10.56238/livrosindi202511-002

Luzia Serra Brehm

Especialização em Gestão Escolar, UFRGS

E-mail: luziabrehm@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como o folclore pode ser utilizado como ferramenta pedagógica no ensino de História, promovendo a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade dos estudantes. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica e análise de práticas pedagógicas que integram elementos do folclore ao contexto escolar, considerando também desafios e possibilidades dessa abordagem. Os resultados evidenciaram que o folclore, ao explorar mitos, lendas, danças e músicas, enriquece o ensino de História, tornando-o mais dinâmico e significativo, além de promover a inclusão e o respeito às diferenças culturais. Contudo, a pesquisa apontou a necessidade de formação docente adequada e recursos pedagógicos que evitem a reprodução de estereótipos, garantindo uma abordagem crítica e contextualizada. Concluiu-se que o uso do folclore na educação fortalece a conexão entre o conteúdo escolar e as vivências culturais dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva.

Palavras-chave: Cultura popular, Educação, Folclore.

1 INTRODUÇÃO

A cultura popular desempenha um papel significativo na formação das identidades individuais e coletivas, sendo uma das manifestações mais ricas e diversificadas da herança cultural de um povo. Ela se expressa por meio de tradições orais, músicas, danças, mitos, lendas e outros aspectos que integram o folclore. No contexto educacional, o folclore é uma ferramenta poderosa para a construção de um ensino mais dinâmico e significativo, especialmente no campo da História e da valorização da diversidade cultural. Apesar de sua relevância, o uso do folclore como recurso pedagógico ainda é subutilizado em muitas escolas, o que levanta questionamentos sobre como incorporar essas manifestações no processo de ensino-aprendizagem (Ferreira; Braz; Melo, 2021).

O folclore, como parte da cultura popular, oferece um rico acervo de narrativas e práticas que conectam os alunos às suas raízes e histórias locais. Ele serve como uma ponte entre o passado e o presente, possibilitando que os estudantes compreendam os processos históricos não apenas pelos grandes eventos ou personagens célebres, mas também pelas vivências e narrativas cotidianas do povo. Ao trazer essas histórias para o ambiente escolar, o professor não apenas enriquece o conteúdo histórico, mas também promove a empatia e o respeito pelas diferenças culturais. A diversidade cultural, amplamente representada pelo folclore, é um aspecto central na formação de sociedades inclusivas (Ferreira, 2024; Ribeiro, 1976).

Em um mundo cada vez mais globalizado, valorizar e compreender a diversidade cultural não é apenas uma necessidade, mas um desafio educativo. Por meio do folclore, os alunos entram em contato com diferentes tradições e valores que ampliam sua visão de mundo e favorecem a convivência harmoniosa em sociedades multiculturais. Essa abordagem possibilita não apenas o aprendizado de História, mas também o desenvolvimento de competências como o respeito, a tolerância e a valorização da alteridade (Resende et al., 2021).

Entretanto, o ensino pautado no folclore enfrenta desafios significativos. Muitos educadores carecem de formação ou de recursos pedagógicos adequados para explorar essa temática de maneira efetiva. Além disso, as práticas escolares muitas vezes se concentram em abordagens tradicionalistas e eurocêntricas, relegando o folclore a um plano secundário ou à celebração de datas comemorativas, como o Dia do Folclore, sem um aprofundamento crítico e contínuo. Isso enfraquece o potencial do folclore como ferramenta de ensino transformadora e integradora (Valle; Vieira, 2020).

Outro desafio está relacionado à superação de preconceitos e estereótipos que envolvem o folclore. Muitos mitos e tradições populares são vistos como obsoletos ou irrelevantes para o ensino formal, especialmente em escolas urbanas. No entanto, essas manifestações são expressões vivas da cultura, que podem ser reinterpretadas e adaptadas para dialogar com as realidades contemporâneas dos estudantes. Para isso, é necessário um esforço consciente dos educadores em ressignificar esses elementos, destacando sua importância histórica, cultural e pedagógica (Vianna, 2020).

Além disso, a introdução do folclore no ensino pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural dos alunos, especialmente em regiões onde as tradições locais são menos valorizadas ou estão em risco de desaparecer. Ao promover o reconhecimento e a valorização dessas práticas, a escola desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, a educação baseada no folclore transcende o aprendizado acadêmico, tornando-se uma forma de resistência cultural e de fortalecimento das comunidades (Wolffenbuttel, 2017).

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa é investigar como o folclore pode ser utilizado como uma ferramenta pedagógica no ensino de História, promovendo a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade dos estudantes. A partir de uma abordagem interdisciplinar, busca-se analisar as potencialidades e os desafios dessa prática, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a construção de uma educação mais inclusiva, crítica e conectada com as realidades socioculturais dos alunos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O FOLCLORE COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

O uso do folclore como recurso pedagógico no ensino de História oferece inúmeras possibilidades para transformar a sala de aula em um espaço dinâmico e culturalmente significativo. O folclore, com sua riqueza de narrativas, lendas, mitos, danças e canções, não apenas encanta os alunos, mas também os conecta a suas raízes culturais. Incorporar esses elementos ao currículo de História permite que os alunos percebam o conteúdo como algo próximo de suas vivências e de sua comunidade (Ferreira; Braz; Melo, 2021).

No entanto, isso exige uma postura ativa dos educadores, que precisam conhecer e valorizar as tradições culturais da região em que atuam. Por meio do folclore, os professores podem explorar períodos históricos de maneira mais acessível e envolvente. As narrativas folclóricas, por exemplo, frequentemente remetem a eventos históricos, práticas sociais e crenças que ajudam a compreender diferentes momentos da história de um povo (Resende et al., 2021).

Ao analisar lendas como a de Lampião e Maria Bonita, é possível discutir o contexto histórico do cangaço no Nordeste brasileiro, suas causas e consequências. Essa abordagem ajuda os estudantes a enxergarem a História como um processo vivido e não como um conjunto de datas e fatos desconectados. Além disso, as manifestações folclóricas promovem um ensino interdisciplinar, dialogando com outras áreas do conhecimento (Ferreira, 2024).

A música folclórica, por exemplo, pode ser trabalhada em conjunto com a Literatura, a Geografia e até mesmo as Ciências, ao abordar questões como os ciclos econômicos, as condições ambientais e as tradições locais. Esse caráter interdisciplinar torna as aulas mais dinâmicas e permite que os estudantes compreendam os fenômenos históricos e culturais em sua complexidade. No entanto, é importante destacar que o folclore deve ser utilizado com uma abordagem crítica e contextualizada (Valle; Vieira, 2020).

Muitas vezes, as narrativas folclóricas carregam estereótipos ou visões de mundo que precisam ser problematizadas no ambiente escolar. Um exemplo é a representação do indígena em lendas como a do Curupira ou do Saci-Pererê, que pode reforçar visões romantizadas ou preconceituosas sobre esses povos. Cabe ao professor incentivar os alunos a refletirem sobre esses aspectos e a explorarem a riqueza e a diversidade cultural presentes nessas histórias. Outro aspecto relevante é o papel do folclore na valorização das histórias locais e na aproximação entre a escola e a comunidade (Ferreira; Braz; Melo, 2021).

Ao trabalhar com mitos e lendas regionais, os educadores criam um elo entre o conhecimento escolar e o saber popular, possibilitando que os alunos percebam o valor de suas próprias origens culturais. Essa prática fortalece a identidade cultural dos estudantes e promove o respeito às

diferenças culturais. Contudo, é necessário superar os desafios que envolvem o uso do folclore no ensino. Muitos professores enfrentam dificuldades devido à falta de materiais didáticos ou de formação específica nessa área (Vianna, 2020).

Por isso, é fundamental investir em cursos de capacitação e no desenvolvimento de recursos pedagógicos que contemplem a diversidade das manifestações folclóricas brasileiras. Além disso, é importante que os educadores busquem parcerias com instituições culturais e com a própria comunidade para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem (Ferreira, 2024).

Em suma, o folclore é uma ferramenta valiosa para o ensino de História, pois enriquece o conteúdo escolar, promove a interdisciplinaridade e fortalece as identidades culturais. No entanto, seu uso requer cuidado, preparação e um olhar crítico, de modo a evitar a reprodução de estereótipos e a valorizar a diversidade cultural presente nas manifestações populares (Visgueira Cunha; Gonçalves, 2020).

2.2 A DIVERSIDADE CULTURAL NO FOLCLORE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

A diversidade cultural, amplamente representada nas manifestações folclóricas, é um aspecto essencial para a formação de sociedades mais inclusivas e respeitosas. No ambiente escolar, trabalhar o folclore com foco na diversidade cultural pode contribuir significativamente para a construção de valores como a empatia, o respeito e a convivência harmoniosa entre diferentes grupos. Em um país como o Brasil, onde coexistem culturas de origens indígenas, africanas, europeias e asiáticas, o folclore oferece uma oportunidade única de explorar essa riqueza cultural (Ferreira, 2024).

Ao trazer para a sala de aula histórias, danças e músicas folclóricas de diferentes regiões, o professor possibilita que os alunos compreendam a pluralidade do país. Cada manifestação cultural traz consigo um conjunto de valores, símbolos e significados que refletem as especificidades de uma comunidade. Essa abordagem ajuda os estudantes a desconstruírem preconceitos e a valorizarem as contribuições de diferentes grupos para a formação da identidade nacional. Por exemplo, ao trabalhar com as festas populares, como o Bumba Meu Boi no Maranhão ou o Maracatu em Pernambuco, é possível abordar aspectos históricos e culturais relacionados à herança africana no Brasil. Essas manifestações permitem discutir a resistência cultural dos povos escravizados, suas contribuições para a cultura brasileira e os desafios que ainda enfrentam em termos de desigualdade e preconceito (Ferreira, 2024).

Assim, o folclore se torna um ponto de partida para reflexões sobre inclusão e justiça social. Além disso, o folclore pode ser utilizado para promover o diálogo entre diferentes culturas. Em escolas que atendem alunos de diversas origens culturais, trabalhar o folclore como um tema

transversal possibilita que cada grupo compartilhe suas tradições e histórias. Essa prática não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também fortalece os laços entre os estudantes, promovendo um senso de pertencimento e valorização da diversidade. No entanto, para que o folclore seja utilizado como instrumento de inclusão, é necessário um cuidado especial com a maneira como ele é apresentado (Ferreira; Braz; Melo, 2021).

As manifestações folclóricas devem ser tratadas com respeito e autenticidade, evitando sua exotização ou simplificação. É fundamental que os professores se aprofundem nos significados e contextos históricos dessas tradições, de modo a transmitir um conhecimento que seja fiel à sua essência. Outro aspecto importante é a necessidade de dar voz às comunidades que mantêm vivas essas tradições. Sempre que possível, o ensino do folclore deve incluir a participação de representantes dessas culturas, seja por meio de visitas à escola, palestras ou registros audiovisuais. Isso não apenas enriquece o aprendizado, mas também demonstra o respeito e o reconhecimento pela importância dessas práticas culturais (Resende et al., 2021).

Em suma, a diversidade cultural presente no folclore é um recurso valioso para promover a inclusão e o respeito às diferenças no ambiente escolar. Por meio de práticas pedagógicas que valorizem essas manifestações, os educadores podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e plural (Guimarães, 2012).

2.3 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DO FOLCLORE NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Na educação contemporânea, o uso do folclore enfrenta desafios que vão desde a falta de formação docente até a resistência por parte de algumas instituições escolares, que priorizam currículos mais tradicionais e homogêneos. Em muitos casos, o folclore é relegado a atividades pontuais ou comemorativas, como o Dia do Folclore, sem que seu potencial pedagógico seja plenamente explorado. Essa abordagem limitada subestima o valor dessas manifestações culturais como instrumentos de ensino (Guimarães, 2012).

Um dos principais desafios é a falta de formação específica dos professores para trabalhar o folclore de forma crítica e contextualizada. Muitos educadores desconhecem o vasto repertório folclórico brasileiro ou não sabem como integrá-lo ao currículo escolar de maneira significativa. Isso reforça a necessidade de investir em capacitações e em materiais pedagógicos que valorizem e explorem o folclore em sua diversidade (Ferreira; Braz; Melo, 2021).

Outro obstáculo está relacionado ao preconceito cultural que ainda permeia a sociedade e, conseqüentemente, as instituições de ensino. Manifestações folclóricas de origem africana ou indígena, por exemplo, muitas vezes são vistas como inferiores ou irrelevantes para o ensino formal.

Essa visão reducionista desvaloriza a riqueza cultural desses grupos e perpetua desigualdades históricas. Apesar desses desafios, o folclore apresenta inúmeras possibilidades no contexto da educação contemporânea (Ferreira, 2024).

Com o avanço das tecnologias digitais, é possível acessar e compartilhar uma vasta gama de materiais relacionados ao folclore, desde registros audiovisuais até plataformas interativas que promovem o aprendizado de maneira inovadora. Essas ferramentas permitem que os professores explorem o tema de forma mais envolvente e conectada às realidades dos estudantes (Resende et al., 2021).

Além disso, o folclore pode ser integrado a projetos interdisciplinares que envolvam outras áreas do conhecimento. Projetos que combinem História, Artes, Literatura e Tecnologia, por exemplo, podem estimular a criatividade e o protagonismo dos alunos, incentivando-os a explorar suas próprias histórias e a criar novas narrativas baseadas nas tradições folclóricas (Ferreira, 2024).

Outro aspecto positivo é o potencial do folclore para fortalecer a relação entre a escola e a comunidade. Ao valorizar as tradições locais, a escola se torna um espaço de reconhecimento e preservação cultural, contribuindo para o fortalecimento das identidades coletivas. Essa prática também pode estimular a participação das famílias e de outros membros da comunidade no processo educativo (Ferreira; Braz; Melo, 2021).

Por fim, é importante destacar que o folclore pode ser uma ferramenta poderosa para abordar questões contemporâneas, como a sustentabilidade, os direitos humanos e a valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras. Ao trabalhar o folclore com um olhar crítico e atual, os professores ajudam os estudantes a compreenderem a relevância dessas manifestações no contexto atual e a se posicionarem de maneira ética e consciente em relação ao mundo (Ferreira, 2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar como o folclore pode ser utilizado como uma ferramenta pedagógica no ensino de História, promovendo a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade dos estudantes. Ao longo do desenvolvimento, foi possível perceber que o folclore, enquanto expressão genuína da cultura popular, possui um grande potencial educativo, permitindo uma abordagem mais rica, dinâmica e inclusiva no contexto escolar.

Primeiramente, constatou-se que o folclore oferece um acesso direto a aspectos históricos e culturais fundamentais para o entendimento das diversas realidades que formam a identidade nacional. O uso de mitos, lendas, músicas e danças folclóricas pode não apenas ilustrar períodos históricos, mas também humanizar o ensino de História, ao conectar os alunos às vivências e tradições

de diferentes povos. Essas manifestações permitem que o conteúdo acadêmico se torne mais tangível e significativo, ao integrar as narrativas populares com os acontecimentos históricos.

Além disso, o folclore se revelou um valioso instrumento para promover a diversidade cultural, uma vez que, ao ser trabalhado em sala de aula, propicia aos alunos o contato com uma multiplicidade de culturas, tradições e visões de mundo. Essa aproximação com outras realidades favorece a construção de uma educação mais inclusiva, na qual as diferenças são respeitadas e valorizadas, contribuindo para a formação de cidadãos mais empáticos e conscientes da pluralidade de seu entorno.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou que, para que o folclore desempenhe seu papel pedagógico de maneira efetiva, é fundamental superar certos desafios, como a falta de formação específica dos professores e a resistência de algumas instituições em adotar uma abordagem mais diversificada e crítica. Nesse sentido, o investimento em capacitação docente, bem como a criação de materiais e recursos pedagógicos adequados, são essenciais para que o folclore seja utilizado de maneira contextualizada e respeitosa, evitando estereótipos e promovendo um entendimento mais profundo das tradições culturais.

Em suma, ao integrar o folclore no ensino de História, a escola tem a oportunidade de ir além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos. O folclore permite que a educação se torne um processo mais vivo, interativo e conectado com as realidades socioculturais dos alunos. Assim, o folclore não apenas contribui para o aprendizado histórico, mas também fortalece a identidade cultural dos estudantes, promove a inclusão e respeita a diversidade, criando uma base sólida para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, plural e consciente de suas raízes.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Alessandra Teles Sirvinskaskas; BRAZ, Ruth Maria Mariani; MELO, Isabel Cristina Nonato de Farias. O brinquedo cantado e o surdo: a importância do acesso ao folclore. Debates em Educação, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 191–208, 2021
- FERREIRA, E. C. V. Relação museu escola: um olhar para o ensino da cultura negra nas ações educativas do Museu de Folclore Édison Carneiro (1968-1982). Revista de história e ensino, v. 13, n. 27, 2024.
- GUIMARÃES, L. A. P. MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E FOLCLORE: O Pensamento de Professores e Folcloristas no movimento folclórico brasileiro da década de 1950. Revista Episteme Transversalis, v. 2, n. 1, 2012.
- RESENDE, D. S. et al. Mediação de leitura na educação infantil: a partir do folclore nacional. Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar, 2021.
- RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. O Folclore na Escola. Revista de Folclore. n. 5. p. 1-30. Rio de Janeiro: CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1976.
- VALLE, C. G. O.; VIEIRA, J. G. FOLCLORE, ANTROPOLOGIA OU CIÊNCIAS SOCIAIS: A AUTONOMIZAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO NO RIO GRANDE DO NORTE. Revista Raízes, Campina Grande, v. 40, n. 2, jul./dez., 2020.
- VIANNA, L. C. R. NOTAS SOBRE O CAMPO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL. Humanidades & Tecnologia, 2020.
- VISGUEIRA CUNHA, A. M.; GONÇALVES, F. W. de A. S. O ensino do folclore na educação infantil: Sob o olhar dos professores. Revista Internacional de Folkcomunicação, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 165–180, 2019.
- WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. EDUCAÇÃO E FOLCLORE: POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR. Revista da FUNDARTE, [S. l.], n. 33, p. 137–162, 2017.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

  10.56238/livrosindi202511-003

Paulo César Mendes

Mestre, Unimontes
Montes Claros, MG
E-mail: paulocesarmndes@gmail.com

Robson Silva Cavalcanti

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Área de concentração: Habitat Humano e Meio Ambiente PRODEMA-UFPB/UEPB
Professor da ECIT Advogado Nobel Vita, Coremas-PB
E-mail: robsonsilvacavalcanti@yahoo.com.br

Ricardo Santos de Almeida

Doutorado em Educación
Universidade Estadual de Alagoas
E-mail: ricardosantosal@gmail.com

Ivo Batista Conde

Universidade Estadual do Ceará
Ceará, Brasil

Glaucia Eliane da Silva

Especialista em Psicopedagogia
Universidade Brasil

Keila Lima Sanches

Doutora em Economia Florestal
Instituto Federal de Brasília/IFB
E-mail: keila.sanches@gmail.com

William Mantovani

Mestre em Ciências Contábeis e Administração
FUCAPE BUSINESS SCHOOL
E-mail: mantovani_william@hotmail.com

Juliana Cecília Padilha de Resende

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Jaciene Timóteo de Oliveira Souza

Pós Graduada em Gestão e Organização da Escola- Unopar
Universidade Norte do Paraná
E-mail: jacieneet@hotmail.com

Iranildo de Oliveira Nery

Universidade do Vale do Taquari - Univates/Rs
Rio Grande do Sul, Brasil

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Instituto Federal do Piauí
Piauí, Brasil

Ana Maria da Silva Gonçalves
Mestranda em Educação Matemática
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
E-mail: ana.maria1@aluno.ufop.edu.br

Luciano Oliveira Rezende
Escola Superior de Direito, Proordem Goiânia
Goiânia, Brasil

Lucas Teixeira Dezem
Universidade de Ribeirão Preto
Ribeirão Preto, Brasil

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a importância da educação quilombola e a efetiva inclusão do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, abordando seus impactos na valorização da diversidade étnico-racial e nos desafios enfrentados na implementação dessa proposta. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e descritiva, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 17 profissionais da educação, incluindo professores, coordenadores e gestores escolares, que atuam em contextos relacionados à cultura afro-brasileira e quilombola. Os resultados revelaram que, embora a inclusão da cultura afro-brasileira seja reconhecida como essencial para uma educação mais inclusiva, a implementação ainda enfrenta desafios como a falta de formação específica para os professores, a escassez de materiais didáticos e a resistência em tratar de temas sensíveis como o racismo. No entanto, a pesquisa também destacou que, quando bem implementada, a educação quilombola pode promover um ambiente escolar mais respeitoso e engajador, especialmente para estudantes negros e quilombolas. A conclusão da pesquisa aponta para a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que contemplem a formação continuada dos educadores e o fornecimento de recursos adequados, além de reforçar a importância do envolvimento da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem. A valorização da cultura afro-brasileira nas escolas é, portanto, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1 INTRODUÇÃO

A educação quilombola é um tema que tem ganhado relevância nos últimos anos no contexto educacional brasileiro, principalmente devido ao reconhecimento das especificidades e necessidades das comunidades quilombolas. Essas comunidades, formadas por descendentes de africanos que resistiram à escravidão e se estabeleceram em áreas isoladas, possuem uma rica herança cultural e histórica que precisa ser reconhecida e valorizada. A educação, nesse contexto, se configura como um importante instrumento de afirmação e preservação dessa identidade cultural, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania e do empoderamento desses grupos sociais (Araújo; Nogueira; Guerra, 2023).

A inclusão da educação quilombola nas escolas brasileiras é uma forma de garantir o direito à educação de qualidade para todos, respeitando as particularidades étnico-raciais, sociais e culturais das populações afrodescendentes. O ensino deve ser pautado em práticas pedagógicas que considerem

as especificidades da história, da língua, das tradições e da religiosidade quilombola. Assim, é fundamental que o currículo escolar não apenas inclua essas temáticas, mas também se baseie em metodologias que promovam a valorização e o respeito pela diversidade cultural brasileira (Alexandre, 2013; Alves; Teixeira; Santos, 2022).

A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, representa um marco importante no reconhecimento da contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. A implementação dessa lei é uma forma de combater o racismo estrutural, promovendo a equidade racial e garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham acesso ao conhecimento sobre a riqueza da cultura afro-brasileira. O ensino da cultura afro-brasileira deve ser transversal e estar presente em todas as disciplinas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Camargo; Faustino; Benite, 2023).

O ensino da cultura afro-brasileira, ao ser inserido nas escolas, também possibilita o reconhecimento das identidades negras e quilombolas, que muitas vezes foram marginalizadas ou invisibilizadas ao longo da história. Essa visibilidade é um passo importante para a construção de uma identidade coletiva que valorize a contribuição dos afrodescendentes na formação do Brasil, não apenas no passado, mas também no presente e futuro (Coelho; Brito, 2020).

Ao conhecer e entender a trajetória dos quilombos e suas lutas, os estudantes desenvolvem uma maior compreensão sobre as desigualdades sociais e raciais que ainda existem no país. Além disso, a educação quilombola e o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas não se limitam a uma mera transmissão de conteúdos, mas também devem estimular a reflexão crítica sobre as relações raciais no Brasil. Ao abordar a história da escravidão, a luta pela liberdade e a resistência quilombola, a educação pode ajudar a desconstruir estereótipos e preconceitos, fomentando o respeito e a convivência harmônica entre diferentes grupos étnicos. A partir desse aprendizado, é possível criar um ambiente escolar mais inclusivo e menos suscetível à reprodução de discriminações raciais (Alves; Teixeira; Santos, 2022).

No entanto, apesar dos avanços legais, a implementação efetiva da educação quilombola ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada para os professores, a escassez de materiais didáticos específicos e a resistência de algumas instituições educacionais em abordar temas relacionados à cultura afro-brasileira de maneira profunda e comprometida. A formação continuada dos educadores é essencial para que possam trabalhar essas questões de maneira crítica e inovadora, garantindo que o ensino da história e da cultura afro-brasileira seja abordado de forma contextualizada e respeitosa (Coelho; Brito, 2020).

O objetivo desta pesquisa é analisar a importância da educação quilombola e a efetiva inclusão do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva. Busca-se compreender como a implementação dessas temáticas pode contribuir para a valorização das identidades negras e quilombolas, além de identificar os desafios e as possibilidades de promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária para todos os estudantes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem exploratória, qualitativa e descritiva, com o objetivo de compreender o impacto da educação quilombola e da inclusão do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas. A pesquisa exploratória foi escolhida por ser uma estratégia adequada para o levantamento de informações preliminares sobre o tema, sem a intenção de estabelecer conclusões definitivas, mas proporcionando uma visão mais ampla sobre as práticas educacionais em contexto quilombola. A abordagem qualitativa permitiu investigar, de maneira aprofundada, as percepções, experiências e desafios enfrentados pelos profissionais da educação ao lidar com essas temáticas, enquanto o caráter descritivo possibilitou uma representação detalhada dos fenômenos observados.

A amostra foi composta por 17 profissionais da educação, entre professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, todos com experiência ou envolvimento com o ensino em escolas que atendem estudantes provenientes de comunidades quilombolas ou que abordam a cultura afro-brasileira em seu currículo. A escolha dessa amostra foi baseada na intenção de compreender as práticas pedagógicas e as percepções dos educadores diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem relativo à temática afro-brasileira, além de captar diferentes perspectivas sobre a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma interação mais fluida entre o pesquisador e os participantes. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas de forma cuidadosa, garantindo que as informações coletadas refletissem as experiências e opiniões dos profissionais de maneira fiel e abrangente. As questões abordadas nas entrevistas estavam centradas em temas como a adequação do currículo escolar para a inclusão da cultura afro-brasileira, os desafios enfrentados pelos docentes na abordagem da história e identidade quilombola, e as estratégias pedagógicas utilizadas para promover uma educação inclusiva e representativa.

Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise qualitativa, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Esse método permitiu identificar categorias e padrões nos discursos dos entrevistados, possibilitando a interpretação das respostas à luz dos objetivos da pesquisa. A análise foi dividida em etapas: inicialmente, os dados foram organizados e classificados conforme os temas emergentes. Em seguida, buscou-se uma reflexão crítica sobre os dados, buscando entender as

práticas pedagógicas adotadas nas escolas, os obstáculos encontrados pelos profissionais e as sugestões para uma educação mais inclusiva e contextualizada.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados e a análise dos dados coletados na pesquisa sobre a educação quilombola e a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas evidenciaram aspectos significativos sobre a prática pedagógica, os desafios enfrentados pelos profissionais da educação e as potencialidades do processo de implementação da Lei 10.639/2003. A partir das entrevistas realizadas com os 17 profissionais da educação, que compuseram a amostra da pesquisa, foram identificados pontos comuns e divergentes nas respostas, permitindo uma compreensão mais aprofundada do contexto educacional.

Um dos principais achados foi a percepção dos entrevistados sobre a importância de incluir a cultura afro-brasileira no currículo escolar. Segundo os respondentes E03 e E08, “o ensino da cultura afro-brasileira é fundamental para a construção de uma identidade mais inclusiva para todos os estudantes, não apenas para os negros”. Para E03, a história do Brasil não pode ser contada sem a contribuição significativa dos afrodescendentes, e essa percepção é compartilhada por muitos educadores, como foi possível observar nas respostas de outros participantes. Eles destacaram que o ensino dessa cultura contribui para um ambiente escolar mais justo, onde todas as etnias são respeitadas e valorizadas.

No entanto, a implementação desse ensino nas escolas ainda enfrenta obstáculos consideráveis. De acordo com E07 e E10, a falta de preparo e de materiais didáticos adequados é um desafio constante. “Não temos livros didáticos que abordem de maneira aprofundada a cultura afro-brasileira, o que torna nosso trabalho mais difícil. Além disso, muitos professores não foram preparados para tratar desse conteúdo de forma crítica e reflexiva”, afirmou E10. Esse relato reflete a percepção de muitos participantes, que indicaram a carência de materiais específicos que atendam às necessidades da educação quilombola e afro-brasileira. Em muitos casos, os professores se veem obrigados a improvisar e buscar materiais fora do ambiente escolar para cumprir com a exigência legal.

Outro ponto relevante abordado pelos entrevistados foi a resistência por parte de alguns educadores em tratar da cultura afro-brasileira nas escolas. Segundo E05, “há um certo receio entre os colegas em abordar a história da escravidão e os impactos disso, especialmente quando se trata de estudantes brancos”. Essa resistência, identificada por vários respondentes, pode ser atribuída à falta de preparo adequado, mas também à dificuldade de lidar com temas sensíveis, como o racismo e as desigualdades sociais.

A falta de uma formação específica para trabalhar a diversidade cultural e as relações raciais é um fator recorrente apontado pelos participantes. Ainda sobre a resistência, E09 acrescenta que, “muitas vezes, os professores se sentem desconfortáveis ao tratar de temas como racismo, por acharem que estão tomando partido ou criando um ambiente de divisão”. Esse receio parece se estender para os gestores escolares, que, conforme relatado por E06, “demonstram insegurança em lidar com as demandas de uma educação mais inclusiva, por não saberem como implementar as mudanças de forma eficaz”. Isso é evidenciado também na falta de espaços de formação continuada para educadores, uma vez que muitos profissionais afirmaram não ter acesso a treinamentos regulares que abordem a temática racial e quilombola.

Por outro lado, quando a educação quilombola é bem implementada, ela tem o poder de transformar a realidade escolar. De acordo com E02, “ao trazer a história e a cultura quilombola para o currículo, os alunos se tornam mais conscientes de suas origens e das lutas de seus antepassados”. Essa reflexão é confirmada por E04, que observou que os estudantes negros, especialmente aqueles de comunidades quilombolas, demonstram maior interesse e engajamento nas aulas quando se veem representados. “Quando eles se reconhecem nas aulas de história, eles começam a participar mais ativamente”, afirmou E04.

O envolvimento dos alunos com o conteúdo, quando ele é contextualizado e vinculado à sua realidade, é um dos aspectos mais positivos desse tipo de abordagem educacional. Além disso, a valorização da cultura afro-brasileira contribui para uma redução do preconceito e da discriminação nas escolas. E08 relatou que, após a implementação de práticas pedagógicas que abordam a cultura quilombola, observou uma mudança significativa no comportamento de seus alunos. “O preconceito diminuiu, pois os estudantes passaram a respeitar mais a cultura uns dos outros. Isso favorece um ambiente mais harmônico”, afirmou E08. Para E11, que também compartilhou dessa experiência, “quando você ensina as crianças sobre a riqueza das culturas afro-brasileiras, elas começam a ver os outros de maneira mais empática e respeitosa”.

Outro aspecto abordado foi o papel da família e da comunidade quilombola no processo educativo. E12 destacou que, “quando a comunidade se envolve, a educação ganha força. As famílias quilombolas têm um grande valor cultural a agregar à escola, e o envolvimento delas no processo pedagógico fortalece o aprendizado dos alunos”. De fato, muitos educadores indicaram que a participação das famílias e das lideranças quilombolas é crucial para a implementação de um ensino mais significativo. Isso reflete o desejo de tornar a escola um ambiente que dialoga com as realidades locais, respeitando as tradições e os saberes originários dessas comunidades.

No entanto, a falta de parcerias e de apoio institucional para promover esse diálogo entre escola e comunidade foi citada como uma limitação. E01 e E03 mencionaram que, muitas vezes, a escola não tem apoio suficiente para promover eventos ou atividades que envolvam as famílias quilombolas. "As escolas que atendem a essas comunidades precisam de mais recursos para realizar atividades culturais e educacionais que integrem o conhecimento tradicional", afirmou E03. A escassez de recursos, tanto financeiros quanto humanos, foi uma preocupação recorrente entre os entrevistados, que apontaram a necessidade de uma maior valorização da educação quilombola por parte das políticas públicas.

Em relação ao papel dos professores, muitos relataram que a formação continuada é essencial para que eles possam atuar com mais segurança e competência. Segundo E06, "a formação é fundamental para que os professores se sintam mais seguros para ensinar sobre esses temas sem medo de cometer erros". A maior parte dos profissionais entrevistados reconheceu que, para que a educação quilombola seja bem sucedida, é preciso investir no aperfeiçoamento constante dos educadores. Eles sugeriram a criação de cursos de capacitação, workshops e palestras que abordem a história da escravidão, os quilombos e a cultura afro-brasileira de forma mais aprofundada.

A análise dos dados também revelou que o ensino da cultura afro-brasileira pode ser uma ferramenta poderosa na construção de uma cidadania crítica e consciente. E07 afirmou que, "ao aprender sobre as injustiças históricas e sociais que marcaram o país, os estudantes se tornam mais críticos e passam a questionar o status quo". Esse ponto foi reforçado por outros participantes, que destacaram que a educação quilombola e afro-brasileira não deve ser vista apenas como uma ação de resgate cultural, mas também como uma forma de formar cidadãos conscientes e engajados nas lutas sociais e políticas atuais.

A análise dos dados mostrou, ainda, que há uma necessidade urgente de uma política pública mais robusta e específica para a educação quilombola. E05 e E10 destacaram a falta de uma política nacional estruturada que oriente de forma clara as práticas pedagógicas para as escolas quilombolas. Segundo E05, "a legislação existe, mas muitas vezes não há um acompanhamento efetivo das políticas públicas nas escolas". E10 complementou, dizendo que, "sem uma política de estado consistente, os avanços ficam limitados e a implementação da Lei 10.639/2003 se torna desigual entre as escolas".

Por fim, é possível afirmar que a implementação da educação quilombola e do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras enfrenta desafios consideráveis, mas também oferece grandes oportunidades para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A formação de educadores, o engajamento da comunidade e o investimento em recursos materiais são fundamentais para garantir que a educação seja verdadeiramente transformadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a educação quilombola e a importância do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas revelou aspectos cruciais para a promoção de uma educação mais inclusiva e representativa das diversas identidades presentes no Brasil. Os resultados indicaram que, embora haja um crescente reconhecimento da importância de incluir a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar, a implementação efetiva dessa proposta ainda enfrenta desafios significativos. A falta de preparação adequada dos professores, a escassez de materiais didáticos específicos, a resistência por parte de alguns educadores e a ausência de uma política pública mais estruturada são alguns dos obstáculos apontados pelos participantes da pesquisa.

No entanto, também foram observados aspectos positivos que evidenciam o impacto transformador da educação quilombola quando bem implementada. A inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar contribui para a valorização da diversidade étnico-racial, reduz a discriminação e promove um ambiente mais inclusivo, onde todos os estudantes, independentemente de sua origem, se sentem respeitados e representados.

Além disso, a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola contribui para o fortalecimento das identidades dos estudantes, especialmente daqueles provenientes de comunidades quilombolas, proporcionando um aprendizado mais significativo e engajador. A pesquisa também destacou a importância do envolvimento das famílias e das comunidades quilombolas no processo educativo, o que fortalece a relação entre a escola e a realidade local. Quando há uma colaboração estreita entre educadores, alunos e comunidade, o ensino torna-se mais contextualizado e relevante, refletindo as necessidades e especificidades de cada grupo.

Contudo, a escassez de recursos e de políticas públicas eficazes ainda limita o potencial dessa educação. Em face dos desafios encontrados, a pesquisa aponta para a necessidade urgente de políticas públicas mais robustas e específicas para a educação quilombola, que promovam a formação continuada dos professores, o fornecimento de materiais adequados e o apoio às escolas que atendem a essas comunidades. A implementação da Lei 10.639/2003, embora essencial, ainda carece de um acompanhamento mais próximo e de estratégias que garantam sua aplicação de forma equitativa em todo o território nacional.

Em conclusão, a educação quilombola e o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras são fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária, que respeite e valorize suas diversas origens culturais. Para que isso se concretize de forma plena, é necessário um esforço conjunto entre governo, escolas, educadores e comunidades para superar os obstáculos identificados e garantir que o ensino da cultura afro-brasileira seja uma prática cotidiana, enriquecedora e transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, I. J. Diversidade cultural, relações e educação na UNEMAT. **Revista da Faculdade de Educação (Universidade do Estado de Mato Grosso)**. Cáceres, v. 20, n. 2, p. 115-126, Jul/Dez. 2013.
- ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 450-465, maio/ago. 2022.
- ARAÚJO, E. M.; NOGUEIRA, E. N. N. C.; GUERRA, A. L. R. Lei 10.639/2003: a educação étnico-racial como uma linha dos direitos humanos. Lei 10.639/2003: a educação étnico-racial como uma linha dos direitos humanos. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. 17387–17399, 2023.
- CAMARGO, M. J. R.; FAUSTINO, G. A. A.; BENITE, A. M. C. Denegrindo trajetórias acadêmicas: formação docente em Química e a Lei 10.639/2003. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, e23045, 2023.
- COELHO, W. de N. B.; DE BRITO, N. J. C. DEZ ANOS DA LEI N. 10.639/2003 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES RACIAIS EM ARTIGOS (2003/2013): UM TEMA EM DISCUSSÃO. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 19-42, 2020.

FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

 Crossref  10.56238/livrosindi202511-004**Raphael Pereira**

Mestre em Educação, UFES
Doutorando em Educação, UNiB
Centro Universitário Estácio de Vitória, Estácio Vitória
E-mail: raphaelpharma@hotmail.com

Rodolfo Claudio da Cruz

Mestre em Educação
Unemat Caceres-MT

Giuliana Loffredo Gutierrez

Universidade Federal do Paraná

Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy

Mestrado
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP
E-mail: tatisbernardy@gmail.com

Ana Maria da Silva Gonçalves

Mestranda em Educação Matemática
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
E-mail: ana.maria1@aluno.ufop.edu.br

Luciana Tener Lima

Universidade Federal de Alagoas

Teodoro Antunes Gomes Filho

Doutorando em Educação (UNISINOS)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
ORCID: 0000-0002-7391-5637
E-mail: teoantunes@msn.com

André Luciano Alves

Doutorado em Educação
Universidade Unilasalle
E-mail: pedagogoala@yahoo.com.br

Leandro Reis Bottura

Mestre em Educação
Must University
E-mail: leandro@leandrobottura.com.br

Morise de Gusmão Malheiros

Mestre em Ciências da Educação
Faculdades Nova Esperança - FACENE/FAMENE
E-mail: morisegusma@hotmail.com

Darcilio Dantas Dias Novo Júnior

Faculdades Nova Esperança - FACENE/FAMENE

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a formação docente no contexto da educação inclusiva, identificando as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e as estratégias adotadas para atender à diversidade na sala de aula. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, com uma amostra composta por 12 profissionais da educação, incluindo professores da educação básica, pedagogos e especialistas em educação inclusiva. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a formação inicial dos docentes, em grande parte, não os prepara adequadamente para lidar com as demandas da inclusão, uma vez que os cursos de licenciatura carecem de disciplinas específicas sobre educação inclusiva. Embora a formação continuada oferecida pelas escolas seja vista como positiva, ela é considerada insuficiente para atender às necessidades específicas dos alunos, como os com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, foi observada a falta de recursos materiais e humanos nas escolas, o que dificulta a implementação de práticas inclusivas eficazes. A pesquisa conclui que, embora existam lacunas significativas na formação docente, a motivação e o comprometimento dos professores com a inclusão são fatores importantes para superar esses desafios. A pesquisa sugere que, para alcançar uma educação inclusiva efetiva, é necessário aprimorar a formação inicial e continuada dos educadores, melhorar a infraestrutura das escolas e promover uma cultura de colaboração e valorização da diversidade.

Palavras-chave: Formação docente, Educação, Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A formação docente no contexto da educação inclusiva é um tema central para a construção de uma escola que realmente atenda à diversidade de seus alunos. Em um cenário educacional que busca promover a equidade, o papel do professor ganha uma dimensão mais complexa, pois ele deve ser capaz de lidar com as mais variadas necessidades de aprendizagem de seus estudantes. No entanto, a preparação dos educadores para lidar com essa diversidade ainda é um grande desafio no Brasil e em muitos outros países. A inclusão escolar, que visa garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas deficiências ou dificuldades, exige que os professores possuam uma formação que vá além do domínio de conteúdos curriculares (Castro; Alves, 2018).

A educação inclusiva propõe a mudança de uma escola que só acolhe alguns alunos para uma que possa atender a todos, reconhecendo e valorizando as diferenças. Isso implica a necessidade de estratégias pedagógicas diversificadas, adaptações curriculares e o uso de recursos que atendam aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Para que os professores possam atender a essas demandas, é essencial que sua formação inicial e continuada contemplem não apenas o aspecto técnico da docência, mas também a construção de uma postura inclusiva, ética e reflexiva (Barbosa; Bezerra, 2021).

Neste contexto, é importante destacar que a formação docente no Brasil tem avançado, mas ainda enfrenta diversas lacunas. Embora as políticas públicas tenham avançado, como a implementação de leis que garantem a matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares, a preparação dos docentes muitas vezes não acompanha essas mudanças. A formação inicial, oferecida pelos cursos de licenciatura, nem sempre prepara os professores para lidar com a diversidade nas salas de aula. A falta de conteúdo específico sobre educação inclusiva nas grades curriculares, bem como a escassez de práticas pedagógicas voltadas para a inclusão, são obstáculos a serem superados (Mendonça; Silva, 2015).

Além disso, a formação continuada, que deveria ser um meio para suprir essas lacunas e proporcionar aos educadores as ferramentas necessárias para a prática inclusiva, também enfrenta desafios. A oferta de cursos e programas de formação continuada ainda é desigual, e muitos professores não têm acesso a uma formação específica sobre educação inclusiva. Mesmo quando esses cursos são oferecidos, a qualidade e a profundidade do conteúdo nem sempre são suficientes para que os docentes se sintam seguros e preparados para lidar com a complexidade da inclusão (Mororó, 2017).

Outro ponto fundamental é a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na formação dos docentes, que envolve não apenas os conhecimentos pedagógicos, mas também as áreas da psicologia, da medicina e da educação especial. Para que os professores consigam identificar as necessidades de cada aluno e implementar estratégias de ensino adequadas, é fundamental que tenham uma compreensão ampla das diversas deficiências e das melhores formas de atendimento pedagógico para cada caso. Essa formação exige não só o conhecimento técnico, mas também um desenvolvimento de atitudes de empatia, paciência e flexibilidade (Neto et al., 2018).

A inclusão escolar, portanto, não é um processo que ocorre de forma isolada dentro da sala de aula, mas sim um movimento que envolve a transformação de toda a escola. A formação docente deve contemplar, assim, uma reflexão sobre o papel do educador na construção de uma cultura escolar inclusiva, que vá além da adaptação curricular. Ela deve abordar, também, a importância do trabalho colaborativo com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, e o papel da família e da comunidade nesse processo (Neto et al., 2018).

Diante desse panorama, o objetivo desta pesquisa é analisar como a formação docente tem sido estruturada no contexto da educação inclusiva, identificando os principais desafios e as estratégias adotadas para superar as dificuldades encontradas. A pesquisa pretende avaliar a adequação da formação inicial e continuada dos professores, bem como a eficácia das políticas públicas voltadas para a inclusão, com o intuito de propor caminhos que possam contribuir para uma formação mais eficiente e alinhada às necessidades da educação inclusiva no Brasil.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem descritiva, tendo como objetivo analisar a formação docente no contexto da educação inclusiva e compreender como os professores percebem e lidam com as demandas de inclusão em suas práticas pedagógicas. A metodologia descritiva foi escolhida por permitir uma compreensão detalhada da realidade vivenciada pelos docentes, sem a intervenção direta do pesquisador na dinâmica do grupo. Dessa forma, foi possível retratar de maneira precisa as percepções e desafios enfrentados pelos profissionais da educação ao lidarem com a diversidade na sala de aula.

A amostra da pesquisa foi composta por 12 profissionais da educação, sendo 6 professores da educação básica, 3 pedagogos e 3 especialistas em educação inclusiva. Os participantes foram selecionados por conveniência, considerando a disponibilidade e o interesse dos profissionais em participar do estudo. Esses educadores atuam em escolas públicas e privadas de uma determinada região, garantindo uma diversidade de contextos e experiências no campo da inclusão escolar. A escolha dessa amostra foi baseada na busca por profissionais que já tivessem alguma experiência com práticas inclusivas, permitindo uma análise mais rica e variada das questões abordadas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, nas quais os participantes foram convidados a compartilhar suas experiências, desafios e percepções sobre a formação recebida e a prática pedagógica inclusiva. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos participantes e transcritas integralmente para posterior análise. As perguntas abordaram temas como a preparação inicial para a inclusão, a formação continuada oferecida pelas escolas, as estratégias utilizadas para atender alunos com deficiência, e as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, que permite identificar padrões e temas recorrentes nas respostas dos participantes. As transcrições das entrevistas foram codificadas, e as informações foram agrupadas em categorias relacionadas às áreas de formação docente, práticas pedagógicas inclusivas, desafios enfrentados e sugestões de melhorias. A partir dessa análise, foi possível identificar as principais lacunas na formação docente e as áreas em que os profissionais sentem maior necessidade de apoio, bem como as estratégias que consideram mais eficazes para promover a inclusão nas salas de aula.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa revelaram um panorama complexo sobre a formação docente no contexto da educação inclusiva, com muitos desafios e algumas boas práticas que merecem ser destacadas. A análise dos dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas revelou

diferentes percepções e experiências entre os profissionais da educação, tanto no que se refere à formação inicial quanto à formação continuada e à implementação de estratégias pedagógicas inclusivas.

Um dos principais pontos levantados pelos participantes foi a falta de preparação adequada durante a formação inicial. Segundo os respondentes E01 e E02, "a formação que recebi na universidade foi muito teórica, mas não me preparou para a realidade da sala de aula, onde as demandas são muito mais práticas e urgentes".

A falta de disciplinas específicas sobre educação inclusiva nos cursos de licenciatura foi uma constante nas entrevistas. De acordo com E06, "não tive nenhuma formação que me capacitasse para trabalhar com alunos com deficiência. Eu aprendi na prática, com muito erro e acerto". Essa percepção foi reforçada por E08, que afirmou: "Na faculdade, aprendi sobre teoria pedagógica, mas nunca foi abordado o cuidado com alunos com deficiências físicas ou cognitivas, e isso é algo que falta muito".

Embora muitos participantes relataram que a formação inicial deixou a desejar, alguns destacaram que as escolas ofereceram alguma formação continuada, o que, para muitos, representou uma oportunidade importante de aprimoramento. E03 mencionou: "A escola onde trabalho oferece cursos periódicos sobre educação inclusiva, o que tem sido fundamental para minha prática, especialmente quando abordamos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)". E04 também compartilhou uma experiência positiva: "Participei de um curso sobre estratégias de ensino para alunos com deficiências auditivas, o que fez toda a diferença na minha prática pedagógica".

No entanto, mesmo os professores que participaram desses cursos apontaram que, muitas vezes, a formação continuada não é suficiente para preparar adequadamente o docente para lidar com a diversidade dentro da sala de aula. E07 afirmou: "Os cursos são bons, mas não são suficientes. Eles tratam de maneira geral, mas as necessidades dos alunos variam muito, e a escola precisa de mais apoio especializado".

Outro ponto importante destacado pelos participantes foi a escassez de recursos materiais e humanos nas escolas. E05 relatou: "A escola até tenta implementar algumas estratégias, mas falta material didático adaptado e profissionais especializados que possam dar suporte aos professores na hora de atender um aluno com deficiência". E09 concordou, acrescentando: "Embora os cursos de formação continuada sejam um ponto positivo, o que realmente faz a diferença é a infraestrutura da escola, que muitas vezes não está preparada para atender a todos os alunos". Esses relatos evidenciam a importância da formação docente ser acompanhada de uma estrutura de suporte adequada para que a inclusão efetivamente aconteça na prática.

No que se refere às estratégias pedagógicas adotadas pelos professores, muitos destacaram a importância da adaptação curricular. E06 relatou: "Com os alunos com deficiência, temos que ser criativos. Às vezes, o conteúdo que temos de ensinar é o mesmo, mas precisamos encontrar formas alternativas de apresentá-lo". Essa adaptação curricular é vista como essencial para atender às necessidades de aprendizagem de alunos com diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

No entanto, E04 alertou para a dificuldade de personalizar o ensino dentro de uma turma com muitos alunos: "É difícil adaptar o conteúdo para cada um, especialmente quando a turma é grande e não temos tempo suficiente para fazer todas as adaptações necessárias".

Em relação à colaboração entre os profissionais da escola, muitos participantes destacaram a importância do trabalho em equipe. E02 relatou: "Temos um bom trabalho em equipe com psicólogos e terapeutas, o que facilita a implementação de estratégias mais eficazes". E08 também enfatizou a importância da colaboração com outros especialistas: "A troca de ideias com os outros profissionais da escola é muito importante. Quando temos dificuldades, podemos contar com a ajuda dos outros, o que faz toda a diferença".

No entanto, essa colaboração nem sempre acontece de maneira fluida. E07 compartilhou uma experiência negativa: "Às vezes, sinto que os outros profissionais não estão tão envolvidos quanto deveriam, o que torna o trabalho mais difícil. A escola precisa ser mais integrada".

A questão da postura dos professores também foi um tema recorrente nas entrevistas. Muitos destacaram a importância de desenvolver uma postura inclusiva, que envolvesse não apenas a adaptação curricular, mas também atitudes mais empáticas e respeitosas em relação aos alunos com deficiência. E10 relatou: "Acredito que a formação precisa tratar também da postura do professor. Não é só sobre técnicas, é sobre como olhar para o aluno com deficiência de uma maneira diferente, com respeito e sem pena".

Essa perspectiva foi compartilhada por E01, que afirmou: "A inclusão não é apenas uma questão pedagógica, mas também ética e emocional. O professor precisa estar preparado para lidar com o emocional dos alunos e também com o seu próprio preconceito". Esses depoimentos indicam que a formação docente precisa abranger tanto as questões técnicas quanto as atitudes e valores que devem ser cultivados na prática inclusiva.

Por outro lado, alguns participantes destacaram que, embora o trabalho com alunos com deficiência seja desafiador, ele também traz recompensas. E06 afirmou: "Embora o trabalho seja intenso, ver a evolução dos alunos com deficiência é muito gratificante. Eles podem aprender, mas precisamos dar o suporte certo". E04 compartilhou uma experiência positiva com um aluno com deficiência física: "Era um aluno com mobilidade reduzida, e, com algumas adaptações, ele conseguiu acompanhar o conteúdo. Foi uma experiência maravilhosa ver o progresso dele".

Esses relatos mostram que a inclusão, quando bem implementada, pode ser altamente satisfatória tanto para os alunos quanto para os professores. Entretanto, a falta de capacitação para lidar com transtornos específicos foi uma preocupação expressa por vários participantes. E03 comentou: "Sinto que falta formação para lidar com alunos com transtornos do espectro autista. Embora a escola ofereça algumas orientações, é um campo complexo e não temos preparação adequada para atendê-los de forma mais especializada". E09 também indicou essa lacuna: "A formação oferecida pela escola é muito genérica. Precisamos de cursos específicos para lidar com alunos com TEA, por exemplo".

Esses depoimentos refletem uma necessidade urgente de capacitação mais aprofundada em áreas específicas da educação inclusiva. A formação continuada, embora bem vista por muitos, ainda é considerada insuficiente para lidar com as necessidades da educação inclusiva. E10 argumentou: "Precisamos de mais capacitação, mas também de apoio diário dentro da escola. Não basta só o curso, é necessário um acompanhamento contínuo na prática". A falta de acompanhamento contínuo dentro da sala de aula foi uma preocupação recorrente. E05 relatou: "O curso é ótimo, mas não temos ninguém para nos apoiar no dia a dia, para discutir as situações específicas que surgem com cada aluno".

Os depoimentos apontam para a necessidade de uma abordagem mais prática e contínua na formação docente. Além disso, muitos participantes reconheceram que a inclusão exige uma mudança na forma como os professores enxergam a escola e a educação. E07 compartilhou: "A inclusão não pode ser vista como uma ação isolada, mas como parte de um processo de transformação da escola inteira. Não adianta só adaptar a aula se a escola não tiver um compromisso coletivo com a inclusão". Essa visão foi reforçada por E02, que disse: "A inclusão precisa ser um valor da escola como um todo, e não apenas responsabilidade do professor". Esses relatos indicam que a educação inclusiva deve ser encarada como um compromisso de toda a comunidade escolar, e não uma tarefa individual do docente.

Por fim, a pesquisa apontou que, apesar dos desafios, muitos professores demonstram empenho e vontade de aprender e se aprimorar para atender às necessidades de seus alunos. E01 concluiu: "A formação nunca é suficiente, mas quando o professor tem vontade de aprender e se dedicar, ele consegue fazer a diferença". E06 também destacou a importância da motivação: "Quando o professor tem vontade de realmente ajudar, ele encontra formas de aprender e melhorar sua prática, mesmo sem uma formação perfeita". Esses relatos apontam que, embora a formação docente na educação inclusiva ainda apresente lacunas significativas, o empenho pessoal do educador é um fator determinante para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas eficazes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a formação docente no contexto da educação inclusiva revelou que, embora existam avanços importantes na implementação de políticas de inclusão escolar, ainda existem desafios significativos na preparação dos professores para atender à diversidade de necessidades dos alunos. A formação inicial, em muitos casos, não proporciona uma base sólida para os docentes lidarem com as complexas demandas da educação inclusiva, uma vez que a maioria dos cursos de licenciatura não oferece uma formação específica ou aprofundada sobre como lidar com alunos com deficiências ou transtornos. Isso se reflete na percepção de muitos entrevistados, que relataram dificuldades em aplicar estratégias pedagógicas inclusivas sem a devida preparação acadêmica.

A formação continuada, por outro lado, tem sido um ponto positivo para alguns profissionais da educação, com muitos destacando cursos e programas oferecidos pelas escolas como fundamentais para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas. No entanto, os depoimentos indicam que essas formações, embora valiosas, ainda são insuficientes, especialmente quando se tratam de questões específicas, como o atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras necessidades mais complexas. A escassez de recursos materiais e humanos nas escolas também foi apontada como uma barreira significativa para a efetivação da inclusão escolar, uma vez que muitos professores não têm acesso a materiais didáticos adaptados ou ao suporte de profissionais especializados, como psicólogos ou terapeutas.

Outro ponto relevante é a percepção de que a educação inclusiva exige mais do que adaptações curriculares ou estratégias pedagógicas diferenciadas; ela demanda uma mudança de postura por parte dos educadores, que precisam desenvolver atitudes mais empáticas, éticas e inclusivas. Os relatos indicaram que, muitas vezes, os professores enfrentam dificuldades não apenas em termos técnicos, mas também emocionais, ao lidarem com alunos que possuem necessidades educacionais especiais. O desenvolvimento de uma postura inclusiva, baseada no respeito à diversidade e na valorização de cada aluno, foi considerado um aspecto essencial da formação docente.

Além disso, a colaboração entre os profissionais da escola foi destacada como um fator determinante para o sucesso da inclusão. A troca de experiências e o trabalho em equipe com outros educadores, psicólogos, terapeutas e familiares podem fortalecer as práticas pedagógicas e garantir que os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento. No entanto, a pesquisa também revelou que, em muitos casos, essa colaboração não é efetiva, o que pode prejudicar a implementação de estratégias inclusivas de forma mais integrada e eficiente.

A análise dos dados também evidenciou que, apesar dos desafios, muitos professores estão dispostos a aprender e se aprimorar, e que, mesmo diante de lacunas na formação, buscam formas alternativas de adaptar suas práticas e garantir a aprendizagem de todos os alunos. Essa disposição para a melhoria contínua é um ponto positivo, pois indica que, com o suporte adequado, os educadores têm o potencial de superar obstáculos e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. A motivação dos professores e o comprometimento com a inclusão escolar foram aspectos destacados em diversas entrevistas, mostrando que, mesmo com limitações, muitos educadores estão engajados em proporcionar uma educação de qualidade para todos.

Em suma, a pesquisa indica que, embora a formação docente no contexto da educação inclusiva apresente falhas significativas, há um caminho a ser percorrido para melhorar a capacitação dos professores e garantir que as escolas sejam realmente inclusivas. A criação de programas de formação inicial mais robustos, a ampliação da oferta de formação continuada de qualidade, a disponibilização de recursos adequados e a promoção de uma cultura escolar inclusiva são medidas fundamentais para que a inclusão escolar se torne uma realidade efetiva. A pesquisa sugere que, ao investir na formação e no suporte adequado aos docentes, será possível superar os desafios atuais e construir um sistema educacional mais justo e igualitário para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em perspectivas**, v. 2, n. 2, 2021.
- CASTRO, P. A.; ALVES, C. O. S. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira**, v. 7, n. 16, 2018.
- MENDONÇA, F. L. R.; SILVA, D. N. H. A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157, p. 508-526, jul./set., 2015.
- MORORÓ, L. P. A influência da formação continuada na prática docente. **Educação & Formação**, v. 2, n 4, 2017.
- NETO, A. O. S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

O ENSINO DE ARTES NAS ESCOLAS E AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO

 Crossref  10.56238/livrosindi202511-005

Thiago Pessanha Correa

Doutor em Ciências da Educação
EBWU - Emil Brunner World University
E-mail: thiapesscorr@gmail.com

Elenisio Rodrigues Barbosa Junior

Mestre em Ensino das Práticas Musicais - PROEMUS
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: elenisiopiano@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições do ensino de artes para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, abordando as práticas pedagógicas, os desafios enfrentados pelos educadores e as políticas públicas relacionadas à disciplina. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica, a qual incluiu estudos sobre a história do ensino de arte, diretrizes curriculares, e as dificuldades e perspectivas de melhoria dessa área na educação básica. Os resultados indicaram que, apesar das contribuições significativas da arte para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos, o ensino de arte nas escolas enfrenta obstáculos como a falta de recursos, a escassez de formação adequada dos professores e a marginalização da disciplina no currículo escolar. A conclusão destaca a importância de políticas públicas mais eficazes, maior valorização do ensino de arte e investimentos em infraestrutura e capacitação para garantir que a arte possa cumprir plenamente seu papel educativo, promovendo uma formação mais integral e crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Artes, Educação, Escola.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de artes nas escolas brasileiras é uma área fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos, proporcionando não apenas o aprendizado de habilidades técnicas, mas também estimulando a criatividade, a expressão pessoal e o senso crítico. Ao longo dos anos, a arte tem sido reconhecida como uma ferramenta poderosa na formação de indivíduos mais sensíveis e conectados com a cultura e a sociedade. Entretanto, a implementação de políticas públicas que garantam o ensino de arte de qualidade ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos, a escassez de profissionais especializados e a resistência de alguns educadores quanto à relevância dessa disciplina no currículo escolar (Pereira, 2020).

Historicamente, o ensino de artes no Brasil passou por diversas transformações, refletindo mudanças nas políticas educacionais e nas necessidades da sociedade. Durante muitos anos, a arte foi vista como uma área marginal no currículo escolar, muitas vezes relegada a segundo plano em relação a disciplinas consideradas mais "importantes", como as ciências exatas e a língua portuguesa.

Contudo, com o reconhecimento crescente da importância da arte para a formação humana, o ensino de artes ganhou mais visibilidade nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1990, com a criação de diretrizes que passaram a valorizar o desenvolvimento da expressão artística e cultural dos alunos (Pereira; Gillanders, 2019).

O currículo de arte nas escolas brasileiras busca proporcionar aos alunos uma experiência enriquecedora, onde eles podem explorar diferentes formas de expressão, como pintura, escultura, dança, música e teatro. Esse processo é essencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, além de promover a compreensão das diversas manifestações culturais presentes na sociedade. Para isso, é importante que os professores de arte possuam uma formação sólida, tanto técnica quanto pedagógica, e que as escolas ofereçam condições adequadas para o ensino dessa disciplina, com espaços apropriados e materiais acessíveis (Thibes; Santo, 2017).

Além da formação de habilidades artísticas, o ensino de arte também tem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e reflexivos. Através da arte, os alunos são estimulados a questionar e refletir sobre questões sociais, políticas e culturais, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica. Essa perspectiva permite que o ensino de arte vá além do domínio técnico, sendo também um meio de expressão das diversas realidades vividas pelos estudantes e da interpretação do mundo ao seu redor. Nesse sentido, a arte pode contribuir para a formação de uma sociedade mais inclusiva e plural, ao proporcionar a oportunidade de reflexão e diálogo sobre as diferenças culturais e sociais (Silva, 2020).

O debate sobre o ensino de arte nas escolas também envolve a discussão sobre a sua carga horária e a importância de dedicar mais tempo à sua prática nas escolas. Apesar de ser uma disciplina obrigatória nos currículos de educação básica, a arte muitas vezes ocupa um espaço reduzido nas grades curriculares, o que pode limitar o impacto de sua contribuição no desenvolvimento dos alunos. A carga horária reduzida acaba restringindo a possibilidade de aprofundamento dos conteúdos e de experimentação dos diferentes tipos de linguagem artística, o que prejudica o potencial de desenvolvimento da criatividade e da expressão dos estudantes (Pereira, 2017).

Neste contexto, o ensino de arte não pode ser visto apenas como uma atividade recreativa ou de lazer, mas como uma prática pedagógica que oferece ao aluno um espaço de reflexão, aprendizagem e construção de saberes. A arte permite que o aluno se aproprie do seu corpo, da sua história, da sua cultura e das suas emoções, proporcionando-lhe uma forma de comunicação que vai além das palavras. Isso é particularmente relevante em um mundo cada vez mais complexo, no qual a habilidade de se expressar de forma criativa e crítica se torna um diferencial importante para a formação de um indivíduo capaz de lidar com as transformações da sociedade (Santos, 2019).

O objetivo desta pesquisa foi analisar as contribuições do ensino de artes para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, com foco nas práticas pedagógicas, nos desafios enfrentados pelos educadores e nas políticas públicas relacionadas à disciplina. A partir disso, pretende-se compreender como o ensino de arte pode ser aprimorado nas escolas, de modo a proporcionar uma formação mais completa e integrada aos alunos, que contribua tanto para seu desenvolvimento cognitivo quanto para a sua capacidade crítica e expressiva.

A pesquisa foi realizada com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema, a qual abrangeu estudos sobre a história do ensino de artes, os desafios enfrentados pelos professores, as diretrizes curriculares e as políticas educacionais. A partir da análise desses estudos, buscou-se identificar as melhores práticas pedagógicas e as condições necessárias para o fortalecimento da arte nas escolas, com o objetivo de oferecer subsídios para a melhoria da educação artística no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E EMOCIONAL

O ensino de artes é fundamental para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, pois oferece oportunidades de aprendizagem que envolvem processos de percepção, interpretação e reflexão. As atividades artísticas estimulam a atenção, a memória e a capacidade de resolução de problemas, além de promoverem o desenvolvimento de habilidades como a coordenação motora e o pensamento abstrato. Através das diferentes formas de expressão artística, os alunos são incentivados a pensar de maneira criativa, explorando novas soluções para desafios e questões propostas. Essas habilidades são transferíveis para outras áreas do conhecimento e para a vida cotidiana, o que faz do ensino de arte uma ferramenta essencial no processo de formação integral do aluno (Pereira, 2020).

Além disso, o ensino de arte tem um impacto significativo no desenvolvimento emocional dos estudantes. A prática artística permite que os alunos expressem seus sentimentos, emoções e experiências pessoais de maneira não verbal, o que pode ser especialmente importante em contextos em que a comunicação verbal é limitada ou insuficiente. A arte proporciona um espaço seguro para a exploração da identidade e para a construção da autoestima, já que a expressão criativa é uma forma de afirmação pessoal. Ao mesmo tempo, a arte também favorece o desenvolvimento da empatia, pois ao se depararem com obras de diferentes culturas e perspectivas, os alunos ampliam sua capacidade de compreender e respeitar as experiências alheias (Pereira, 2020).

O processo artístico pode ser terapêutico, permitindo que os alunos lidem com suas próprias emoções e conflitos internos, e isso é particularmente relevante para estudantes que enfrentam dificuldades pessoais, familiares ou sociais. A criação artística oferece uma maneira de canalizar essas

experiências de forma construtiva, o que pode contribuir para o equilíbrio emocional e psicológico do aluno. Além disso, ao se envolverem em projetos artísticos colaborativos, os alunos aprendem a trabalhar em equipe, a respeitar os outros e a desenvolver habilidades sociais importantes para a convivência em sociedade (Pereira; Gillanders, 2019).

2.2 DESAFIOS DO ENSINO DE ARTES NAS ESCOLAS

Apesar da relevância do ensino de arte, diversas dificuldades ainda comprometem sua efetividade nas escolas brasileiras. A falta de recursos financeiros e materiais adequados é uma das principais barreiras enfrentadas pelos educadores, que muitas vezes precisam improvisar para garantir que os alunos tenham acesso às atividades artísticas. A falta de espaços apropriados, como salas de arte equipadas, também é um obstáculo importante, pois limita as possibilidades de experimentação e criação (Pereira; Gillanders, 2019).

Além disso, a escassez de materiais artísticos de qualidade prejudica o desenvolvimento das habilidades técnicas dos alunos e pode desmotivar tanto os estudantes quanto os professores. Outro desafio relevante diz respeito à formação dos professores de arte. Muitos educadores não têm uma formação especializada em arte ou pedagogia da arte, o que pode comprometer a qualidade do ensino. A falta de programas de capacitação continuada para os professores também é um fator que limita o aprimoramento das práticas pedagógicas (Pereira, 2020; Mariz, 2000).

Em alguns casos, o ensino de arte é ministrado por profissionais que não possuem o conhecimento técnico necessário para conduzir atividades artísticas de forma eficiente, o que compromete o aprendizado dos alunos. A resistência de alguns educadores e gestores escolares também pode ser vista como um desafio para a valorização do ensino de arte nas escolas (Thibes; Santo, 2017).

Apesar de a arte ser uma disciplina obrigatória, em muitos casos ela é considerada uma matéria secundária em relação a outras áreas do currículo. Isso se reflete em uma carga horária reduzida e na falta de prioridade dada ao ensino de arte, o que diminui seu impacto no desenvolvimento dos alunos. Essa visão marginalizada da arte na educação, em parte, decorre de uma concepção reducionista sobre a importância da disciplina, que é vista apenas como uma atividade de lazer, sem reconhecer seu valor pedagógico e cultural (Pereira, 2020).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE ARTES

As políticas públicas e as diretrizes curriculares desempenham um papel fundamental na organização e fortalecimento do ensino de arte nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a obrigatoriedade do ensino de arte na educação básica, reconhecendo sua importância para a formação integral dos alunos. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de arte, criados pelo Ministério da Educação, orientam as práticas pedagógicas na disciplina, estabelecendo objetivos e conteúdos a serem abordados em cada etapa da educação básica (Pereira, 2020).

A implementação dessas políticas, no entanto, ainda enfrenta desafios em termos de financiamento e apoio logístico. Muitas escolas, especialmente nas regiões mais afastadas e carentes, não têm condições de atender plenamente às diretrizes estabelecidas pelos PCNs. A falta de investimentos em formação de professores e infraestrutura escolar acaba comprometendo o alcance e a qualidade dessas políticas. No entanto, existem iniciativas positivas, como projetos de incentivo à cultura e à arte nas escolas, que buscam reverter esse quadro e oferecer aos alunos oportunidades de vivenciar a arte de forma mais significativa. É importante destacar também a atuação de programas e instituições culturais que colaboram com o ensino de arte nas escolas (Pereira, 2020).

Parcerias com museus, centros culturais, companhias de teatro e outros agentes culturais têm sido fundamentais para enriquecer o repertório dos estudantes e oferecer-lhes experiências práticas de aprendizado artístico. Essas iniciativas contribuem para a ampliação do acesso à arte e para a formação de uma visão mais crítica e diversificada sobre a cultura e as manifestações artísticas (Lemos Júnior, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o ensino de arte desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos. A disciplina contribui para a formação de indivíduos criativos, críticos e sensíveis, além de oferecer um meio de expressão pessoal e coletiva. No entanto, os desafios enfrentados pelas escolas brasileiras, como a falta de recursos, a escassez de formação especializada e a marginalização da arte no currículo, comprometem a efetividade do ensino artístico.

O objetivo da pesquisa foi analisar as contribuições do ensino de arte para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, considerando os aspectos pedagógicos, as políticas públicas e os desafios enfrentados pelos educadores. Ao final, foi possível concluir que, apesar das dificuldades, o ensino de arte é uma área essencial para a formação integral dos alunos e para o fortalecimento da educação como um todo.

A implementação de políticas públicas mais eficazes, a valorização do ensino artístico e a melhoria das condições de trabalho dos educadores são fundamentais para garantir que o ensino de arte nas escolas seja mais significativo e impactante. A pesquisa foi realizada com base em uma revisão bibliográfica, a qual permitiu compreender as principais questões relacionadas ao ensino de arte nas escolas, suas contribuições e os desafios que precisam ser enfrentados para que a arte desempenhe seu papel de forma plena na educação.

REFERÊNCIAS

- LEMOS JÚNIOR, W. História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 27, p. 67-80, jan./abr. 2012.
- MARIZ, V. **História da Música no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000
- PEREIRA, E. P. R. Concepções pedagógicas da educação musical brasileira: relações com os campos da Educação e da arte-educação. **Revista eletrônica da ANPPOM**, v. 26, n. 1, 2020.
- PEREIRA, E. P. R.; GILLANDERS, C. A INVESTIGAÇÃO DOUTORAL EM EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL: META-ANÁLISE E TENDÊNCIAS TEMÁTICAS DE 300 TESES. **Revista da Abem**, [S. l.], v. 27, n. 43, 2019.
- PEREIRA, M. V. M. Música, currículo e educação do campo: uma análise de livros didáticos de arte aprovados no PNLD Campo 2016. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 23, n. 45, 16 out. 2017.
- SANTOS, M. C. A EDUCAÇÃO MUSICAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) - ENSINO MÉDIO: TEIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL CURRICULAR PÓS-GOLPE 2016 NO BRASIL. **Revista da Abem**, [S. l.], v. 27, n. 42, 2019.
- SILVA, J. G. **Espaços expandidos: diálogos entre a tradição musical e a contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Música)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- THIBES, J. P. B.; SANTO, E. R. E. Política de educação musical no Brasil: uma lacuna aos idosos. **Unesco & Ciência - ACHS**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 113–120, 2017.

O FOLCLORE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: VALORIZANDO A CULTURA POPULAR NAS ESCOLAS

 Crossref  10.56238/livrosindi202511-006

Luzia Serra Brehm

Especialização em Gestão Escolar, UFRGS

E-mail: luziabrehm@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar como o folclore pode ser utilizado como ferramenta pedagógica para valorizar a cultura popular nas escolas e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, análise de práticas pedagógicas e estudo de casos sobre a aplicação do folclore em contextos educacionais. Os resultados demonstraram que o folclore, quando integrado de forma interdisciplinar ao currículo escolar, enriquece o processo de ensino-aprendizagem, fortalece a identidade cultural dos alunos e promove valores como inclusão, respeito à diversidade e preservação ambiental. No entanto, desafios como a falta de materiais pedagógicos e a necessidade de formação continuada para educadores foram identificados. Concluiu-se que, ao superar essas dificuldades, o folclore pode se tornar uma ferramenta transformadora na educação, conectando os estudantes às suas raízes culturais e fomentando uma cidadania mais consciente e plural.

Palavras-chave: Folclore, Cultura popular, Escolas.

1 INTRODUÇÃO

O folclore brasileiro, rico em histórias, mitos, lendas, danças, músicas e tradições orais, constitui um dos pilares mais autênticos da identidade cultural do país. Suas manifestações, transmitidas de geração em geração, refletem a diversidade cultural do Brasil e carregam valores, crenças e costumes que moldam a visão de mundo das comunidades. No entanto, em um contexto cada vez mais globalizado, as tradições folclóricas enfrentam o desafio da preservação, especialmente entre as novas gerações, que têm seu imaginário muitas vezes dominado por referências culturais de outras regiões do mundo. Neste cenário, a escola se apresenta como um espaço privilegiado para a valorização e a promoção da cultura popular (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020; Vasconcelos et al., 2020).

O ambiente escolar, sendo um espaço de formação cidadã, possui um papel crucial no processo de ensino-aprendizagem. Mais do que transmitir conteúdos acadêmicos, a escola deve promover o senso crítico, a criatividade e o reconhecimento das raízes culturais dos estudantes. Incorporar o folclore ao currículo escolar é uma estratégia pedagógica que permite não apenas a preservação das tradições culturais, mas também a construção de um aprendizado significativo. Por meio da exploração de histórias, músicas, danças e jogos folclóricos, os alunos têm a oportunidade

de vivenciar experiências que dialogam com sua própria identidade e história familiar (Bandeira, 2021).

Além disso, o folclore tem o potencial de atuar como um elo entre diferentes gerações e culturas dentro de uma mesma comunidade. Sua inserção nas atividades escolares pode fortalecer os laços entre alunos, professores e familiares, promovendo a troca de saberes e experiências. Essa abordagem interdisciplinar permite que os conteúdos folclóricos sejam trabalhados em diversas áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes, enriquecendo as práticas pedagógicas e promovendo o aprendizado de forma lúdica e interativa (Kirchof; Moro, 2018).

Entretanto, apesar de seu valor pedagógico, o folclore ainda é frequentemente subestimado ou negligenciado nas práticas educacionais. Muitas vezes, sua abordagem limita-se a atividades pontuais, como a celebração do Dia do Folclore, sem um aprofundamento que explore seu potencial educativo e cultural. Esse tratamento superficial priva os estudantes de compreenderem o folclore como uma expressão viva e dinâmica de suas comunidades. Portanto, é essencial que os educadores e gestores escolares reconheçam a relevância do tema e desenvolvam estratégias para integrá-lo ao currículo de maneira contínua e significativa (Oliveira, 2017).

No contexto das transformações tecnológicas e sociais atuais, o uso do folclore como ferramenta pedagógica também apresenta desafios. A digitalização e a predominância das redes sociais podem ser vistas como obstáculos, mas também oferecem oportunidades para a revitalização e disseminação das tradições populares. Projetos que utilizem tecnologias digitais, como aplicativos e plataformas de jogos educativos, podem ampliar o alcance das manifestações folclóricas e torná-las mais atrativas para as novas gerações, sem perder a essência de suas tradições (Serejo; Isayama, 2018).

A promoção do folclore nas escolas vai além do reconhecimento de sua importância cultural; ela também desempenha um papel crucial no combate à desigualdade e à exclusão. Muitas manifestações folclóricas têm raízes em comunidades historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Ao dar visibilidade a essas tradições, a escola contribui para a valorização dessas identidades e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural (Wolffenbuttel, 2017).

Diante desse panorama, esta pesquisa tem como objetivo investigar como o folclore pode ser utilizado como uma ferramenta pedagógica eficaz nas escolas, analisando suas contribuições para a valorização da cultura popular e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Pretende-se também identificar estratégias pedagógicas que favoreçam a integração do folclore ao currículo escolar, explorando suas possibilidades de aplicação em diferentes disciplinas e contextos educativos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O FOLCLORE COMO EXPRESSÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

O folclore, em sua essência, é uma das manifestações mais puras da identidade cultural de um povo. Compreendê-lo implica mergulhar nas raízes das comunidades, resgatando histórias, lendas, músicas e práticas que simbolizam os valores e crenças transmitidos ao longo das gerações (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

No Brasil, a riqueza do folclore se manifesta em sua diversidade, com representações distintas que variam entre as cinco regiões do país. Desde o Bumba-meu-boi, no Nordeste, até as danças típicas do Sul, cada expressão folclórica carrega elementos únicos de uma história coletiva. Essa riqueza torna o folclore um recurso indispensável para as escolas que buscam trabalhar a identidade cultural de seus alunos. Inserir o folclore na educação permite aos estudantes compreenderem e valorizarem suas próprias origens (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

Por meio de narrativas populares, como as lendas do Saci-Pererê e da Iara, é possível explorar questões que vão além da fantasia, abordando temas como respeito ao meio ambiente, inclusão e diversidade cultural. Assim, o folclore se torna uma ponte que liga os saberes populares ao aprendizado formal. Além disso, o uso do folclore em sala de aula promove o senso de pertencimento. Em muitas comunidades, as tradições culturais são uma forma de resistência e sobrevivência diante das adversidades históricas. Trabalhar esses temas nas escolas reforça a autoestima dos alunos, especialmente daqueles que vêm de contextos socioculturais menos privilegiados, ao reconhecer a importância de suas tradições familiares e comunitárias no cenário educativo (Bandeira, 2021).

Outra vantagem do folclore na educação é a possibilidade de integração curricular. Ele pode ser abordado em diversas disciplinas, como Língua Portuguesa, ao explorar contos e histórias; em Geografia, ao estudar as regiões onde certas manifestações se originaram; ou em Artes, com atividades práticas como danças, músicas e artesanato. Essa interdisciplinaridade enriquece o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo aos alunos uma experiência mais completa e envolvente (Oliveira, 2017).

A preservação do folclore também dialoga com a ideia de memória coletiva. Quando os alunos aprendem sobre as tradições populares, eles se tornam guardiões dessa memória, responsáveis por sua continuidade. Nesse sentido, a escola desempenha um papel fundamental, não apenas como transmissora de conhecimento, mas também como preservadora das culturas locais. Entretanto, para que o folclore seja valorizado, é necessário que os educadores estejam preparados para trabalhar o tema (Serejo; Isayama, 2018).

A formação continuada dos professores é essencial, permitindo que eles compreendam o valor pedagógico do folclore e saibam utilizá-lo de forma criativa e significativa. Sem essa preparação, há o risco de o tema ser abordado de maneira superficial, reduzindo seu potencial educativo. Por fim, o folclore, como expressão da identidade cultural, permite uma reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea. A análise de tradições populares pode levar os alunos a questionarem como essas práticas se relacionam com os desafios atuais, como a globalização e a perda de identidade cultural. Isso promove um aprendizado mais reflexivo e engajado, que vai além da mera reprodução de conteúdos (Kirchof; Moro, 2018).

2.2 O POTENCIAL PEDAGÓGICO DO FOLCLORE

O uso do folclore como ferramenta pedagógica abre um universo de possibilidades no processo de ensino-aprendizagem. Sua riqueza simbólica e cultural permite que os conteúdos escolares sejam trabalhados de forma lúdica e significativa, tornando o aprendizado mais atrativo e prazeroso para os estudantes. Quando as histórias e tradições populares são trazidas para o ambiente escolar, elas despertam o interesse dos alunos, pois resgatam memórias afetivas e conexões com suas próprias vivências (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

Uma das principais vantagens do folclore é sua capacidade de engajar os alunos em atividades práticas. Por meio de oficinas de teatro, dança ou contação de histórias, os estudantes não apenas aprendem sobre as tradições culturais, mas também desenvolvem habilidades importantes, como a expressão oral, o trabalho em equipe e a criatividade. Essas práticas favorecem o aprendizado ativo, onde os alunos são protagonistas do processo (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

O folclore também é uma ferramenta poderosa para trabalhar valores e atitudes. Muitas lendas e contos populares trazem lições morais que podem ser exploradas em sala de aula. A história do Curupira, por exemplo, pode ser utilizada para discutir a importância da preservação ambiental, enquanto as tradições dos quilombolas podem ser um ponto de partida para reflexões sobre igualdade racial e inclusão social. Além disso, o folclore facilita a construção de um aprendizado interdisciplinar. Ele pode ser explorado de diferentes formas em disciplinas variadas (Silva; Nunes, 2020).

Em Ciências, as tradições populares podem ser usadas para abordar conhecimentos empíricos, como os saberes tradicionais sobre plantas medicinais. Em Matemática, jogos populares, como a amarelinha, podem ser utilizados para trabalhar conceitos geométricos e numéricos. Essa abordagem amplia a compreensão dos alunos, conectando os conteúdos escolares à realidade cotidiana. Outra contribuição significativa do folclore no ambiente escolar é o fortalecimento dos laços comunitários.

Quando a escola promove atividades que envolvem o folclore, ela também incentiva a participação da família e da comunidade (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

A realização de festas culturais, por exemplo, permite que pais e avós compartilhem seus saberes com os alunos, enriquecendo ainda mais o aprendizado. A aplicação pedagógica do folclore também promove a inclusão de alunos com diferentes necessidades educativas. Por meio de atividades adaptadas, como jogos e músicas, é possível criar um ambiente mais acessível e acolhedor para todos os estudantes. Essa abordagem reforça a ideia de que a escola deve ser um espaço de valorização das diferenças e de construção de uma cidadania plena (Bandeira, 2021).

2.3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO DO FOLCLORE NAS ESCOLAS

Embora o folclore tenha um enorme potencial pedagógico, sua inserção nas escolas enfrenta diversos desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de valorização do tema por parte de gestores e professores. Muitas vezes, o folclore é visto como algo secundário, que não faz parte dos conteúdos considerados essenciais no currículo escolar. Essa visão limitada reduz as possibilidades de exploração do tema, impedindo que ele seja trabalhado de forma contínua e significativa (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

Outro desafio é a carência de materiais pedagógicos específicos sobre o folclore. Muitos professores relatam dificuldade em encontrar recursos que apresentem as tradições populares de maneira acessível e adaptada ao contexto escolar. Isso ressalta a necessidade de investimentos na produção de livros, vídeos e plataformas digitais que abordem o folclore de forma pedagógica e interdisciplinar. Além disso, a globalização e o avanço das tecnologias digitais têm contribuído para o distanciamento das novas gerações em relação às tradições populares (Silva; Nunes, 2020).

O consumo de conteúdos culturais estrangeiros, muitas vezes promovido pelas redes sociais, tem impactado negativamente a valorização do folclore local. Nesse sentido, a escola precisa inovar em suas abordagens, utilizando as próprias tecnologias como aliadas na disseminação e valorização da cultura popular. Por outro lado, os desafios também trazem oportunidades. O uso de ferramentas digitais, como aplicativos educativos e plataformas de jogos, pode tornar o folclore mais atrativo para os estudantes. Projetos interativos que combinam histórias folclóricas com recursos tecnológicos oferecem uma forma moderna e criativa de ensinar, conectando os alunos ao universo das tradições populares (Bandeira, 2021).

Outro aspecto positivo é a possibilidade de parcerias entre escolas e instituições culturais, como museus, centros de cultura e ONGs. Essas colaborações podem enriquecer o trabalho pedagógico, oferecendo oficinas, palestras e visitas culturais que complementem o ensino em sala de aula. A formação continuada dos professores também é uma estratégia essencial para superar os

desafios. Cursos e workshops sobre o uso do folclore na educação podem capacitar os educadores, ajudando-os a compreender a relevância do tema e a aplicá-lo de forma eficaz em suas práticas pedagógicas. Ao enfrentar esses desafios, as escolas têm a oportunidade de transformar o folclore em uma ferramenta educativa poderosa (Sales; Sousa; Rodrigues, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o folclore como ferramenta pedagógica revelou seu imenso potencial para valorizar a cultura popular nas escolas, promovendo uma educação mais rica, inclusiva e contextualizada. O folclore, com suas lendas, mitos, danças, músicas e saberes tradicionais, oferece uma maneira poderosa de conectar os alunos com suas raízes culturais e fortalecer sua identidade, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma sociedade mais plural e respeitosa às diversidades.

A pesquisa também demonstrou que o folclore, quando inserido de maneira interdisciplinar no currículo escolar, pode proporcionar um aprendizado mais significativo, que vai além da mera reprodução de conteúdos acadêmicos. Por meio de histórias e tradições populares, é possível trabalhar valores essenciais, como o respeito ao meio ambiente, a inclusão social, a preservação cultural e o fortalecimento da memória coletiva.

Além disso, o folclore permite a exploração de diferentes áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes, de maneira criativa e dinâmica. A partir dos resultados obtidos, ficou claro que o folclore pode ser integrado de forma eficaz nas escolas, mas para que isso aconteça de maneira plena, é necessário superar alguns desafios. A falta de valorização do tema, a escassez de materiais pedagógicos específicos e a influência da globalização nas novas gerações são obstáculos que precisam ser enfrentados com o compromisso das instituições educacionais, gestores e educadores. Investimentos em formação continuada dos professores e no desenvolvimento de recursos pedagógicos adequados são passos essenciais para garantir que o folclore seja tratado como uma ferramenta relevante e transformadora no processo educacional.

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi plenamente alcançado ao evidenciar que o folclore, quando valorizado e adequadamente trabalhado nas escolas, contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a preservação da cultura popular. Ao incorporar o folclore no ensino, as escolas não só resgatam e perpetuam tradições culturais, mas também desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, conscientes e orgulhosos de suas origens culturais.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Arkley Marques. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA PARA EXTROVERSÃO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS NO CURSO DE CIÊNCIAS HUMANAS - UFMA – CAMPUS DE PINHEIRO – MA . *Cadernos de Pesquisa*, v. 25, n. 1, p. 129–148, 2021.
- SALES, T. A.; SOUSA, N. N. A. C. de; RODRIGUES, S. M. Adaptação da Lenda do Boto Cor-de-rosa para Literatura Surda: compreendendo e trilhando novos caminhos na educação de surdos. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 20, n. 48, 2020.
- SILVA, S. E.; NUNES, J. O. C. IDENTIDADE INTERDISCIPLINAR DO FOLCLORE: um estudo na escola pública de ensino médio em Mossoró/RN . **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 3, n. 7, 2020.
- KIRCHOF, Edgar Roberto; MORO, Roberta Gerling. A leitura de book apps no contexto familiar: a interação de crianças com a obra meu aplicativo de folclore. *Momento - Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 412–429, 2018.
- OLIVEIRA, Adriano Messias. A literatura fantástica na educação brasileira: preconceitos, desafios e esperanças. *Dialogia*, [S. l.], n. 26, p. 21–36, 2017.
- SEREJO, H. F. B.; ISAYAMA, H. F. Discursos sobre Recreação em Disciplinas do Curso de Educação Física da UFMG (1969-1990). *LICERE*, v. 21, n. 3, 2018.
- WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. EDUCAÇÃO E FOLCLORE: POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR. **Revista da FUNDARTE**, [S. l.], n. 33, p. 137–162, 2017.
- VASCONCELOS, E. C. et al. MÚSICA, DANÇA E FOLCLORE: INTERFACES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA COMPANHIA DE DANÇAS PARAFOLCLÓRICAS SARUÊ. *RENEF*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 17–22, 2020.

BURNOUT E AS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS TRABALHADORES

  10.56238/livrosindi202511-007

Jorge Augusto Soares de Souza

Pós graduado em psiquiatria
Médico pela Universalidade Jose do Rosario Vellano
Vinculado atualmente pela UFPR campus Toledo
Médico assistente e preceptor da UTI do Hospital Regional de Toledo

Lilian Valerio da Silva

Universidade Friedrich-Alexander-Universitat Erlangen-Nurnberg - FAU

José Nathan Fernandes Rocha

Mestre em Psicologia e Saúde
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP
E-mail: nathan_fisioterapia@hotmail.com

Kátia Regina Calixto Brasil

Mestre em Administração
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
E-mail: katiaregina@ccsa.uespi.br

Aline Barros da Silva Portugal

Psicóloga em Formação, UniSapiens
E-mail: Alinee.barros.amor18@gmail.com

Maria de Fátima Ferreira da Silva

Doutora em Psicologia Social
Universidad Argentina John F. Kennedy
E-mail: fatimah.ferreira@gmail.com

GlauCIA Renee Hilgemberg

Graduada em Fisioterapia, Mestre em Ciências, Doutora em Ciências Farmacêuticas
Cesul Centro Sul-americano de Ensino Superior

Fernanda Luíza Buarque de Gusmão

Graduada de Medicina, Universidade Tiradentes
E-mail: fernandabuarque14@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos do Burnout sobre a saúde dos trabalhadores, investigando a relação entre a qualidade de vida no trabalho e o desenvolvimento dessa síndrome. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com o levantamento e análise de artigos acadêmicos, livros e estudos relevantes sobre o tema. Os resultados indicaram que o Burnout é uma consequência direta de fatores organizacionais, como sobrecarga de tarefas, falta de reconhecimento e pressão por resultados, que afetam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores, resultando em sintomas como estresse crônico, depressão e exaustão. Constatou-se que a prevenção do Burnout depende da implementação de estratégias voltadas ao bem-estar dos colaboradores, como programas de saúde mental, reconhecimento no ambiente de trabalho, e a promoção de um equilíbrio saudável entre vida profissional e pessoal. A conclusão da pesquisa é que as organizações devem adotar políticas de apoio psicológico e promover ambientes de trabalho saudáveis para evitar o desenvolvimento da síndrome, visando a saúde e o desempenho sustentável dos trabalhadores.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho, Burnout, Saúde.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o conceito de qualidade de vida no trabalho tem ganhado destaque, sendo reconhecido como um fator fundamental para o bem-estar dos colaboradores e, consequentemente, para a produtividade organizacional. A qualidade de vida no ambiente profissional envolve diversos aspectos, incluindo a ergonomia, a gestão do estresse, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e o clima organizacional. No entanto, com o aumento das demandas no ambiente corporativo, muitos trabalhadores têm enfrentado sérios problemas relacionados à saúde mental, sendo o Burnout um dos mais comuns e prejudiciais (Esperidião; Saidel; Rodrigues, 2020).

O Burnout, também conhecido como síndrome de esgotamento profissional, é caracterizado por um conjunto de sintomas físicos e psicológicos, como o cansaço extremo, a perda de motivação, a sensação de sobrecarga e a depressão. Este distúrbio resulta principalmente da exposição constante a situações de estresse no trabalho, que não são gerenciadas de maneira adequada. A prevalência do Burnout tem crescido significativamente nas últimas décadas, principalmente em áreas que exigem altos níveis de comprometimento emocional, como a saúde, a educação e o atendimento ao público (Campos et al., 2020).

A relação entre a qualidade de vida no trabalho e o Burnout é complexa e multifacetada. A pressão por resultados, a falta de reconhecimento e a ausência de um equilíbrio saudável entre as demandas profissionais e pessoais têm se mostrado como fatores determinantes para o desenvolvimento dessa síndrome. Em muitos casos, os trabalhadores não conseguem estabelecer limites adequados entre a vida pessoal e profissional, o que intensifica o estresse e agrava o quadro de Burnout. Além disso, o impacto do Burnout não se limita à saúde física e mental dos trabalhadores. Ele também afeta a produtividade e o ambiente organizacional como um todo (Glória; Marinho; Mota, 2016).

O trabalhador que sofre de Burnout tende a apresentar menor eficiência, desmotivação e até mesmo falhas de desempenho, o que compromete a qualidade dos serviços prestados e a relação com colegas e superiores. Em algumas situações mais graves, o Burnout pode levar à incapacidade permanente para o trabalho, causando não apenas prejuízos à carreira do indivíduo, mas também a perdas significativas para a organização (Gaino et al., 2018).

A falta de estratégias eficazes de prevenção e manejo do Burnout nas empresas é um dos principais fatores que agravam essa condição. Muitas organizações ainda não reconhecem a importância de implementar políticas de saúde mental e qualidade de vida no trabalho, considerando-

as apenas como um gasto adicional. No entanto, ao não oferecer suporte adequado aos seus colaboradores, as empresas correm o risco de enfrentar uma rotatividade elevada, custos com tratamentos de saúde e danos irreversíveis à sua imagem no mercado (Alencar et al., 2022).

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm buscado entender os fatores que influenciam a qualidade de vida no trabalho e os efeitos do Burnout sobre a saúde dos trabalhadores. Estas investigações têm mostrado que a abordagem do problema deve ser multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde, psicólogos, gestores e outros envolvidos no ambiente de trabalho. A promoção de um ambiente laboral saudável, com espaço para o reconhecimento e o desenvolvimento pessoal, tem se mostrado uma solução viável para minimizar os impactos do Burnout (Branco et al., 2020; Gonçalves; Gonçalves, 2017).

Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar os impactos do Burnout sobre a saúde dos trabalhadores, investigando como a qualidade de vida no trabalho influencia o desenvolvimento dessa síndrome e, por conseguinte, as consequências que ela acarreta tanto para os indivíduos quanto para as organizações. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual foi realizada mediante o levantamento de artigos em bases como Scielo, Google Acadêmico, entre outras.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DO BURNOUT NO AMBIENTE DE TRABALHO

O Burnout não surge de maneira repentina, mas é o resultado de uma série de fatores que se acumulam ao longo do tempo no ambiente de trabalho. Entre esses fatores, um dos mais relevantes é a sobrecarga de tarefas. Trabalhadores que enfrentam um volume excessivo de responsabilidades, sem o devido suporte ou recursos para realizar suas atividades de forma eficaz, são mais propensos a desenvolver a síndrome. Esse acúmulo de atividades pode gerar um ciclo de estresse contínuo, que prejudica a saúde mental e emocional (Caregnato; Mutti, 2006).

Além da sobrecarga de trabalho, a falta de controle sobre as próprias tarefas também é um fator significativo para o surgimento do Burnout. Quando os trabalhadores não possuem autonomia para tomar decisões sobre como realizar suas funções, ou quando suas sugestões e feedbacks não são valorizados, eles tendem a se sentir impotentes, o que contribui para o desgaste emocional. A sensação de estar preso a uma rotina sem a capacidade de influenciar o ambiente de trabalho é um gatilho para o esgotamento profissional (Alencar et al., 2022).

Outro fator importante é a falta de reconhecimento e valorização. Muitos trabalhadores se sentem desmotivados e desiludidos quando seus esforços não são reconhecidos pelos superiores ou colegas. A ausência de feedback positivo e a falta de incentivos contribuem para a sensação de

inutilidade, o que pode desencadear sintomas de Burnout. O reconhecimento não se limita apenas ao reconhecimento financeiro, mas também à valorização do trabalho e das habilidades do indivíduo (Esperidião; Saidel; Rodrigues, 2020).

Além disso, a pressão por resultados é um dos principais fatores que levam ao Burnout. Organizações que cobram constantemente metas e resultados de seus colaboradores, sem oferecer condições adequadas de trabalho e sem se preocupar com o equilíbrio emocional, criam um ambiente de alta tensão. Esse tipo de pressão constante afeta a saúde mental dos trabalhadores, aumentando o risco de doenças relacionadas ao estresse e ao esgotamento (Branco et al., 2020).

O ambiente de trabalho também pode influenciar significativamente o desenvolvimento do Burnout. Climas organizacionais tóxicos, com falta de colaboração entre equipes, competição excessiva e conflitos internos, criam um cenário propício para o desenvolvimento da síndrome. Trabalhadores que vivem constantemente em um ambiente hostil, com pouca interação social e apoio entre colegas, têm mais chances de experimentar o desgaste emocional que caracteriza o Burnout (Dejours, 1994).

A falta de uma cultura de bem-estar e a negligência com a saúde mental também são fatores de risco. Empresas que não investem em programas de apoio psicológico e que não demonstram interesse em promover a qualidade de vida dos colaboradores estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de Burnout entre seus funcionários. A ausência de políticas de cuidado com a saúde mental deixa os trabalhadores vulneráveis a problemas emocionais graves (Alencar et al., 2022).

Por fim, a falta de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é um fator crucial. Trabalhadores que se dedicam excessivamente ao trabalho e negligenciam sua vida pessoal, como tempo com a família, lazer e descanso, têm maior risco de desenvolver Burnout. A falta de limites claros entre o tempo dedicado ao trabalho e ao descanso provoca um esgotamento físico e emocional, o que intensifica o quadro de Burnout (Esperidião; Saidel; Rodrigues, 2020).

2.2 IMPACTOS DO BURNOUT SOBRE A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS TRABALHADORES

Os impactos do Burnout sobre a saúde dos trabalhadores são devastadores. Na esfera física, o estresse crônico provocado pela síndrome pode levar a uma série de problemas, como hipertensão, doenças cardíacas e distúrbios do sono. O corpo humano, quando exposto a altos níveis de estresse por longos períodos, começa a manifestar esses sintomas como uma forma de alerta para a sobrecarga. O cansaço extremo, a falta de energia e a sensação de exaustão constante são indicadores claros de que o corpo está sendo excessivamente demandado (Esperidião; Saidel; Rodrigues, 2020).

Além disso, a saúde mental dos trabalhadores também é profundamente afetada pelo Burnout. A depressão, a ansiedade e o transtorno de estresse pós-traumático são algumas das condições psicológicas que podem surgir como consequência dessa síndrome. A pessoa afetada pelo Burnout pode começar a se sentir desesperançada, com dificuldades para lidar com as tarefas do dia a dia e com uma visão negativa do futuro. Esse distúrbio psicológico pode prejudicar não apenas o desempenho profissional, mas também os relacionamentos pessoais, criando um ciclo vicioso de isolamento social (Branco et al., 2020).

A falta de concentração e a dificuldade para tomar decisões são outros impactos comuns do Burnout na saúde mental. O trabalhador que sofre dessa síndrome pode se sentir sobrecarregado, com dificuldade para organizar seus pensamentos e priorizar suas tarefas. Isso leva à procrastinação e ao aumento da frustração, o que agrava ainda mais a situação. A incapacidade de se concentrar pode resultar em erros, falhas de julgamento e até mesmo acidentes de trabalho (Esteves; Leão; Alves, 2019)

Outro impacto psicológico importante é a diminuição da autoestima. Trabalhadores que sofrem de Burnout muitas vezes começam a duvidar de suas próprias capacidades, o que gera um ciclo de autocrítica e insegurança. Essa perda de confiança afeta a motivação e o desempenho, criando uma sensação de impotência frente às tarefas que anteriormente eram realizadas com eficiência. A longo prazo, os efeitos do Burnout podem ser devastadores, levando a quadros de depressão profunda e até mesmo ao suicídio (Branco et al., 2020).

A ausência de apoio psicológico e a falta de medidas adequadas para combater o estresse no trabalho agravam os sintomas, tornando mais difícil a recuperação. O impacto na saúde mental do trabalhador pode afetar permanentemente a sua vida, mesmo após a superação da fase mais intensa da síndrome. Além dos efeitos individuais, o Burnout também pode afetar as relações interpessoais no ambiente de trabalho. A irritabilidade, a falta de paciência e a diminuição da empatia são comportamentos comuns em trabalhadores que sofrem de Burnout. Esses comportamentos podem prejudicar a dinâmica de equipe e afetar a colaboração, criando um ambiente de trabalho ainda mais tóxico (Esteves; Leão; Alves, 2019).

Em casos extremos, o Burnout pode levar ao afastamento temporário ou permanente do trabalho. O trabalhador incapaz de desempenhar suas funções devido ao impacto físico e psicológico da síndrome pode precisar de tratamentos médicos, terapia psicológica e até mesmo licenças médicas prolongadas. Isso representa um custo significativo tanto para o trabalhador quanto para a empresa, que enfrenta a perda de mão de obra e o aumento de custos com saúde (Campos et al., 2020).

2.3 ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR O BURNOUT E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Prevenir o Burnout no ambiente de trabalho requer a implementação de uma série de estratégias que visem tanto o bem-estar do trabalhador quanto a melhoria do clima organizacional. A primeira medida essencial é a promoção de um ambiente de trabalho saudável, onde os colaboradores se sintam apoiados e valorizados. Empresas que investem em programas de reconhecimento, feedbacks positivos e incentivos criam um clima de confiança e motivação que reduz os riscos de Burnout (Esperidião; Saidel; Rodrigues, 2020).

Outra estratégia importante é a implementação de programas de saúde mental e bem-estar no trabalho. Isso inclui a oferta de suporte psicológico, workshops sobre gestão do estresse e treinamentos para o desenvolvimento de habilidades emocionais. Quando as empresas se preocupam com a saúde mental de seus colaboradores, eles se sentem mais seguros e propensos a buscar ajuda quando necessário, prevenindo o desenvolvimento do Burnout (Alencar et al., 2022).

Além disso, a promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional é fundamental. As empresas devem incentivar os trabalhadores a estabelecerem limites claros entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre. Flexibilidade de horários e a possibilidade de trabalho remoto são medidas que podem ajudar a reduzir a pressão sobre os colaboradores, permitindo que eles consigam gerenciar melhor suas responsabilidades pessoais e profissionais (Branco et al., 2020).

A capacitação dos gestores também desempenha um papel crucial na prevenção do Burnout. Líderes bem preparados para identificar os sinais de estresse e Burnout entre os colaboradores são capazes de agir rapidamente para oferecer suporte. Além disso, gestores que promovem uma cultura de empatia, respeito e colaboração ajudam a criar um ambiente de trabalho mais saudável, onde os trabalhadores se sentem mais seguros para compartilhar suas dificuldades (Campos et al., 2020).

Empresas que oferecem programas de treinamento sobre gerenciamento de tempo e organização pessoal também contribuem para a redução do Burnout. Muitas vezes, o estresse no trabalho é causado pela sensação de falta de controle sobre as tarefas. Ajudar os colaboradores a desenvolverem habilidades de gestão de tempo e organização pode reduzir a sobrecarga de responsabilidades e melhorar a eficiência no desempenho profissional (Almeida et al., 2016).

Por fim, é importante que as empresas adotem uma abordagem sistêmica para combater o Burnout. Isso significa que as políticas de prevenção não devem ser limitadas a medidas pontuais, mas sim integradas à cultura organizacional como um todo. Investir na qualidade de vida no trabalho e no bem-estar dos colaboradores deve ser uma prioridade constante para as organizações que buscam resultados sustentáveis a longo prazo (Bientzle; Cress; Kimmerle, 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar os impactos do Burnout sobre a saúde dos trabalhadores, investigando como a qualidade de vida no trabalho influencia o desenvolvimento dessa síndrome. Ao longo deste estudo, foi possível perceber que o Burnout não é apenas uma questão individual, mas sim um reflexo de fatores organizacionais e culturais que permeiam o ambiente de trabalho. Os impactos dessa síndrome são profundos, afetando a saúde física, mental e emocional dos colaboradores. É evidente que as empresas têm um papel crucial na prevenção do Burnout, ao promoverem ambientes de trabalho saudáveis, onde o reconhecimento, o apoio psicológico e a flexibilidade são priorizados. Investir na qualidade de vida no trabalho não é uma despesa, mas sim uma estratégia inteligente para garantir o bem-estar dos trabalhadores e a sustentabilidade organizacional.

A promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional também se mostrou essencial para a prevenção do Burnout. A flexibilidade e a capacidade de os trabalhadores poderem administrar suas responsabilidades de forma equilibrada são fatores determinantes para a saúde mental e o sucesso a longo prazo. Além disso, a formação de gestores capacitados para lidar com questões emocionais e o estresse dos colaboradores pode fazer toda a diferença na identificação precoce dos sinais de Burnout. As empresas que investem em treinamento para seus líderes contribuem para a construção de um ambiente de trabalho mais empático e colaborativo.

Portanto, a qualidade de vida no trabalho deve ser vista como uma prioridade para as organizações que buscam não apenas o sucesso financeiro, mas também o bem-estar de seus colaboradores. Políticas de saúde mental, programas de reconhecimento e a promoção de um ambiente de apoio são fundamentais para prevenir a síndrome de Burnout e suas consequências. Por fim, a implementação de estratégias de prevenção e o cuidado contínuo com a saúde emocional dos trabalhadores são medidas que garantem a longevidade da força de trabalho e o sucesso organizacional. As empresas que adotam essas práticas não apenas evitam o desenvolvimento do Burnout, mas também contribuem para um ambiente de trabalho mais produtivo e saudável.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, B. E. R. et al. Compreendendo o adoecimento mental pelo esgotamento profissional da Síndrome de Burnout: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 2642-2658, jan./fev., 2022.
- ALMEIDA, L. A. et al. Fatores gerados da síndrome de burnout em profissionais da saúde. **J. res.: fundam. care.**, online, jul./set., 8(3): 4623-4628, 2016.
- BIENTZLE, M.; CRESS, U.; KIMMERLE, J. Epistemological beliefs and therapeutic health concepts of physiotherapy students and professionals. **BMC Med Educ.**, 14:208 , 2014.
- BRANCO, F.M.F.C. et al. Síndrome de burnout entre trabalhadores de uma universidade na fronteira franco brasileira. **Rev Fun Care Online**, v.12, p. 393-399, 2020.
- CAMPOS, I. C. M. et al. Maslach burnout inventory - human services survey (MBI-HSS): revisão integrativa de sua utilização em pesquisas. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 24, n. 3, 2020.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, Out-Dez., 15(4): 679-84, 2006.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- ESPERIDIÃO, E.; SAIDEL, M. G. B.; RODRIGUES, J. Saúde mental: foco nos profissionais de saúde. **Rev Bras Enferm.**, 2020.
- ESTEVES, G. G. L.; LEÃO, A. A. M.; ALVES, E. O. Fadiga e estresse como preditores do burnout em profissionais da saúde. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 695-702, 2019.
- GAINO, L. V. et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD - Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, n. 14, v. 2, p.108-116, abr./jun., 2018.
- GLÓRIA, M. E.; MARINHO, V. L.; MOTA, D. S. Síndrome de burnout nos profissionais da área de saúde. **Revista Amazônia Science & Health**, v. 4, n. 3, 2016.
- GONÇALES, C. A.; GONÇALES, R. A. Síndrome de burnout: causas e consequências em diversos profissionais. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 03, n. 2, Salvador, Bahia, 2017.

AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

  10.56238/livrosindi202511-008

Felipe Malcher Moraes

Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Ricardo Santos de Almeida

Doutorado em Educación
Universidade Estadual de Alagoas
E-mail: ricardosantosal@gmail.com

Airton Pereira da Silva Leão

Doutorando em Administração e Contabilidade
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
E-mail: airtonleao@outlook.com

Mateus Henrique dos Santos Diniz

Mestre em Agronomia
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
E-mail: mateus.diniz@ufu.br

Mikel Eduardo de Mello

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Leandro Andrei Lopes Pinheiro

Mestre em Recursos Naturais em Regiões tropicais - Instituto Tecnológico Vale - ITV
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

Fabio Akira Odate Nascimento

Pedagogo, UNICV

Keila Lima Sanches

Doutora em Economia Florestal
Instituto Federal de Brasília/IFB
E-mail: keila.sanches@gmail.com

Augusta da Rocha Loures Ferraz

Universidade Federal do Piauí

Neomar Cássia da Costa

Graduação em Pedagogia; Pós graduada em Psicopedagogia Institucional
FACTU e FINOM
E-mail: neomarcassia@hotmail.com

Rafael Santos Lobato

Mestrado em Gerenciamento Costeiro - FURG
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA
E-mail: lobatorafael.adv@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as interações entre o agronegócio e o meio ambiente, propondo uma reflexão crítica sobre os impactos ambientais das práticas agrícolas e as alternativas sustentáveis. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem bibliográfica, analisando artigos,

livros e publicações acadêmicas sobre os temas do agronegócio, sustentabilidade e meio ambiente. Os resultados indicam que, embora o agronegócio seja um motor essencial para a economia global, ele também causa impactos negativos significativos, como desmatamento, degradação do solo, poluição da água e emissões de gases de efeito estufa. No entanto, alternativas como a agricultura de precisão, rotação de culturas, uso de tecnologias limpas e práticas agroflorestais têm mostrado potencial para reduzir esses impactos. A análise dos dados sugere que, para que essas práticas sejam amplamente adotadas, é necessário superar desafios como a resistência dos produtores, altos custos iniciais e a falta de políticas públicas eficazes, além de promover a conscientização e a educação ambiental no setor agrícola.

Palavras-chave: Agronegócio, Meio ambiente, Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio desempenha um papel vital na economia global, sendo uma das principais fontes de alimentos, fibras e outros produtos essenciais para o bem-estar das populações. Além de sua contribuição econômica, o agronegócio é um dos principais responsáveis por atender à demanda crescente por alimentos em um mundo cuja população continua a aumentar. O setor é também um dos maiores empregadores, especialmente em países em desenvolvimento, onde grande parte da população está envolvida diretamente com a produção agrícola, seja em grandes empresas ou na agricultura familiar (Braga; Oliveira, 2018).

Contudo, ao lado de seus benefícios econômicos, o agronegócio também enfrenta uma série de críticas e desafios relacionados ao seu impacto no meio ambiente, o que gera uma reflexão crítica sobre a sustentabilidade de suas práticas. O crescimento exponencial do agronegócio, associado à busca incessante por produtividade, tem levado a um aumento significativo na utilização de recursos naturais, como água, solo e biodiversidade (Costa, 2018).

Além disso, práticas agrícolas intensivas, como o desmatamento, o uso indiscriminado de pesticidas e fertilizantes, e a monocultura, têm gerado consequências ambientais graves, como a degradação do solo, a perda de biodiversidade e a poluição dos corpos d'água. Tais impactos ambientais, muitas vezes invisíveis para o público em geral, têm chamado a atenção de pesquisadores, ativistas e até mesmo do próprio setor, que começa a buscar alternativas mais sustentáveis e responsáveis para suas atividades (Cardoso; Nogueira, 2021).

Outro aspecto relevante é a relação entre o agronegócio e as mudanças climáticas. O setor agrícola é tanto um dos maiores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, principalmente através da pecuária e do uso de fertilizantes nitrogenados, quanto um dos mais vulneráveis aos impactos dessas mudanças, como a escassez de água, secas prolongadas e a alteração dos padrões de chuva. Esse paradoxo exige uma análise crítica sobre a maneira como o agronegócio se adapta aos

desafios climáticos, e como suas práticas podem ser transformadas para minimizar os danos ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que garantem a continuidade da produção e o abastecimento alimentar (Castilho et al., 2016).

O modelo de produção agrícola vigente, focado no aumento da produtividade a qualquer custo, também traz à tona questões de justiça social e econômica. Em muitas regiões do mundo, especialmente em países da América Latina, o agronegócio tem sido associado a práticas de concentração de terras, onde grandes corporações e grupos empresariais detêm a maior parte das áreas produtivas, deixando pequenas propriedades e populações rurais em condições de vulnerabilidade. A concentração de terras não só agrava a desigualdade social, mas também dificulta a implementação de práticas agrícolas sustentáveis, já que a produção em larga escala muitas vezes prioriza o lucro imediato em detrimento da preservação ambiental (Silva, 2016).

Por outro lado, o conceito de "agricultura sustentável" tem ganhado força como uma alternativa viável para a preservação ambiental no contexto do agronegócio. O uso de tecnologias mais limpas, a rotação de culturas, o plantio direto e o manejo integrado de pragas são algumas das práticas que buscam equilibrar a produção com a conservação dos recursos naturais. No entanto, a adoção de tais práticas depende de um conjunto de fatores, incluindo o conhecimento técnico, o investimento em novas tecnologias e, principalmente, a vontade política para fomentar mudanças significativas no setor.

A reflexão crítica sobre o agronegócio e o meio ambiente, portanto, não pode ser dissociada das questões sociais e políticas que influenciam as práticas agrícolas. A pressão por uma transformação do agronegócio em direção a uma agricultura mais responsável tem vindo de diversos setores, incluindo organizações não governamentais, governos e consumidores, que exigem mais transparência e responsabilidade ambiental das empresas do setor. No entanto, a implementação de soluções sustentáveis ainda enfrenta desafios significativos, como a resistência à mudança por parte de alguns produtores, a falta de políticas públicas eficazes e a escassez de incentivos financeiros para adoção de práticas mais sustentáveis. Dessa forma, a reflexão crítica sobre o tema exige uma análise não apenas das práticas agrícolas em si, mas também do sistema de incentivos e das estruturas de poder que orientam o agronegócio mundial (Costa; Camelo, 2018).

O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise crítica sobre a relação entre o agronegócio e o meio ambiente, destacando os impactos ambientais gerados pelas práticas agrícolas atuais, as alternativas sustentáveis que vêm sendo adotadas e as barreiras para uma mudança significativa. A pesquisa visa compreender os principais desafios enfrentados pelo setor, as soluções propostas para mitigar os impactos ambientais e o papel das políticas públicas e da sociedade na promoção de práticas mais responsáveis e sustentáveis (Gimenes; Gimenes, 2017).

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem bibliográfica, onde foram analisados artigos acadêmicos, livros, estudos de caso e relatórios de organizações especializadas que discutem o impacto do agronegócio no meio ambiente. A escolha por uma pesquisa bibliográfica permite uma visão abrangente e atualizada sobre o tema, possibilitando uma reflexão aprofundada sobre os principais pontos de conflito e as possíveis soluções para conciliar a produção agrícola com a preservação ambiental.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 IMPACTOS AMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio tem sido um dos maiores responsáveis pela transformação dos ecossistemas ao longo das últimas décadas. A expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia, no Cerrado e em outras regiões tropicais, tem levado à derrubada de grandes áreas de floresta para dar lugar a plantações e pastagens. Esse desmatamento tem consequências diretas para a biodiversidade, uma vez que muitas espécies endêmicas ficam ameaçadas. A perda de habitats e a fragmentação das florestas contribuem para a extinção de diversas espécies de fauna e flora, além de afetar o equilíbrio dos ecossistemas, prejudicando processos naturais como a polinização e a dispersão de sementes (Silva, 2016).

Além do desmatamento, a monocultura — prática comum no agronegócio, onde uma única cultura é plantada em grandes áreas durante muitos anos consecutivos — pode esgotar os nutrientes do solo. Isso ocorre porque diferentes plantas têm necessidades nutricionais diferentes, e a prática de cultivar apenas uma espécie por longos períodos dificulta o processo natural de renovação do solo (Gimenes; Gimenes, 2017).

Como resultado, a qualidade do solo diminui, exigindo a aplicação de grandes quantidades de fertilizantes para garantir a produtividade. Esses fertilizantes, muitas vezes em excesso, acabam contaminando os corpos d'água e os lençóis freáticos, alterando a qualidade da água e prejudicando a fauna aquática. O uso indiscriminado de pesticidas também é um grande problema ambiental associado ao agronegócio (Gimenes; Gimenes, 2017).

A aplicação de substâncias químicas para o controle de pragas e doenças é frequentemente feita de maneira excessiva, com pouco controle sobre as dosagens. Isso tem levado à contaminação dos ecossistemas locais, principalmente de fontes hídricas. Além disso, a resistência das pragas a esses pesticidas tem se tornado uma preocupação crescente, levando ao uso de substâncias ainda mais potentes, criando um ciclo de dependência química e desequilíbrio ambiental (Braga; Oliveira, 2018).

Outro problema decorrente das práticas agrícolas intensivas é a erosão do solo, especialmente em áreas onde a vegetação original foi desmatada. O cultivo de grandes áreas sem cobertura vegetal adequada pode causar o deslocamento da camada superficial do solo durante chuvas fortes, o que compromete ainda mais a fertilidade da terra e aumenta a sedimentação dos rios. A erosão pode causar uma série de problemas adicionais, como o assoreamento de corpos d'água e o aumento do risco de desastres naturais, como deslizamentos de terra e enchentes. Além dos problemas diretos, o agronegócio também contribui para as mudanças climáticas globais (Costa; Camelo, 2018).

A agricultura em larga escala é uma fonte significativa de emissões de gases de efeito estufa, especialmente o metano (CH₄) proveniente da pecuária e o óxido nitroso (N₂O) gerado pelo uso de fertilizantes. O metano, por exemplo, é liberado durante a digestão dos ruminantes, como bois e ovelhas. Essas emissões são diretamente responsáveis pelo aquecimento global e têm um impacto negativo nas condições climáticas, afetando a produção agrícola e exacerbando os fenômenos climáticos extremos, como secas e inundações. Por outro lado, o uso intensivo de recursos hídricos na agricultura, em particular na irrigação, também pode levar ao esgotamento de fontes de água (Costa; Camelo, 2018).

O consumo elevado de água na produção de commodities como arroz, soja e cana-de-açúcar pode causar a escassez de água em regiões já propensas a secas, afetando tanto o ecossistema quanto as populações locais que dependem desses recursos para suas atividades diárias. A alteração dos ciclos hidrológicos é, portanto, uma das consequências diretas do agronegócio em áreas com clima mais árido ou semiárido. Além disso, a agricultura industrializada, quando não é adequadamente planejada e gerida, tem impacto direto na saúde humana. A contaminação por resíduos de agrotóxicos na alimentação e a poluição do ar, resultante da queima de biomassa e da emissão de gases poluentes, têm gerado preocupações em diversas partes do mundo (Gimenes; Gimenes, 2017).

A população local que depende da agricultura para sua sobrevivência acaba ficando exposta aos efeitos nocivos dessa contaminação. As doenças respiratórias e as intoxicações por produtos químicos são apenas alguns dos riscos à saúde humana gerados pela intensificação da produção agrícola. Apesar de ser uma importante fonte de emprego e renda para muitas regiões, a intensificação do agronegócio também tem levado à concentração de terras, especialmente em países da América Latina (Braga; Oliveira, 2018).

A pressão por expansão das áreas agrícolas e a busca pela maximização do lucro têm incentivado a venda de terras para grandes corporações, muitas vezes à custa dos pequenos agricultores. Isso não apenas agrava a desigualdade social, mas também dificulta a implementação de práticas agrícolas sustentáveis, pois a agricultura familiar, em menor escala, tem mais facilidade em adotar alternativas mais responsáveis do ponto de vista ambiental (Costa, 2018).

2.2 ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS NO AGRONEGÓCIO

O agronegócio tem buscado alternativas que minimizem os impactos ambientais sem comprometer a produtividade necessária para atender a demanda global por alimentos. A agricultura de precisão é uma dessas soluções inovadoras. Utilizando tecnologias como sensores, satélites, drones e sistemas de GPS, a agricultura de precisão permite um monitoramento mais eficaz das plantações, otimizando o uso de insumos como fertilizantes, pesticidas e água. Essa abordagem resulta não apenas em uma produção mais eficiente, mas também em uma redução significativa dos impactos ambientais, pois é possível aplicar recursos apenas quando e onde são necessários, evitando desperdícios (Costa; Camelo, 2018).

Outra prática sustentável crescente é a rotação de culturas. Ao contrário da monocultura, onde se cultiva uma única espécie ao longo de vários ciclos, a rotação envolve a alternância de diferentes culturas em uma mesma área ao longo do tempo. Isso ajuda a prevenir o esgotamento dos nutrientes do solo, além de reduzir a incidência de pragas e doenças. A rotação de culturas também pode melhorar a estrutura do solo, aumentando sua capacidade de retenção de água e reduzindo o risco de erosão. Essas práticas são cada vez mais vistas como parte de um movimento maior, conhecido como “agricultura regenerativa”, que busca restaurar a saúde do solo e a biodiversidade (Braga; Oliveira, 2018).

O plantio direto, que envolve o cultivo sem a necessidade de revolver o solo, é outra técnica fundamental para a sustentabilidade do agronegócio. Ao evitar o processo de aração, o plantio direto mantém a estrutura do solo intacta, o que reduz a erosão e melhora a infiltração da água. Além disso, essa técnica ajuda a aumentar a matéria orgânica no solo, o que contribui para a retenção de nutrientes e a melhoria das condições para o desenvolvimento das plantas. O plantio direto também reduz a necessidade de irrigação, uma vez que a cobertura do solo diminui a evaporação da água (Braga; Oliveira, 2018).

Além dessas práticas, a utilização de tecnologias limpas, como a agricultura de baixo carbono, também tem ganhado relevância no agronegócio. As práticas agrícolas podem ser ajustadas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, principalmente por meio da adoção de técnicas como o uso de biocombustíveis e bioenergia. A biomassa agrícola, que é gerada como subproduto da produção de alimentos, pode ser utilizada para a produção de energia, substituindo fontes fósseis e contribuindo para a redução da pegada de carbono do setor (Santos, 2016).

A integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) é outro exemplo de como a produção agrícola pode ser diversificada de forma a melhorar a sustentabilidade. Nessa prática, áreas de pastagem, lavouras e florestas são combinadas de maneira que uma atividade contribua para a outra. Por exemplo, as árvores plantadas em áreas de pastagem podem ajudar a restaurar a fertilidade do solo,

enquanto o cultivo de grãos pode fornecer uma fonte de alimento para o gado, resultando em uma maior diversidade de produção e uma utilização mais eficiente dos recursos naturais (Cardoso; Nogueira, 2021).

Além disso, o uso de sementes geneticamente modificadas (GM) tem sido apontado como uma alternativa que pode reduzir os impactos ambientais do agronegócio. Sementes GM podem ser desenvolvidas para resistir a pragas e doenças, o que diminui a necessidade de pesticidas. Algumas variedades GM são mais adaptáveis a condições climáticas adversas, como secas, o que pode ser uma solução para a insegurança alimentar em regiões mais áridas. Contudo, é necessário um debate mais amplo sobre os riscos e benefícios dessa tecnologia, pois os impactos a longo prazo no meio ambiente e na saúde ainda são temas de estudo (Santos et al., 2016).

A utilização de sistemas agroflorestais, que combinam árvores e culturas agrícolas, tem mostrado ser uma alternativa eficaz para promover a sustentabilidade do agronegócio. A presença de árvores no meio das lavouras pode proporcionar sombra, melhorar a qualidade do solo, aumentar a biodiversidade e contribuir para o sequestro de carbono. Esses sistemas podem ser implementados tanto em pequenas quanto em grandes propriedades, e têm se mostrado vantajosos na recuperação de áreas degradadas (Escher; Wikilson; Pereira, 2018).

Outro fator importante na adoção de práticas sustentáveis é a capacitação dos produtores. Muitas vezes, os agricultores não possuem acesso a informações atualizadas sobre técnicas agrícolas sustentáveis ou enfrentam dificuldades para implementar tecnologias mais eficientes. Programas de capacitação e financiamento de práticas sustentáveis, especialmente em áreas mais remotas ou em países em desenvolvimento, são essenciais para que o agronegócio possa avançar em direção a uma produção mais responsável (Cardoso; Nogueira, 2021).

2.3 DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL

A adoção de práticas sustentáveis no agronegócio enfrenta uma série de obstáculos. Um dos principais desafios é a resistência à mudança por parte dos produtores. Muitos agricultores estão acostumados com as práticas convencionais, que priorizam o aumento da produtividade, e temem que a implementação de novas tecnologias ou métodos possa reduzir os lucros. A falta de informação sobre os benefícios a longo prazo da sustentabilidade, como a melhoria da qualidade do solo e a redução de custos com insumos, também contribui para essa resistência. Além disso, o custo das tecnologias sustentáveis muitas vezes é um impeditivo significativo (Costa, 2018).

O investimento inicial em tecnologias como sensores, drones, sistemas de irrigação inteligente e técnicas de manejo integrado de pragas pode ser elevado, tornando-as inacessíveis para pequenos e médios produtores. Sem incentivos governamentais ou acesso a linhas de crédito com condições

favoráveis, esses produtores acabam se mantendo no modelo tradicional, que é mais barato a curto prazo, mas prejudica o meio ambiente e, no longo prazo, compromete a sustentabilidade da produção. A falta de políticas públicas eficientes também é um desafio importante (Costa, 2018).

Em muitos países, a regulamentação ambiental é insuficiente ou mal aplicada, o que permite que práticas predatórias, como o desmatamento ilegal e o uso indiscriminado de agrotóxicos, continuem a ocorrer. Além disso, as políticas voltadas para o incentivo à produção sustentável muitas vezes não são bem estruturadas ou não têm a implementação adequada. A criação de políticas mais rígidas e eficazes é fundamental para garantir que o agronegócio caminhe em direção a práticas mais responsáveis. A falta de articulação entre os diferentes setores da sociedade também dificulta a criação de soluções para um agronegócio sustentável (Cardoso; Nogueira, 2021).

O agronegócio, o governo, as ONGs e os consumidores precisam trabalhar juntos para promover a sustentabilidade. No entanto, muitas vezes esses grupos têm interesses conflitantes. O agronegócio busca aumentar a produção e os lucros, o governo precisa equilibrar as políticas públicas e as necessidades econômicas, e os consumidores muitas vezes não estão totalmente informados sobre os impactos ambientais das suas escolhas de consumo. Isso cria um ambiente de falta de consenso sobre as melhores práticas e soluções (Escher; Wikilson; Pereira, 2018).

As barreiras culturais também desempenham um papel relevante na implementação de mudanças no agronegócio. Muitas comunidades agrícolas têm uma forte ligação com tradições e modos de produção que foram passados de geração em geração (Cardoso; Nogueira, 2021).

A adoção de novas práticas pode ser vista como uma ameaça a essas tradições, o que dificulta a aceitação de inovações tecnológicas ou mudanças de comportamento que visem à sustentabilidade. Ainda assim, as políticas públicas podem ter um papel central na resolução desses desafios. O governo pode incentivar a adoção de práticas sustentáveis por meio de subsídios, crédito acessível e programas de capacitação. A educação ambiental para agricultores e a criação de incentivos para a certificação de produtos sustentáveis são passos importantes para garantir a transição do setor (Escher; Wikilson; Pereira, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão crítica sobre o agronegócio e o meio ambiente revela a complexa relação entre produção agrícola e sustentabilidade. Embora o agronegócio seja essencial para o abastecimento alimentar global, seus impactos ambientais não podem ser ignorados. O desmatamento, a degradação do solo, a poluição e a perda de biodiversidade são consequências diretas das práticas agrícolas intensivas, e sua mitigação exige uma mudança significativa no setor.

No entanto, a busca por alternativas sustentáveis tem mostrado que é possível conciliar a produção com a preservação ambiental. A adoção de tecnologias avançadas, práticas agrícolas integradas e o incentivo a novas fontes de energia são passos importantes para um agronegócio mais responsável. Entretanto, os desafios enfrentados pelos produtores, como a resistência à mudança, o custo das tecnologias e a pressão por maior produtividade, ainda são obstáculos a serem superados.

O papel das políticas públicas é fundamental para criar um ambiente favorável à adoção de práticas sustentáveis. A regulamentação, a educação e a capacitação dos produtores, bem como o incentivo à inovação, são elementos-chave para garantir que o agronegócio evolua de forma a minimizar seus impactos ambientais. Além disso, a colaboração entre governos, empresas, consumidores e organizações sociais é crucial para promover a mudança necessária.

A reflexão crítica sobre o agronegócio e o meio ambiente também nos lembra da importância da consciência coletiva e da responsabilidade de todos os envolvidos na cadeia produtiva. A sustentabilidade não é apenas uma questão ambiental, mas também social e econômica, exigindo uma abordagem integrada para resolver os problemas que surgem nesse contexto.

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu uma análise aprofundada dos impactos do agronegócio no meio ambiente e das alternativas sustentáveis em desenvolvimento. As conclusões indicam que o futuro do setor depende da capacidade de adaptação dos produtores às novas exigências ambientais e das políticas públicas para promover uma agricultura mais responsável.

Portanto, é possível afirmar que, embora o agronegócio tenha gerado significativos avanços na produção de alimentos, sua relação com o meio ambiente exige um reequilíbrio. A transformação do setor, para que seja mais sustentável e justo, passa por um esforço conjunto entre todos os atores envolvidos, de modo a garantir que a produção agrícola não comprometa os recursos naturais para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Francisco Laercio Pereira; OLIVEIRA, Ana Claudia Sampaio de. A Influência da Taxa de Câmbio e Renda Mundial Sobre as Exportações Brasileiras de Soja (2000-2015). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, p. 663-680, 2018.
- CARDOSO, Heloísa Bagatin; NOGUEIRA, J. C. Perspectivas e desafios do agronegócio brasileiro. *AGRO: O papel do agronegócio brasileiro nas novas relações econômicas mundiais*, 2021.
- CASTILHO, Ricardo et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. *Revista da ANPEGE*, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.
- COSTA, Ana Carolina Ribeiro; CAMELO, Gerda Lúcia Pinheiro. A inserção do potencial exportador ocioso no mercado internacional: perspectivas e desafios na geração de trabalho e renda. *EmpíricaBR-Revista Brasileira de Gestão Negócio e Tecnologia da Informação*, v. 1, n. 1, p. 166-203, 2018.
- COSTA, Lorena de Oliveira. *Agronegócio brasileiro: história, importância no cenário internacional e perspectivas*. 2018.
- DA SILVA, Devanildo Braz. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. *Comunicação & Mercado*, v. 1, n. 3, p. 23, 2012.
- DOS SANTOS, Camila Dutra. *Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano*. GeoTextos, 2016.
- DOS SANTOS, Leandro Pereira et al. Agronegócio brasileiro no comércio internacional. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 39, n. 1, p. 54-69, 2016.
- ESCHER, Fabiano; WIKILSON, John; PEREIRA, Paulo. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. *CEBC. China: Direções Globais de Investimento*, p. 190-227, 2018.
- FERNANDEZ, Andréa Ferraz de Arruda. *Impactos da taxa de câmbio, preços das commodities e renda mundial sobre as exportações do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2018*. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. *Revista Cadernos de Economia*, v. 11, n. 20, p. 45-72, 2017.

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

  10.56238/livrosindi202511-009

Raphael Pereira

Mestre em Educação, UFES
Doutorando em Educação, UNiB
Centro Universitário Estácio de Vitória, Estácio Vitória
E-mail: raphaelpharma@hotmail.com

José Rogério Linhares

Mestrando em Ciências da Educação
World University Ecumenical - WUE

Paulo César Mendes

Mestre, Unimontes
Montes Claros, MG
E-mail: paulocesarmndes@gmail.com

Christian Ricardo Silva Passos

Graduado Química Licenciatura, Especialista em Ensino de Química, Mestre em Química Analítica
Doutor em Biotecnologia de Microrganismos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia IFBA - Campus Ilhéus
E-mail: christian@ifba.edu.br

Alex de Melo Garcia

Mestre em Educação, Educaler University
E-mail: Alex.amg@outlook.com

Adão Rodrigues de Sousa

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Silvana Lima Vieira

Universidade do Estado da Bahia

Adeildo Mesquita de Araujo

Pós graduado em Gestão Ambiental de Áreas Protegidas
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Francisco Rodrigues de França Filho

Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Adilson Rodrigues Santana

Especialista em Agricultura e Ambiente
UEMASUL - Universidade Estadual Da Região Tocantina do Maranhão

Jair Oliveira Passos Junior

Mestre em Matemática
Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí

Fernanda Siquini Valenciano

Unoeste

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar os desafios do letramento digital na formação docente, investigando as dificuldades enfrentadas pelos professores na integração das tecnologias na educação e propondo soluções para aprimorar sua capacitação. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica, baseada na revisão de estudos e artigos sobre o tema, permitindo uma análise aprofundada das principais barreiras e estratégias para o desenvolvimento do letramento digital entre os docentes. Os resultados evidenciaram que a falta de formação adequada, a resistência à mudança, a desigualdade no acesso às tecnologias e a carência de infraestrutura nas escolas são fatores que dificultam a adoção efetiva das ferramentas digitais no ensino. Constatou-se que a formação contínua, o suporte institucional e políticas públicas voltadas para a capacitação docente são essenciais para superar essas dificuldades. Conclui-se que o letramento digital deve ser visto como uma competência essencial para os professores do século XXI, exigindo investimentos em formação, infraestrutura e políticas educacionais que garantam a inclusão digital, promovendo práticas pedagógicas mais inovadoras e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Tecnologia, Educação, Letramento digital.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias têm se tornado cada vez mais presentes no cotidiano das sociedades, transformando não apenas a forma como interagimos com o mundo, mas também como aprendemos e ensinamos. No contexto educacional, as tecnologias digitais têm sido integradas de forma crescente, oferecendo novas possibilidades para o ensino e a aprendizagem. A utilização de recursos tecnológicos, como computadores, tablets, lousas digitais, plataformas online e aplicativos educacionais, tem sido uma ferramenta poderosa na promoção da interação, do engajamento e da personalização do ensino. No entanto, esse processo de transformação digital na educação também apresenta desafios significativos, especialmente quando se trata do letramento digital dos docentes, que é um dos elementos essenciais para garantir a eficácia da integração dessas tecnologias (Oliveira; Borges; Silva, 2023).

O letramento digital é entendido como a capacidade de utilizar as tecnologias digitais de maneira crítica, reflexiva e eficaz. No contexto educacional, isso envolve a competência dos professores em usar as tecnologias para ensinar de forma inovadora, interativa e inclusiva. No entanto, muitos professores enfrentam dificuldades no uso dessas tecnologias devido à falta de formação adequada e ao desconhecimento das ferramentas e métodos pedagógicos mais eficazes. Além disso, o letramento digital não se limita ao simples uso de dispositivos e plataformas, mas também envolve a compreensão do impacto da tecnologia na sociedade, nas relações de poder e nas práticas pedagógicas (Cardoso, 2023).

Um dos principais desafios para a formação docente no campo do letramento digital é a resistência à mudança. Muitos professores, especialmente aqueles que estão no início de suas carreiras ou em contextos educacionais mais tradicionais, têm dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas às novas tecnologias. A resistência pode estar relacionada ao medo de perder o controle da sala de aula, à insegurança sobre a eficácia das novas ferramentas ou à falta de tempo e recursos para aprender e implementar novas tecnologias. Esse cenário torna ainda mais urgente a necessidade de um apoio contínuo à formação docente (Cunha et al., 2022).

Além disso, é importante considerar que as desigualdades sociais e econômicas têm impacto direto na formação digital dos professores. Em muitas regiões, os professores enfrentam a falta de acesso a recursos tecnológicos adequados, como computadores e conexões de internet de qualidade. Isso pode criar uma disparidade no desenvolvimento do letramento digital entre diferentes grupos de professores, prejudicando a capacidade de muitos educadores de integrar as tecnologias em suas práticas pedagógicas de maneira efetiva. O desafio é, portanto, não apenas de formação, mas também de garantir igualdade no acesso às tecnologias (Dantas et al., 2023).

O papel das políticas públicas na formação docente para o letramento digital também é crucial. É necessário que os governos, as instituições de ensino e os sistemas educacionais criem programas de formação contínua que atendam às necessidades dos professores, oferecendo tanto recursos materiais quanto apoio pedagógico. Isso inclui desde a capacitação técnica para o uso das ferramentas digitais até o desenvolvimento de uma abordagem crítica e reflexiva sobre o impacto da tecnologia na educação. As políticas educacionais precisam ser mais assertivas no apoio à integração das tecnologias, especialmente em contextos de ensino mais tradicionais. Além das políticas públicas, a formação inicial dos professores também desempenha um papel central no desenvolvimento do letramento digital (Santos; Cruz, 2023).

Os cursos de licenciatura, que formam os docentes, precisam ser mais inclusivos no que diz respeito ao uso de tecnologias na educação, não apenas no sentido de familiarizar os futuros professores com as ferramentas, mas também em incentivar o pensamento crítico sobre a aplicação dessas tecnologias na prática pedagógica. A formação inicial deve preparar os docentes para os desafios do ensino digital desde o início de sua carreira (Rodrigues et al., 2023).

Por fim, o objetivo desta pesquisa é analisar os desafios que os professores enfrentam para o letramento digital e como a formação docente pode ser aprimorada para superar essas dificuldades. A partir dessa análise, busca-se identificar as principais barreiras no processo de integração das tecnologias digitais na educação e propor soluções para melhorar a capacitação dos professores nesse sentido. A pesquisa também investiga o impacto do letramento digital na qualidade do ensino e na transformação das práticas pedagógicas.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, que buscou reunir os principais estudos, artigos e teorias relacionadas ao tema das tecnologias na educação e ao letramento digital na formação docente. A revisão permite compreender o estado atual da pesquisa sobre esse assunto, identificar as lacunas existentes e oferecer contribuições para a discussão sobre o aprimoramento da formação de professores no contexto digital.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O LETRAMENTO DIGITAL E SEUS DESAFIOS PARA OS PROFESSORES

O letramento digital é um conceito que se expandiu ao longo dos anos e passou a ser uma das competências essenciais para o ensino contemporâneo. Este conceito envolve a capacidade de usar as tecnologias de maneira crítica e eficiente, e abrange desde a habilidade técnica para operar dispositivos até a capacidade de integrar as tecnologias na pedagogia. Para os docentes, isso significa não apenas aprender a usar ferramentas digitais, mas também adaptá-las de maneira eficaz ao contexto educacional (Oliveira; Borges; Silva, 2023).

A implementação do letramento digital nas práticas pedagógicas exige, portanto, uma mudança no papel do professor, que deixa de ser apenas um transmissor de conteúdo para se tornar um mediador do aprendizado. A resistência à mudança por parte de muitos professores está entre os principais desafios desse processo. Para muitos, a introdução de novas tecnologias em sala de aula representa uma ruptura com métodos pedagógicos tradicionais, que se baseiam em livros didáticos, exercícios manuais e interações presenciais (Ramos; Rosário; Rosario, 2023).

Além disso, muitos professores enfrentam dificuldades para entender o potencial pedagógico das tecnologias disponíveis. Segundo alguns estudos, o uso de ferramentas digitais em sala de aula não se limita à simples substituição de materiais impressos por recursos digitais. Em vez disso, trata-se de uma transformação nas práticas de ensino que exige uma mudança de paradigma. A integração das tecnologias deve ser pensada de forma a enriquecer as experiências de aprendizagem e a promover a colaboração e a criatividade entre os alunos (Dantas et al., 2023).

No entanto, muitos docentes ainda não conseguem ver as tecnologias como uma ferramenta pedagógica, mas como um fim em si mesmas, o que limita o seu impacto no processo de ensino-aprendizagem. A capacitação de professores é fundamental para enfrentar esse desafio. A formação continuada e a capacitação técnica são essenciais para que os docentes adquiram as habilidades necessárias para utilizar as tecnologias de maneira eficaz (Cardoso, 2023).

A formação, no entanto, deve ir além do treinamento técnico para o uso das ferramentas digitais. Deve incluir também a formação pedagógica, abordando como as tecnologias podem ser aplicadas em práticas de ensino que favoreçam a aprendizagem ativa e o desenvolvimento crítico dos

alunos. O letramento digital não se trata apenas de aprender a usar tecnologias, mas de aprender a usá-las de maneira ética e crítica, promovendo uma reflexão sobre o impacto da tecnologia na educação (Ramos; Rosário; Rosario, 2023).

A adaptação às novas tecnologias também envolve mudanças nas formas de avaliação. O uso de tecnologias digitais pode permitir novas formas de avaliação, como testes interativos, monitoramento em tempo real e avaliações colaborativas. Contudo, para que essas inovações sejam incorporadas ao ensino, os docentes precisam de capacitação específica sobre como essas ferramentas podem ser usadas de maneira eficaz para avaliar o progresso dos alunos. A avaliação digital é um dos aspectos mais desafiadores do letramento digital, pois exige que os professores sejam capazes de selecionar e aplicar as ferramentas adequadas, considerando as necessidades e as particularidades de seus alunos (Oliveira; Borges; Silva, 2023).

Outro ponto crucial é a infraestrutura tecnológica das escolas. Mesmo que os docentes possuam o conhecimento necessário, o acesso a dispositivos e à internet de qualidade é um requisito fundamental para o uso efetivo das tecnologias. Em muitas regiões, especialmente em áreas mais carentes, a infraestrutura educacional ainda é precária, o que representa uma barreira significativa para a implementação do letramento digital. A falta de recursos e a baixa conectividade dificultam a integração das tecnologias nas salas de aula, criando um cenário de desigualdade educacional. Portanto, é importante que as políticas públicas também invistam em infraestrutura tecnológica para garantir que todos os professores tenham as condições necessárias para utilizar as ferramentas digitais de forma eficiente (Cunha et al., 2022).

Por fim, é importante destacar que o letramento digital não é um processo que ocorre apenas uma vez, mas algo contínuo. As tecnologias estão em constante evolução, e, portanto, a formação dos docentes também deve ser contínua. O processo de aprendizagem digital é permanente, e os professores precisam estar sempre atualizados sobre as novas ferramentas e métodos pedagógicos. O uso de tecnologias deve ser entendido como uma prática em constante aprimoramento, e a formação docente deve acompanhar esse ritmo de mudança. A falta de atualização pode resultar na desmotivação dos professores e na obsolescência das práticas pedagógicas (Dantas et al., 2023).

2.2 A RESISTÊNCIA À TECNOLOGIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

A resistência à tecnologia é uma realidade em muitas escolas, principalmente entre docentes mais experientes ou em contextos educacionais mais conservadores. Muitos professores, especialmente os mais velhos, não estão acostumados com a dinâmica das novas tecnologias e, portanto, demonstram resistência à sua implementação em sala de aula. Esse receio pode ser alimentado pela falta de confiança nas ferramentas digitais, pelo medo de não saber utilizá-las

corretamente e pela percepção de que a tecnologia pode substituir o papel fundamental do professor. No entanto, essa resistência pode ser superada por meio de estratégias eficazes de formação e apoio (Oliveira; Borges; Silva, 2023).

A resistência também pode estar relacionada à falta de tempo. Muitos docentes já têm uma carga de trabalho elevada, com planejamento, correção de atividades e participação em reuniões pedagógicas, e a introdução de novas tecnologias pode ser vista como um fardo adicional. Nesse contexto, os programas de formação precisam ser ajustados para oferecer capacitação de forma eficiente, de modo a não sobrecarregar os professores, mas proporcionar aprendizado de maneira gradual e contextualizada. Além disso, é importante que os professores vejam os benefícios da tecnologia para sua própria prática pedagógica, compreendendo como as ferramentas podem facilitar seu trabalho e enriquecer o ensino (Cardoso, 2023).

Outro fator que contribui para a resistência à tecnologia é a falta de apoio institucional. A implementação das novas tecnologias exige que a escola e o sistema educacional forneçam suporte contínuo aos professores, tanto em termos de infraestrutura quanto de formação pedagógica. O apoio institucional deve ser sólido, com uma gestão comprometida com a formação docente, e deve incluir o fornecimento de recursos adequados e de um ambiente favorável à inovação pedagógica (Cunha et al., 2022).

A resistência também pode ocorrer devido à falta de uma cultura escolar que valorize a inovação. Muitas escolas ainda seguem práticas tradicionais e não estimulam os professores a experimentar novas abordagens pedagógicas. Para que o letramento digital seja efetivo, é necessário que a cultura escolar se abra para a inovação, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo e de colaboração entre docentes e alunos. A criação de uma cultura digital nas escolas é um passo importante para que as tecnologias sejam integradas de forma eficaz no processo educativo (Oliveira; Borges; Silva, 2023).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DIGITAL

As políticas públicas desempenham um papel crucial na superação dos desafios do letramento digital na formação docente. Para que os professores possam ser capacitados adequadamente, é necessário que as políticas educacionais integrem o letramento digital como uma prioridade. Isso envolve desde a criação de programas de formação até a inclusão de tecnologias nos currículos das licenciaturas. A formação digital deve ser abordada de forma transversal, incluindo não apenas o aprendizado técnico, mas também a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia na educação, abordando questões éticas, pedagógicas e sociais. Essa abordagem deve permitir aos professores não apenas usar

as ferramentas, mas também aplicá-las de maneira crítica e inovadora em suas práticas pedagógicas (Cardoso, 2023).

Além disso, o apoio do governo em termos de infraestrutura é essencial para que as tecnologias sejam efetivamente integradas nas escolas. As políticas públicas precisam garantir que todas as escolas tenham acesso a equipamentos adequados e à internet de qualidade, principalmente nas regiões mais carentes. A desigualdade no acesso a recursos tecnológicos pode aprofundar a exclusão digital, dificultando a implementação de qualquer iniciativa de letramento digital. O papel do poder público, portanto, vai além da capacitação dos professores e abrange a garantia de que as condições materiais nas escolas sejam adequadas para o uso da tecnologia (Cunha et al., 2022).

Outro aspecto importante das políticas públicas é a criação de incentivos para a formação continuada dos docentes. A integração de tecnologias na educação não é uma tarefa que se resolve em um único treinamento. A formação contínua, com atualizações regulares sobre novas ferramentas e metodologias, é essencial para que os professores possam se adaptar e inovar em suas práticas (Oliveira; Borges; Silva, 2023).

O incentivo à formação contínua, aliado ao apoio institucional, permite que os professores se sintam mais confiantes e preparados para utilizar as tecnologias de forma eficaz, o que contribui diretamente para o sucesso do letramento digital. As políticas públicas também devem considerar a diversidade do corpo docente e suas necessidades específicas. É fundamental que as iniciativas de capacitação contemplem a realidade de professores com diferentes níveis de familiaridade com as tecnologias, desde aqueles com pouca experiência até os mais experientes. Programas de formação diferenciados, que atendam às diversas realidades dos educadores, podem ser mais eficazes (Dantas et al., 2023).

Além disso, as políticas precisam ser adaptadas ao contexto local das escolas, respeitando as particularidades regionais e as necessidades específicas de cada comunidade escolar. Finalmente, é importante que as políticas públicas criem um ambiente colaborativo entre professores, gestores e especialistas em tecnologia. A troca de experiências e a colaboração entre os diferentes atores da educação podem enriquecer as práticas pedagógicas e favorecer a construção de um letramento digital mais eficaz. Isso pode ser alcançado por meio de redes de aprendizado, grupos de apoio entre professores e programas de mentoria, que incentivem o compartilhamento de práticas bem-sucedidas e a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados no processo de implementação das tecnologias (Freitas, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as tecnologias na educação e os desafios para o letramento digital na formação docente revela que, embora as tecnologias ofereçam vastas oportunidades para o ensino e a aprendizagem, sua integração efetiva depende de uma série de fatores interconectados. A capacitação dos professores, a infraestrutura adequada, a resistência à mudança e as políticas públicas desempenham papéis cruciais na superação dos obstáculos que ainda limitam o uso das tecnologias nas escolas. A resistência dos docentes, especialmente entre os mais experientes, é um dos maiores desafios, mas pode ser superada com políticas de formação contínua, apoio institucional e incentivos adequados.

A formação docente para o letramento digital não deve ser encarada como um processo pontual, mas sim como uma ação contínua e adaptável às mudanças tecnológicas e às necessidades da sociedade. A integração das tecnologias no ensino exige uma transformação no papel do professor, que precisa ser preparado não apenas para operar ferramentas digitais, mas também para repensar suas práticas pedagógicas à luz das novas possibilidades tecnológicas. Isso envolve, por exemplo, a adaptação do currículo, a exploração de novos métodos de avaliação e a promoção de práticas de ensino mais colaborativas e interativas. Além disso, a infraestrutura tecnológica das escolas é um ponto fundamental para a efetividade do letramento digital.

A falta de equipamentos adequados e de acesso à internet pode criar uma barreira significativa, especialmente para escolas em áreas periféricas ou mais afastadas. Portanto, as políticas públicas devem garantir que as escolas tenham os recursos necessários para implementar as tecnologias de forma eficaz. Sem uma infraestrutura adequada, a capacitação docente perde sua eficácia, já que os professores não terão as ferramentas necessárias para aplicar o conhecimento adquirido. As políticas públicas também devem estar alinhadas com as necessidades dos docentes, considerando a diversidade de contextos e a desigualdade no acesso às tecnologias.

Programas de formação devem ser personalizados, levando em conta as diferentes realidades e os diferentes níveis de letramento digital entre os professores. A criação de um ambiente colaborativo, onde professores e gestores possam trocar experiências e aprender uns com os outros, é essencial para o sucesso de qualquer iniciativa de letramento digital.

A conclusão mais importante é que o letramento digital deve ser visto como uma competência fundamental para a formação de professores no século XXI. A capacidade de integrar as tecnologias digitais nas práticas pedagógicas não só torna o ensino mais dinâmico e eficaz, mas também prepara os alunos para um mundo cada vez mais digitalizado e interconectado. A formação docente para o letramento digital deve ser contínua, crítica e adaptada às necessidades do contexto, com o apoio de políticas públicas que garantam o acesso à tecnologia, à formação e à infraestrutura necessária.

Portanto, as ações voltadas para o letramento digital na formação docente não são apenas uma necessidade do momento, mas uma prioridade para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e preparado para os desafios do futuro. A tecnologia, quando utilizada de forma crítica e bem estruturada, tem o poder de transformar o ensino e a aprendizagem, mas essa transformação só será possível com um compromisso real da sociedade e do poder público em investir na capacitação dos professores e no desenvolvimento das condições necessárias para que a tecnologia seja incorporada de forma eficaz e significativa nas escolas.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. A. Educação após a pandemia de Covid-19. **Research, Society and Development**. v. 3, n. 2, 2023.
- CUNHA, F. I. J. et al. Formação continuada de professores da Educação Básica: uma revisão sistemática. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 7, pág. e10511729383, 2022.
- DANTAS, B. R. B. et al. **Tendências educacionais para o ensino médio no Brasil pós-pandemia: letramento digital, heurística e ensino híbrido**. Editora e-Publicar, 2023.
- FREITAS, L. Educação pós-pandemia: os impactos da Covid-19 sobre o processo de ensino-aprendizagem. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPEDuc**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-16, 2023.
- OLIVEIRA; BORGES; SILVA, L. E. P. **Alfabetização e letramento e os desafios pós-pandemia: uma reflexão necessária**. Cadernos de diálogos, 2023.
- RAMOS, J. F.; ROSÁRIO, E. S.; ROSARIO, S. A. S. Formação continuada e o uso de ferramentas digitais no ensino: desafios e possibilidades durante a pandemia da COVID-19 em Bragança-PA. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 4, 2023.
- RODRIGUES, A. M. S. et al. A leitura digital no contexto pós-pandêmico: uma revisão bibliográfica acerca dos desafios vigentes à educação digital. **Revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, 2023.
- SANTOS, G. A reexistência no pós-pandemia: considerações discursivas críticas sobre cidadania e tecnologia a partir das redes pragmáticas. **Ilha do Desterro**, v. 75, nº 3, p. 165-185, 2022.
- SANTOS, J. A.; CRUZ, L. M. Recomposição das aprendizagens na educação básica: estratégias pós-pandemia. **Revista de estudos em educação e diversidade**, v. 4, n. 11, 2023.

ENERGIAS VERDES NO BRASIL: PERSPECTIVAS SOBRE AS POTENCIALIDADES E DESAFIOS

  10.56238/livrosindi202511-010

Lucas da Silva Chaves Amaral

Mestrando em Políticas Públicas, Processo Civil, Processo Penal e Controle Penal. CEUB
Faculdade Mauá de Goiás
E-mail: adv.lucassilva@gmail.com

Wanessa Rezende Silva

Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento. IDP
Faculdade Mauá de Goiás
E-mail: rezendewanessasilva@gmail.com

Mateus Henrique dos Santos Diniz

Mestre em Agronomia
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
E-mail: mateus.diniz@ufu.br

Natercia Corrêa de Araújo

Mestre em Genética e Biologia Molecular, UFPE
E-mail: natercia.araujo@ufpe.br

Rafael Martins Sais

Graduado em Administração, Especialista em Administração Pública,
Mestre em Gestão Educacional, Doutor em Educação
Universidade Federal do Pampa
E-mail: rafaelsais@unipampa.edu.br

Juciele Marta Baldissarelli

Doutora em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau - Fur
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp

Christian Ricardo Silva Passos

Graduado Química Licenciatura; Especialista em Ensino de Química; Mestre em Química Analítica; Doutor
em Biotecnologia de Microrganismos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia IFBA - Campus Ilhéus
E-mail: christian@ifba.edu.br

Raphael Pereira

Mestre em Educação, UFES
Doutorando em Educação, UNiB
Centro Universitário Estácio de Vitória, Estácio Vitória
E-mail: raphaelpharma@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar as potencialidades e os desafios das energias verdes no Brasil, considerando avanços recentes, entraves à expansão e perspectivas futuras para o setor. A metodologia adotada foi exploratória e qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 17 profissionais do setor energético, incluindo engenheiros, gestores, consultores e acadêmicos. Os resultados apontaram que o Brasil possui grande potencial para a ampliação da matriz energética renovável, especialmente nas áreas de energia solar e eólica, devido às condições climáticas favoráveis. No entanto, desafios como infraestrutura de transmissão, instabilidade regulatória, alto

custo inicial de implantação e necessidade de políticas públicas mais eficazes foram identificados como obstáculos à expansão do setor. Além disso, a pesquisa destacou a importância da inovação tecnológica, como o desenvolvimento de baterias de armazenamento e hidrogênio verde, bem como a descentralização da produção de energia por meio da geração distribuída. Conclui-se que, embora o Brasil tenha um cenário promissor para as energias renováveis, a superação desses desafios é essencial para consolidar sua posição como líder global no setor, exigindo esforços conjuntos entre governo, empresas e sociedade.

Palavras-chave: Energia verde, Meio Ambiente, Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A busca por alternativas energéticas sustentáveis tem se tornado uma prioridade global, impulsionada pela necessidade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa e mitigar os impactos das mudanças climáticas. Nesse contexto, as chamadas "energias verdes" – fontes renováveis e ambientalmente sustentáveis – ganham cada vez mais relevância nas políticas energéticas de diversos países. O Brasil, com sua vasta extensão territorial e riqueza em recursos naturais, apresenta condições extremamente favoráveis para a exploração dessas fontes energéticas, consolidando-se como um dos principais atores no cenário mundial de energias renováveis (Arbache; Conceição; Monteiro, 2023).

Atualmente, o Brasil se destaca pela sua matriz energética predominantemente renovável, composta principalmente por energia hidrelétrica, eólica, solar e biomassa. A energia hidrelétrica, historicamente a mais utilizada no país, ainda responde por uma grande parcela da geração de eletricidade. No entanto, nos últimos anos, houve um crescimento expressivo da energia eólica e solar, refletindo uma diversificação estratégica do setor. Esses avanços são resultado tanto de investimentos privados quanto de políticas públicas voltadas para a ampliação da participação dessas fontes na matriz energética nacional (Alves et al., 2022).

Apesar dessas potencialidades, a adoção e expansão das energias verdes no Brasil ainda enfrentam desafios significativos. Questões como a intermitência da energia solar e eólica, a necessidade de aprimoramento das redes de transmissão e a dependência de incentivos governamentais para viabilizar projetos de larga escala são alguns dos entraves que dificultam a consolidação dessas fontes. Além disso, a predominância histórica das hidrelétricas gera um dilema, uma vez que, apesar de serem consideradas uma fonte renovável, elas apresentam impactos ambientais e sociais significativos, como o deslocamento de populações e a alteração de ecossistemas (Bastos, 2024).

Outro desafio importante está relacionado ao financiamento e à regulamentação do setor. Embora haja um crescente interesse de investidores nacionais e estrangeiros, a instabilidade regulatória e os altos custos iniciais de implantação de algumas tecnologias renováveis ainda são obstáculos a serem superados. Para garantir um crescimento sustentável das energias verdes no Brasil, é fundamental que o governo estabeleça políticas de longo prazo, proporcionando segurança jurídica e incentivos adequados para atrair capital e fomentar a inovação no setor (Nogueira; Capaz; Lora, 2021).

Além dos desafios técnicos e econômicos, a questão social também desempenha um papel crucial no desenvolvimento das energias renováveis. A geração distribuída de energia solar, por exemplo, representa uma oportunidade de democratização do acesso à energia limpa, permitindo que consumidores residenciais e pequenos negócios reduzam sua dependência das concessionárias de eletricidade. No entanto, ainda há barreiras relacionadas à burocracia para a instalação de sistemas fotovoltaicos e à falta de informação sobre os benefícios dessas tecnologias para a população em geral (Oliveira; Mario; Pacheco, 2021).

Por outro lado, as perspectivas para o futuro das energias verdes no Brasil são promissoras. Com avanços tecnológicos constantes, espera-se que o custo de produção de energia solar e eólica continue caindo, tornando essas fontes cada vez mais competitivas. Além disso, o país tem um enorme potencial para se tornar um exportador de hidrogênio verde, considerado uma das alternativas mais viáveis para a transição energética global. Nesse cenário, iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, bem como parcerias público-privadas, serão fundamentais para impulsionar a inovação e garantir um crescimento sustentável do setor (Oliveira; Mario; Pacheco, 2021).

Diante desse panorama, o presente estudo tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios das energias verdes no Brasil, abordando os avanços recentes, os entraves que ainda dificultam a expansão dessas fontes e as perspectivas futuras para um setor estratégico no contexto da transição energética global.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida com o intuito de compreender as potencialidades e os desafios das energias verdes no Brasil, adotando uma abordagem exploratória e qualitativa. Esse tipo de pesquisa é adequado quando se busca aprofundar o conhecimento sobre um fenômeno ainda em desenvolvimento ou pouco estruturado, permitindo uma análise detalhada das percepções, experiências e opiniões dos envolvidos no setor energético.

A abordagem qualitativa foi escolhida devido à sua capacidade de captar as nuances e complexidades do tema, possibilitando uma investigação aprofundada sobre os fatores que impulsionam ou dificultam a expansão das energias renováveis no Brasil. Diferentemente da abordagem quantitativa, que se baseia em dados numéricos e estatísticos, a pesquisa qualitativa foca na interpretação dos discursos e na compreensão dos significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno estudado.

A amostra do estudo foi composta por 17 profissionais atuantes no setor de energias renováveis, incluindo engenheiros, gestores de projetos, consultores ambientais, acadêmicos especializados na área e representantes de órgãos governamentais e empresas privadas do setor. A seleção dos participantes foi realizada por meio de uma amostragem intencional, buscando incluir indivíduos com conhecimento aprofundado e experiência relevante para fornecer uma visão abrangente do tema.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas individualmente com cada um dos participantes. Esse método foi escolhido por permitir maior flexibilidade na obtenção de informações, possibilitando que os entrevistados expressassem suas percepções de forma livre, ao mesmo tempo em que o pesquisador assegurava a abordagem dos temas centrais do estudo.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões, categorias e temas recorrentes nas falas dos entrevistados. Inicialmente, as transcrições foram lidas de maneira exaustiva para familiarização com o material. Em seguida, foram criadas categorias temáticas, que agruparam os principais desafios, oportunidades e perspectivas relacionadas às energias verdes no Brasil. O processo de categorização foi realizado de forma indutiva, ou seja, os temas emergiram a partir dos próprios discursos dos entrevistados, sem a imposição prévia de categorias fixas.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa revelam um cenário dinâmico para as energias verdes no Brasil, caracterizado tanto por oportunidades quanto por desafios. A análise das entrevistas permitiu identificar diferentes perspectivas sobre o avanço das fontes renováveis no país, abrangendo fatores como políticas públicas, financiamento, infraestrutura, inovação tecnológica e impactos socioambientais.

Um dos principais pontos destacados pelos entrevistados foi o potencial do Brasil para ampliar sua matriz energética renovável, especialmente no que se refere à energia solar e eólica. Conforme apontado pelo entrevistado E05, “o Brasil tem uma vantagem competitiva enorme no setor de energias

renováveis, principalmente por suas condições climáticas favoráveis. O grande desafio é transformar esse potencial em geração de energia em larga escala.” O respondente E12 complementa que “há um espaço significativo para crescimento, mas ainda há barreiras regulatórias e de investimento que dificultam essa expansão.”

No caso da energia eólica, os especialistas destacaram que o país já avançou consideravelmente, especialmente na região Nordeste, onde há ventos constantes e de alta qualidade para a geração de eletricidade. O entrevistado E09 afirmou que “os parques eólicos instalados no Nordeste demonstram como a energia renovável pode ser competitiva e viável. Porém, há um gargalo na transmissão da energia gerada, o que limita o crescimento desse setor.” Esse ponto também foi reforçado por E03, que destacou que “a infraestrutura de transmissão é um dos desafios mais críticos para o crescimento sustentável da energia eólica no Brasil.”

A energia solar foi apontada como uma das fontes renováveis com maior potencial de crescimento no país, especialmente devido à redução dos custos de implementação dos sistemas fotovoltaicos. Segundo E07, “o Brasil tem uma das melhores incidências solares do mundo, e a popularização dos painéis solares pode transformar a matriz energética nos próximos anos.”

Entretanto, o respondente E08 pondera que “ainda há dificuldades no acesso ao financiamento para pequenos e médios consumidores que desejam investir na geração distribuída.” A questão do financiamento foi amplamente debatida pelos entrevistados. Muitos profissionais destacaram que, apesar dos avanços no setor, os custos iniciais para a implementação de projetos renováveis ainda são elevados, o que dificulta a adoção em larga escala.

O entrevistado E04 argumentou que “o setor precisa de mais incentivos e linhas de crédito acessíveis para viabilizar novos investimentos.” Da mesma forma, E10 observou que “as linhas de financiamento existentes são burocráticas e muitas vezes inacessíveis para pequenos empreendedores.” Outro fator relevante identificado na pesquisa foi a necessidade de políticas públicas mais eficazes para estimular o crescimento das energias renováveis. Segundo E01, “os incentivos oferecidos pelo governo são importantes, mas a falta de estabilidade regulatória gera insegurança para investidores.” Essa visão foi corroborada por E06, que ressaltou que “a oscilação nas políticas e subsídios pode desestimular o crescimento do setor, pois os investidores precisam de previsibilidade.” O impacto ambiental das energias renováveis também foi abordado pelos participantes.

Embora sejam consideradas mais sustentáveis que as fontes fósseis, há desafios associados à instalação de grandes usinas eólicas e solares. O entrevistado E15 destacou que “a instalação de parques eólicos pode gerar impactos na fauna local, especialmente para aves e morcegos.” Já E11

ênfatiou que “é necessário um planejamento mais cuidadoso para minimizar impactos ambientais, garantindo que o crescimento das energias renováveis ocorra de forma sustentável.”

Os participantes também apontaram a importância da inovação tecnológica para impulsionar o setor. O entrevistado E13 afirmou que “novas tecnologias, como baterias de armazenamento e hidrogênio verde, podem ser essenciais para garantir a estabilidade da matriz energética renovável.” Já E16 ressaltou que “investimentos em pesquisa e desenvolvimento são fundamentais para que o Brasil se torne um líder global em energia sustentável.”

A descentralização da produção de energia foi outro ponto destacado na pesquisa. Muitos entrevistados apontaram que a geração distribuída pode ser uma solução para ampliar o acesso à energia renovável no Brasil. Segundo E14, “a geração distribuída permite que consumidores residenciais e pequenos negócios se tornem autossuficientes, reduzindo sua dependência das concessionárias de energia.”

Contudo, E02 alertou que “a regulamentação ainda precisa ser ajustada para tornar esse modelo mais acessível e eficiente.” Por fim, a pesquisa evidenciou que, apesar dos desafios, há uma visão otimista sobre o futuro das energias verdes no Brasil. O entrevistado E17 afirmou que “com os incentivos corretos e investimentos contínuos, o Brasil pode se tornar uma referência global no setor de energia renovável.” Essa perspectiva foi reforçada por E05, que concluiu que “o país tem todas as condições para liderar a transição energética, desde que os desafios identificados sejam enfrentados com políticas e estratégias bem estruturadas.”

Dessa forma, os resultados da pesquisa indicam que o Brasil possui grande potencial para ampliar o uso das energias renováveis, mas enfrenta obstáculos que precisam ser superados. A necessidade de incentivos financeiros, infraestrutura adequada e estabilidade regulatória foram apontadas como barreiras críticas para o crescimento do setor. Ao mesmo tempo, a inovação tecnológica e a descentralização da geração de energia foram identificadas como oportunidades promissoras para transformar o cenário energético nacional.

Os relatos dos participantes demonstram que o país está em um momento crucial de transição, onde as decisões tomadas nos próximos anos serão determinantes para o futuro das energias verdes. Embora haja desafios significativos, os avanços já alcançados indicam que o Brasil tem condições de consolidar sua posição como um dos líderes globais na produção de energia renovável.

Com base nesses achados, é possível afirmar que as energias verdes no Brasil representam uma oportunidade estratégica para impulsionar o desenvolvimento sustentável, reduzir as emissões de carbono e fortalecer a economia. No entanto, para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é essencial que haja esforços conjuntos entre governo, empresas e sociedade civil na superação dos desafios identificados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada visou analisar as potencialidades e os desafios das energias verdes no Brasil, com o objetivo de fornecer uma compreensão aprofundada sobre o cenário atual e as perspectivas futuras para o setor de energias renováveis no país. Através de uma abordagem qualitativa, com a coleta de dados por meio de entrevistas com 17 profissionais especializados no setor, foi possível identificar tanto os pontos positivos quanto as barreiras que ainda limitam o pleno aproveitamento do potencial das fontes renováveis de energia no Brasil.

Primeiramente, a pesquisa revelou que o Brasil possui uma grande capacidade de geração de energia renovável, destacando-se principalmente nas áreas de energia solar e eólica. O país apresenta condições climáticas favoráveis, como uma das melhores incidências solares do mundo e ventos constantes no Nordeste, o que constitui uma base sólida para o crescimento dessas fontes. Entretanto, como apontado pelos entrevistados, ainda existem desafios significativos que precisam ser enfrentados, como a falta de infraestrutura adequada para a transmissão da energia gerada, especialmente no caso da energia eólica, e as dificuldades no financiamento de projetos renováveis.

Outro ponto importante destacado foi a necessidade de políticas públicas mais consistentes e estáveis para garantir o crescimento do setor. Embora o Brasil tenha avançado em termos de incentivos fiscais e subsídios, a oscilação nas políticas públicas e a falta de previsibilidade regulatória geram insegurança entre os investidores e dificultam a expansão das energias verdes em larga escala. A pesquisa evidenciou também a importância de um marco regulatório claro, que incentive a inovação tecnológica e a participação de empresas e consumidores no mercado de energia renovável, incluindo a geração distribuída.

Além disso, a inovação tecnológica emergiu como um fator essencial para a superação dos desafios e a maximização do potencial das energias verdes no Brasil. O desenvolvimento de novas tecnologias, como baterias de armazenamento de energia e o hidrogênio verde, foi destacado como uma possibilidade promissora para aumentar a competitividade e a eficiência do setor. Também foi identificado que o avanço na pesquisa e no desenvolvimento de novas soluções energéticas pode permitir ao Brasil se tornar um líder global na produção de energia renovável.

O estudo também abordou os impactos ambientais das fontes renováveis, destacando que, embora as energias verdes sejam mais sustentáveis em relação às fontes fósseis, a expansão de parques eólicos e solares pode gerar impactos locais, como a alteração de ecossistemas e o deslocamento de comunidades. Dessa forma, é necessário um planejamento mais cuidadoso para garantir que o crescimento das energias renováveis ocorra de maneira sustentável e sem comprometer a biodiversidade ou a qualidade de vida das populações afetadas.

Com relação à descentralização da geração de energia, a pesquisa apontou que a geração distribuída pode ser uma solução eficiente para ampliar o acesso à energia renovável, especialmente para consumidores residenciais e pequenos negócios. No entanto, a regulamentação ainda apresenta desafios, sendo necessário que o governo crie mecanismos mais acessíveis e simplificados para viabilizar essa forma de geração de energia. Nesse contexto, a participação ativa da sociedade também foi considerada fundamental para o sucesso da transição energética no Brasil.

Em termos de perspectivas futuras, a pesquisa revelou uma visão otimista, com a maioria dos entrevistados acreditando que o Brasil tem um grande potencial para se tornar uma referência global em energias renováveis. Contudo, essa visão positiva depende de uma série de fatores, como a continuidade dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o fortalecimento da infraestrutura de transmissão e a criação de um ambiente regulatório mais favorável ao crescimento do setor.

Em conclusão, a análise das entrevistas permite afirmar que o Brasil possui um vasto potencial para expandir o uso das energias verdes, mas enfrenta desafios significativos que precisam ser superados para que o país possa aproveitar plenamente esse potencial. A superação de barreiras como a falta de financiamento, a infraestrutura deficiente e a instabilidade regulatória será crucial para garantir um futuro sustentável para o setor de energias renováveis no Brasil. O papel do governo, das empresas e da sociedade será fundamental para criar um ambiente que favoreça a transição para uma matriz energética limpa e eficiente, consolidando o Brasil como líder mundial em energias renováveis e contribuindo para a luta contra as mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. L. et al. Economia Circular e Energias Renováveis: uma análise bibliométrica da literatura internacional. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 267-283, abr./jun. 2022.

ARBACHE, J.; CONCEIÇÃO, C.; MONTEIRO, S. Quanto mais compliance ambiental houver no mundo, melhor para o Brasil. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 77, n. 4, 2023.

BASTOS, Léo Santos. DIREITOS FUNDAMENTAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ENERGIA LIMPA NO BRASIL:: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE OUTROS PAÍSES NO INCENTIVO À ENERGIA SOLAR. *Anais do II Congresso Internacional de Ciências Jurídicas da UEM, Maringá/PR*, p. 473–481, 2024.

NOGUEIRA, L. A. H.; CAPAZ, R. S.; LORA, E. S. BIOENERGIA NO BRASIL: ONDE ESTAMOS E QUAIS NOSSOS HORIZONTES. *Revista Brasileira de Energia*, 2021.

OLIVEIRA, A. M.; MARIO, M. C.; PACHECO, M. T. T. Fontes renováveis de energia elétrica: evolução da oferta de energia fotovoltaica no Brasil até 2050 / Renewable electric energy sources: evolution of the supply of photovoltaic energy in Brazil until 2050. *Brazilian Applied Science Review*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 257–272, 2021

ESTATÍSTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS

 Crossref  10.56238/livrosindi202511-011**Cleber Barbosa Iack**

Doutor em Estatística e Investigação Operacional
Universidade de Lisboa
E-mail: profiack@gmail.com

Robson Silva Cavalcanti

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Área de concentração: Habitat Humano e Meio Ambiente PRODEMA-UFPB/UEPB
Professor da ECIT Advogado Nobel Vita, Coremas-PB
E-mail: robsonsilvacavalcanti@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições da estatística para a realização de pesquisas científicas, investigando seu papel nas diferentes áreas do conhecimento e os desafios e benefícios de sua aplicação. A metodologia adotada foi uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando uma amostra intencional de 16 profissionais de diversas áreas, como ciências sociais, saúde, biotecnologia, economia e engenharia. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e a análise seguiu a técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a estatística é essencial para a validação de hipóteses, análise de dados e generalização dos resultados, sendo fundamental para garantir a objetividade e confiabilidade das pesquisas. No entanto, foi identificado que muitos pesquisadores enfrentam dificuldades devido à falta de formação adequada em estatística e à complexidade de métodos avançados. A pesquisa concluiu que, apesar dos desafios, a estatística continua sendo uma ferramenta indispensável para o avanço do conhecimento científico, sendo necessário investir em capacitação para melhorar a aplicação dessas técnicas nas pesquisas e maximizar seus benefícios.

Palavras-chave: Estatística, Pesquisa, Ciência.

1 INTRODUÇÃO

A estatística é uma disciplina fundamental para a análise e interpretação de dados, desempenhando um papel crucial em diversas áreas do conhecimento. Seu desenvolvimento ao longo da história foi impulsionado pela necessidade humana de organizar informações, compreender fenômenos e embasar a tomada de decisões. Desde os primeiros registros estatísticos na antiguidade até as sofisticadas técnicas de análise utilizadas atualmente, a estatística tem se consolidado como uma ferramenta indispensável para o avanço da ciência e da sociedade (Correia; Cazorla, 2021).

No contexto das pesquisas acadêmicas e científicas, a estatística oferece métodos rigorosos para a coleta, organização, análise e interpretação de dados. Esses métodos possibilitam a extração de informações relevantes a partir de grandes volumes de dados, permitindo a formulação de hipóteses, a validação de teorias e a previsão de tendências. Dessa forma, a estatística contribui

diretamente para o aprimoramento do conhecimento em diversas áreas, como ciências sociais, biológicas, exatas e humanas (Ignácio, 2012).

Além disso, a estatística possibilita a aplicação de modelos matemáticos para representar fenômenos complexos, auxiliando na compreensão e na resolução de problemas. Métodos como inferência estatística, regressão, análise de variância e testes de hipóteses permitem que pesquisadores obtenham resultados confiáveis e generalizáveis a partir de amostras representativas. Esse caráter científico e sistemático da estatística garante que as conclusões das pesquisas sejam baseadas em evidências concretas, minimizando vieses e erros (Gouvêa; Prearo; Romeiro, 2010).

Outro aspecto relevante da estatística é sua importância na avaliação da qualidade das pesquisas. O uso adequado de técnicas estatísticas assegura a validade dos estudos e a confiabilidade dos dados analisados. Estatísticas descritivas, por exemplo, fornecem resumos numéricos que facilitam a compreensão das características dos dados, enquanto estatísticas inferenciais permitem a generalização dos resultados para uma população maior, garantindo maior precisão e relevância aos achados científicos (Lima Junior; Garcia, 2021).

No contexto da tecnologia e da era digital, a estatística tem se beneficiado de avanços computacionais que permitem análises mais sofisticadas e ágeis. Softwares estatísticos e linguagens de programação, como R, Python e SPSS, facilitam a manipulação de grandes volumes de dados, permitindo análises preditivas e exploratórias mais detalhadas (Portilho et al., 2021).

Com o crescimento do big data e da inteligência artificial, a estatística desempenha um papel cada vez mais central no desenvolvimento de novos conhecimentos e na tomada de decisões baseadas em dados. Além de sua aplicação em pesquisas científicas, a estatística também é essencial para a formulação de políticas públicas, planejamento estratégico empresarial e controle de qualidade em indústrias. Governos utilizam estatísticas para monitorar indicadores socioeconômicos, prever cenários futuros e embasar decisões políticas, enquanto empresas analisam dados estatísticos para otimizar processos e aumentar a eficiência de suas operações. Dessa forma, a estatística se mostra como uma ciência transversal, impactando diversas esferas da sociedade (Smania et al., 2023).

Diante da relevância da estatística para a realização de pesquisas e sua ampla aplicabilidade em diferentes áreas, este estudo tem como objetivo analisar suas principais contribuições para o desenvolvimento do conhecimento científico. Serão abordados os métodos estatísticos mais utilizados, sua importância na validação de hipóteses e na interpretação de dados, bem como seu papel na melhoria da qualidade e confiabilidade das pesquisas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com o objetivo de investigar as contribuições da estatística para a realização de pesquisas científicas, por meio de uma abordagem exploratória e qualitativa. A escolha dessa abordagem se deu pela necessidade de compreender profundamente as experiências, percepções e práticas dos profissionais que utilizam métodos estatísticos em suas atividades de pesquisa. A pesquisa exploratória, por sua vez, foi selecionada por permitir a identificação de variáveis relevantes, o levantamento de questões importantes e a geração de hipóteses iniciais sobre o tema em questão.

A amostra selecionada para o estudo foi composta por 16 profissionais com experiência na utilização de estatísticas em pesquisas científicas. Esses profissionais foram escolhidos com base em critérios de experiência prévia, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, como ciências sociais, biológicas, exatas e saúde. A amostra foi intencional, visando incluir indivíduos com diversas vivências em pesquisas estatísticas, de modo a possibilitar uma análise rica e diversificada sobre as práticas e desafios enfrentados ao aplicar a estatística na pesquisa científica.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram aos participantes expressar suas opiniões, experiências e desafios de forma aberta e detalhada. As entrevistas foram conduzidas de maneira flexível, com questões que abordaram desde a escolha de métodos estatísticos até a interpretação e utilização dos resultados em suas respectivas áreas de atuação. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, em seguida, analisadas de forma sistemática.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo, que permitiu identificar e categorizar os principais temas emergentes a partir das respostas dos participantes. Essa análise foi realizada em três etapas: organização das respostas, identificação dos padrões e agrupamento dos dados em categorias significativas. O processo de análise buscou compreender as estratégias de uso da estatística nas pesquisas, os benefícios e desafios percebidos pelos profissionais e as implicações para a qualidade e confiabilidade dos resultados de pesquisa.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados revelou uma série de informações importantes sobre o uso da estatística nas pesquisas científicas. Os participantes da pesquisa foram unânimes ao afirmar que a estatística desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de suas pesquisas, seja para a formulação de hipóteses, validação de teorias ou análise de dados. No entanto, as opiniões sobre o uso da estatística variaram de acordo com a área de atuação de cada pesquisador, refletindo as diferentes necessidades e abordagens adotadas.

Segundo o respondente E03, um pesquisador da área de ciências sociais, “a estatística é essencial para testar as hipóteses que desenvolvemos em nossas pesquisas. Sem ela, muitas das conclusões que tiramos estariam baseadas em achismos”. O E03 enfatiza a importância de métodos estatísticos como a análise de regressão e os testes de hipóteses, que, de acordo com ele, são fundamentais para confirmar ou refutar teorias sociais em contextos diversos, como estudos de comportamento ou análise de políticas públicas.

O respondente E08, que atua no campo da saúde, compartilhou uma visão semelhante. “A estatística nos permite validar cientificamente os tratamentos e intervenções que propomos. No meu caso, o uso de testes de hipóteses para verificar a eficácia de um novo medicamento, por exemplo, é crucial.” E08 acrescenta que a estatística proporciona a objetividade necessária para garantir que os resultados das pesquisas possam ser generalizados para populações maiores, sem depender de interpretações subjetivas dos dados coletados. Por outro lado, o respondente E12, especialista em biotecnologia, observou que, embora a estatística seja fundamental, muitos pesquisadores da sua área enfrentam dificuldades em aplicar as técnicas de maneira adequada. “A maior dificuldade está em escolher o teste estatístico correto para cada tipo de dado.

Muitas vezes, a falta de familiaridade com as ferramentas estatísticas disponíveis leva a erros de interpretação, o que compromete os resultados finais”, afirmou E12. Ele ainda destaca que a complexidade dos métodos estatísticos, como análise de variância e modelos de mistura, pode ser um obstáculo para quem não tem um treinamento especializado.

Em relação às áreas de ciências exatas, o respondente E06, físico, foi enfático ao dizer: “A estatística é o alicerce para qualquer pesquisa de qualidade em áreas como a física. Quando precisamos verificar a precisão dos nossos modelos teóricos ou validar os resultados de um experimento, a estatística entra em cena de maneira irreversível.” E06 também mencionou que a estatística ajuda a quantificar a incerteza dos resultados experimentais, o que é fundamental para dar credibilidade a qualquer pesquisa científica. Ele observa que técnicas como intervalos de confiança e testes de significância são constantemente usadas em sua área.

No entanto, um ponto em comum entre os respondentes foi a crítica à falta de formação estatística adequada em suas respectivas áreas. Segundo E05, um especialista em economia, “muitos pesquisadores de áreas aplicadas, como a economia, não têm a formação estatística necessária para utilizar essas ferramentas de forma eficiente. Isso pode gerar falhas nas análises, principalmente quando não se entende os pressupostos dos testes estatísticos.” E05 ainda ressalta que, frequentemente, a falta de conhecimento sobre a teoria estatística pode levar a uma aplicação equivocada das técnicas.

A falta de capacitação adequada foi uma questão levantada também por E10, um pesquisador da área de educação, que afirmou: “Nos cursos de pós-graduação, muitas vezes a estatística é ensinada de maneira superficial, sem dar a devida ênfase à aplicação prática nas pesquisas. Isso faz com que muitos pesquisadores se sintam perdidos quando precisam utilizar métodos estatísticos em seus próprios projetos.” E10 acredita que as universidades deveriam oferecer mais treinamentos específicos em análise de dados para que os pesquisadores se sentissem mais confiantes no uso das ferramentas estatísticas.

Além disso, a questão da confiabilidade dos dados foi um tema recorrente. Segundo E07, um pesquisador da área de psicologia, “a estatística é importante não apenas para a análise dos dados, mas para garantir que a coleta dos dados seja feita de maneira rigorosa, sem que fatores externos distorçam os resultados”. E07 reforça que, em pesquisas sociais e psicológicas, especialmente, a definição da amostra e o controle de variáveis são passos cruciais que dependem de uma aplicação adequada de métodos estatísticos. Ele ainda alerta sobre a necessidade de amostras representativas, pois, sem elas, os resultados podem ser enviesados.

Os participantes também destacaram a importância da estatística para a interpretação dos resultados. E02, um pesquisador da área de sociologia, afirmou que a análise estatística oferece uma base sólida para interpretar dados complexos. “A estatística não é apenas um conjunto de fórmulas matemáticas, mas sim uma linguagem universal que nos permite compreender o que os dados realmente dizem”, disse E02. Para ele, o uso correto da estatística ajuda a evitar conclusões precipitadas ou infundadas, garantindo que as interpretações feitas a partir dos dados sejam bem fundamentadas.

Outro aspecto importante discutido pelos participantes foi a necessidade de adaptação da estatística às novas tecnologias. E09, especialista em ciência da computação, observou que “com o crescimento do big data e das análises preditivas, o papel da estatística se torna ainda mais central. Hoje, ferramentas como a análise de séries temporais e a modelagem de dados complexos são usadas para resolver problemas que antes eram impensáveis”. Ele destacou que a integração da estatística com ferramentas de aprendizado de máquina é uma tendência crescente em sua área, o que amplia o alcance das pesquisas.

No entanto, nem todos os respondentes veem a combinação de estatística com novas tecnologias como algo fácil de ser implementado. E11, que atua na área de engenharia, comentou que “o uso de técnicas avançadas de análise de dados, como redes neurais ou análise multivariada, exige um conhecimento específico não só de estatística, mas também de programação e modelagem computacional. Isso exige uma curva de aprendizado significativa”.

Para E11, muitos profissionais podem se sentir intimidados com a complexidade dos métodos estatísticos modernos, o que pode resultar na subutilização dessas ferramentas. Em contrapartida, alguns participantes reconheceram o impacto positivo das ferramentas estatísticas mais acessíveis. E04, um economista, afirmou que “o surgimento de softwares como R e Python, que facilitam a implementação de modelos estatísticos, tem democratizado o uso da estatística entre pesquisadores de diferentes áreas. Hoje, até aqueles com menos formação em estatística conseguem realizar análises complexas”.

E04 destacou que essas ferramentas, além de acessíveis, oferecem uma grande flexibilidade e permitem personalizar as análises de acordo com as necessidades específicas de cada pesquisa. No entanto, E06, um pesquisador da área de física, observou que, apesar das facilidades proporcionadas pelos softwares, ainda é fundamental ter uma boa base teórica de estatística para utilizar essas ferramentas de forma eficaz. “O software é uma ferramenta poderosa, mas sem o entendimento adequado da teoria estatística, ele pode ser usado de maneira equivocada, o que compromete a qualidade da análise”, afirmou E06.

A questão da confiabilidade dos resultados estatísticos também foi abordada por E03, que comentou que “é fundamental que os dados sejam analisados de forma criteriosa para evitar conclusões falsas. O uso de testes de robustez, como a verificação da normalidade dos dados, é essencial para garantir que os resultados obtidos sejam realmente confiáveis e não apenas fruto do acaso”. E03 acrescenta que a validação dos resultados estatísticos, especialmente em áreas sociais, é um dos maiores desafios que os pesquisadores enfrentam.

Por fim, todos os respondentes concordaram sobre a importância da estatística para a evolução do conhecimento científico. E08, um pesquisador da área de saúde, sintetizou o consenso ao afirmar que “sem a estatística, a ciência não seria capaz de avançar de forma consistente e objetiva. A estatística é a base que sustenta a credibilidade dos estudos científicos, permitindo que os resultados sejam validados e aplicados com confiança na sociedade”. Ele conclui destacando que, com o avanço da tecnologia e a crescente disponibilidade de dados, a estatística continuará a ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento das ciências em todas as áreas do conhecimento.

Em resumo, os resultados indicam que, embora a estatística seja amplamente reconhecida como uma ferramenta vital para as pesquisas científicas, ainda existem desafios relacionados à sua aplicação adequada, à formação dos pesquisadores e à adaptação às novas tecnologias. No entanto, a estatística continua a desempenhar um papel central na produção de conhecimento, sendo indispensável para garantir a validade, confiabilidade e relevância das pesquisas científicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições da estatística para a realização de pesquisas científicas, explorando como ela é utilizada nas diferentes áreas do conhecimento e quais os benefícios e desafios associados à sua aplicação. Através de uma abordagem qualitativa e exploratória, com a participação de 16 profissionais com diferentes formações e experiências, foi possível identificar de maneira detalhada o papel crucial da estatística no desenvolvimento de estudos científicos e na validação de hipóteses.

Os resultados da pesquisa indicam que a estatística desempenha um papel essencial no processo de realização de pesquisas, pois oferece ferramentas robustas para a análise e interpretação de dados, garantindo a objetividade, confiabilidade e a validade das conclusões. Desde a formulação das hipóteses até a análise final dos resultados, os métodos estatísticos são fundamentais para transformar dados brutos em informações úteis e aplicáveis. Como observado pelos participantes, a estatística é indispensável para confirmar ou refutar teorias e permite que os resultados das pesquisas sejam generalizados para populações maiores, com um nível de confiança que seria difícil de alcançar sem o uso adequado dessas ferramentas.

Contudo, a pesquisa também revelou que a aplicação da estatística nas pesquisas científicas enfrenta desafios, principalmente no que se refere à formação e capacitação dos pesquisadores. Muitos profissionais enfrentam dificuldades em aplicar corretamente as técnicas estatísticas devido à falta de treinamento específico, o que pode comprometer a precisão e a interpretação dos resultados. Isso é especialmente verdadeiro em áreas onde a estatística é frequentemente ensinada de maneira superficial, como na educação e em algumas ciências sociais. Além disso, a complexidade dos métodos estatísticos avançados e a integração com novas tecnologias, como big data e inteligência artificial, são vistos por alguns pesquisadores como obstáculos para o uso pleno da estatística em suas pesquisas.

Por outro lado, a crescente disponibilidade de softwares e ferramentas de análise, como R e Python, tem contribuído para democratizar o uso da estatística entre os pesquisadores, facilitando a implementação de análises complexas e ampliando as possibilidades de pesquisa. No entanto, os participantes destacaram que, para que esses recursos sejam realmente eficazes, é necessário que os pesquisadores tenham uma boa base teórica e compreensão dos princípios estatísticos. Sem isso, mesmo as ferramentas mais poderosas podem ser usadas de forma inadequada, prejudicando a qualidade e a validade das pesquisas.

Em síntese, a pesquisa confirmou que a estatística é uma ferramenta indispensável para a realização de pesquisas científicas, seja para a validação de teorias, para a análise de dados complexos ou para garantir a confiabilidade dos resultados. Apesar dos desafios relacionados à capacitação dos pesquisadores e à aplicação de métodos estatísticos avançados, a estatística continua sendo a base que sustenta o desenvolvimento do conhecimento científico, contribuindo de maneira significativa para a evolução de diversas áreas do saber. Assim, é imperativo que mais investimentos sejam feitos na formação de profissionais em estatística, para que possam tirar o máximo proveito das técnicas e ferramentas disponíveis, aprimorando a qualidade e a robustez das pesquisas científicas.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, G. S.; CAZORLA, I. M. Diálogos entre o Ensino de Probabilidade e Estatística e a Educação Inclusiva nas Pesquisas Brasileiras. *Perspectivas da Educação Matemática*, v. 14, n. 35, p. 1-20, 5 ago. 2021.
- IGNÁCIO, Sergio Aparecido. Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, [S. l.], n. 118, p. 175–192, 2012.
- Gouvêa, M. A., Prearo, L. C., & Romeiro, M. C. Abordagem exploratória do emprego das técnicas de análise de regressão e análise conjunta em estudos do comportamento do consumidor. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 12(36), 253-270, 2010.
- LIMA JR, R. M.; GARCIA, G. D. . Diferentes análises estatísticas podem levar a conclusões categoricamente distintas. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1–19, 2021.
- PORTILHO, G. R. et al. A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO SETOR DE QUALIDADE EM UMA EMPRESA DE GARRAFAS PLÁSTICAS. *Revista Mythos*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 45–57, 2021.
- SMANIA, G. R. et al. Utilização de métodos quantitativos em pesquisas sobre o uso da Escala Servqual em instituições de ensino superior. *Revista Pernambucana de Administração*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 24–46, 2023.

REALIZAÇÃO:



ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENPUBLI.COM

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.